

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

IGOR PORTO DAVID

O engajamento político e o recrutamento partidário da juventude: disposições, redes e interesses no âmbito da universidade pública

JUIZ DE FORA

2020

IGOR PORTO DAVID

O engajamento político e o recrutamento partidário da juventude: disposições, redes e interesses no âmbito da universidade pública

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Administração. Área de concentração: Gestão das Organizações

Orientador: Prof. Dr. Virgílio César da Silva e Oliveira

JUIZ DE FORA

2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

David, Igor Porto.

O engajamento político e o recrutamento partidário da juventude : disposições, redes e interesses no âmbito da universidade pública / Igor Porto David. -- 2020.

129 f.

Orientador: Virgílio César da Silva e Oliveira

Dissertação (Mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis.

Programa de Pós-Graduação em Administração, 2020.

1. Militância Partidária . 2. Recrutamento Partidário. 3. Engajamento Político. 4. Universidade Pública. I. Oliveira, Virgílio César da Silva e , orient. II. Título.

Igor Porto David

O engajamento político e o recrutamento partidário da juventude: disposições, redes e interesses no âmbito da universidade pública

Dissertação apresentada à Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração. Área de concentração: Gestão das Organizações

Aprovada em 22 de junho de 2020

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Virgílio César da Silva e Oliveira - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Angelo Brigato Éster
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dra. Cléria Donizete da Silva Lourenço
Universidade Federal de Lavras

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto de um processo de formação valioso e complexo. Valioso porque trata-se de uma experiência sem precedentes em minha vida e que traz conhecimentos inestimáveis pra meu desenvolvimento como cidadão e profissional. Complexo porque não inicia com o ingresso no mestrado e nem finda com seu término. Também é complexo porque envolve diversas pessoas, que de diferentes formas e em variados graus e momentos, deixaram sua marca nesta minha caminhada. A essas pessoas, todo meu carinho e gratidão.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Raquel e Marcus. Agradeço pelo cuidado, afeto, carinho e sensibilidade nos momentos que eu mais precisei. Agradeço por serem exemplos de profissionais e cidadãos, ensinando-me a buscar um mundo mais justo e solidário. Ao meu irmão Gustavo, e à sua companheira Bia, agradeço pela presença e companheirismo. Tão diferentes quanto semelhantes, busco ensinar e aprender com ele. A certeza deste companheirismo traz paz e tranquilidade. Não posso esquecer da Célia, sempre disposta a ajudar no nosso cotidiano.

Em nome dos meus avós Leda (*in memoriam*) e Edson, Emma e Jamyr (*in memoriam*) e dos meus padrinhos tia Bebel e tio Kaike, agradeço a todos os demais tios e tias que formam uma família unida e solidária, me ensinando a importância do amor e da generosidade. Aos meus primos Gi, Alex, Manu, Raphael, Lili, Mari, Rodrigo, Maria Flor, Filipe, Pedro, Jojo, Raphaela, Henrique, Eduardo, Thiago, Mel, Hugo, Lucas, Gabriel, Tássia, Gui, Camila e Rafa (ufa...), agradeço por serem presentes em minha vida, perto ou à distância, em almoços com kibe ou lanches com cerveja, em festas ou jogos de Botafogo, em carnavais ou natais. Esta presença me dava forças para continuar.

À Cris, minha companheira, agradeço por ser minha maior incentivadora e inspiração acadêmica. Com ela compartilhei os momentos mais felizes e difíceis da labuta diária. Me deu calma, atenção e motivação quando mais precisei. Foi namorada, amiga, professora e confidente. Te amo! Todo carinho e agradecimento, também, a sua família, em especial, a sua irmã Carol e mãe Aparecida. Sempre afetuosas e receptivas, sinto-me acolhido com elas.

Ao professor Virgílio, sou grato por todo o processo de orientação que iniciou-se ainda durante a graduação. Agradeço pelos ensinamentos e conhecimentos valiosos, pela disponibilidade e atenção e por ser exemplo de professor e pesquisador. Agradeço também ao Angelo e à Cléria por participarem da banca de qualificação e de defesa, lendo atentamente ao texto e contribuindo com preciosas sugestões.

Agradeço ao corpo docente, técnico e discente do PPGA e da FACC. Em especial, à professora Lilian e aos professores Virgílio, Angelo, Danilo, Victor, Thiago e Gilmar pelo

aprendizado e conhecimento adquirido nas disciplinas ministradas. Cada uma delas contribuiu de alguma maneira para que esta dissertação pudesse ser entregue. À Camila e ao Márcio pela prontidão e disposição em ajudar no que fosse preciso. Aos amigos e colegas que fiz e conheci durante o mestrado, meu agradecimento por compartilharem as angústias e desaforos. Em especial, agradeço à Marina, Eliza, Kátia, René e Erik. A companhia nos trabalhos e congressos e nos bares e cafés foi fundamental para seguir adiante e perceber que não estava sozinho.

Agradeço aos professores e alunos que trabalharam junto ao LabG e, assim, possibilitaram a realização de um estágio docência produtivo e inspirador. Agradeço também aos colegas do Socius que viabilizaram a experiência de fazer parte de um grupo de pesquisa, o que incrementou a minha formação acadêmica.

Aos meus queridos amigos que me acompanharam não só ao longo destes dois anos, mas durante toda a minha vida, da escola à UFJF. Andrei, Lentini, Matheus, Ricardo e Scaldini, agradeço por compartilharem os bons e maus momentos comigo, sempre disponíveis para sermos a última mesa do bar, mas compreensivos quando precisei me ausentar. Não poderia deixar de lembrar do nosso querido Dudu, que por razões que fogem a compreensão, foi levar sua alegria a outro plano. Saudade. Tenho certeza que comemora junto conosco. Amo vocês e obrigado por tudo!

Agradeço aos amigos e amigas que fiz ao longo da vida e que direta ou indiretamente contribuíram para que eu me interessasse e discutisse o tema desta dissertação. À Luisa, Laura, Victor, Laiz, Marcelo, Mateus, Débora, Gerson, Iara, Ícaro, Thomaz, Paulo, minha gratidão e carinho. Seguimos juntos na construção de uma sociedade mais participativa e igualitária.

Agradeço, também, aos estudantes entrevistados que me atenderam e possibilitaram a realização deste trabalho.

Agradeço à FAPEMIG pela concessão de uma bolsa, o que contribuiu para que esta pesquisa fosse realizada com dedicação exclusiva. O investimento em ciência se faz necessário frente aos desafios do presente e do futuro.

Por fim, agradeço à UFJF, local que com muito orgulho me graduei e agora me torno mestre. Públicas, gratuitas e de qualidade, as universidades devem ser defendidas diuturnamente, por serem instituições fundamentais em um projeto de nação que preze pela valorização da educação, da ciência, da arte e da cultura.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender como se dá o processo de desenvolvimento da militância partidária de jovens estudantes universitários. Esse estudo se deu a partir da análise dos processos de engajamento político e recrutamento partidário e sua relação com o ambiente da universidade pública. Após revisão da literatura sobre a história e características da universidade pública brasileira e as teorias de socialização política, engajamento político, partidos políticos e recrutamento partidário, decidiu-se pela utilização da estratégia do estudo de caso para atender o objetivo da pesquisa. A pesquisa foi realizada a partir de entrevistas com jovens estudantes da UFJF, filiados ao PT, PCdoB, PSOL, PSDB ou NOVO e também a partir de pesquisa documental. A partir dos dados apresentados e discutidos, defende-se o argumento de que o processo de desenvolvimento da militância partidária de jovens estudantes é complexo, ocorre em diversos espaços de sociabilidade, a partir de múltiplas socializações e sem que haja um prazo ou delimitação temporal para ocorrer. Defende-se, também, a tese de que a universidade pública, em função de suas características, é espaço propício para que se desenvolvam várias fases dos processos de engajamento político e recrutamento partidário.

Palavras-chave: Militância Partidária. Recrutamento Partidário. Engajamento Político. Universidade Pública.

ABSTRACT

This master's dissertation aims to understand how the process of developing party militancy of young university students takes place. This study was based on the analysis of the processes of political engagement and party recruitment and its relationship with the public university environment. After reviewing the literature on the history and characteristics of the Brazilian public university and the theories of political socialization, political engagement, political parties and party recruitment, it was decided to use the strategy of the case study to achieve the objective of the research. The research was conducted based on interviews with young students from UFJF, affiliated to PT, PCdoB, PSOL, PSDB or NOVO and also based on documentary research. From the data presented and discussed, it is argued that the process of developing party militancy of young students is complex, occurs in various spaces of sociability, from multiple socializations and without there being a deadline or time limit to occur. It is also defended the thesis that the public university, due to its characteristics, is a suitable space for the development of various phases of the processes of political engagement and party recruitment.

Keywords: Party Militancy. Party Recruitment. Political Engagement. Public University.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 - Partidos de quadros e partidos de massa..... | 30 |
| Quadro 2 – Modalidades e submodalidades de recrutamento..... | 37 |
| Esquema 1 - Esquema analítico com a proposição da pesquisa | 58 |
| Quadro 3 - Emprego das categorias no estudo..... | 59 |
| Quadro 4 - Descrição dos entrevistados..... | 66 |
| Quadro 5 – Esquema de levantamento de dados..... | 67 |
| Quadro 6 - Síntese das evidências apresentadas na seção 4.1..... | 74 |
| Quadro 7 - Síntese das evidências apresentadas na seção 4.2 | 83 |
| Quadro 8 - Síntese das evidências apresentadas na seção 4.3..... | 90 |
| Quadro 9 - Síntese das evidências apresentadas nas seções 4.4.1 e 4.4.2..... | 99 |
| Quadro 10 - Síntese das evidências apresentadas na seção 4.4.3..... | 104 |
| Quadro 11 - Síntese das evidências apresentadas na seção 4.5..... | 109 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|----------|---|
| ALMG | Assembleia Legislativa de Minas Gerais |
| ANDES | Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior |
| ANDIFES | Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior |
| ANEL | Assembleia Nacional dos Estudantes - Livre |
| ANPG | Associação Nacional dos Pós-Graduandos |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CA | Centro Acadêmico |
| CMJF | Câmara Municipal de Juiz de Fora |
| CONEB | Conselho Nacional das Entidades de BAse |
| CONEG | Conselho Nacional das Entidades Gerais |
| CONUNE | Congresso da União Nacional dos Estudantes |
| CPDOC | Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil |
| CF/88 | Constituição Federal de 1988 |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| CRITT | Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia |
| DA | Diretório Acadêmico |
| DCE | Diretório Central dos Estudantes |
| DHBB | Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro |
| EME | Encontro de Mulheres Estudantes |
| ENFPT | Escola Nacional de Formação do Partido dos Trabalhadores |
| ENJA | Escola Nacional João Amazonas |
| ENUNE | Encontro de Estudantes Negros, Negras e Cotistas da UNE |
| FGV | Fundação Getúlio Vargas |
| FLC | Fundação Lauro Campos e Marielle Franco |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FORPROEX | Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras |
| IES | Instituições de Ensino Superior |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| ITV | Instituto Teotônio Vilela |
| JR | Juventude Revolução |
| LDBEN | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |

| | |
|--------|--|
| MESP | Movimento Escola sem Partido |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro |
| PCdoB | Partido Comunista do Brasil |
| PL | Partido Liberal |
| PMDB | Partido do Movimento Democrático Brasileiro |
| PNAES | Programa Nacional de Assistência Estudantil |
| PNE | Plano Nacional da Educação |
| PROUNI | Programa Universidade para Todos |
| PSDB | Partido da Social Democracia Brasileira |
| PSOL | Partido Socialismo e Liberdade |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| PUC-RJ | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro |
| REUNI | Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais |
| SBPC | Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência |
| UBES | União Brasileira dos Estudantes Secundaristas |
| UDF | Universidade do Distrito Federal |
| UDN | União Democrática Nacional |
| UEE | União Estadual Estudantil |
| UFJF | Universidade Federal de Juiz de Fora |
| UJS | União da Juventude Socialista |
| UnB | Universidade de Brasília |
| UNE | União Nacional dos Estudantes |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 14 |
| 2 | ENGAJAR-SE E SER RECRUTADO | 22 |
| 2.1 | O engajamento político | 22 |
| 2.1.1 | <i>A socialização política</i> | 22 |
| 2.1.2 | <i>O engajamento político</i> | 25 |
| 2.2 | O recrutamento partidário | 29 |
| 2.2.1 | <i>Os partidos políticos</i> | 29 |
| 2.2.2 | <i>O recrutamento partidário</i> | 32 |
| 2.3 | A universidade | 38 |
| 2.3.1 | <i>Aspectos históricos</i> | 38 |
| 2.3.2 | <i>Características da arena universitária que podem favorecer o engajamento e o recrutamento</i> | 53 |
| 2.4 | Articulação teórica para a investigação da formação da militância partidária no âmbito universitário | 57 |
| 3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 61 |
| 3.1 | Características gerais da pesquisa | 61 |
| 3.2 | Instrumentos de pesquisa e critérios para a escolha das fontes | 62 |
| 3.3 | Técnica de análise da informação qualitativa | 67 |
| 4 | O ENGAJAMENTO POLÍTICO E O RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO | 69 |
| 4.1 | As disposições ao engajamento: família e escola | 69 |
| 4.2 | Redes de interação: transformando disposições em prática | 75 |
| 4.2.1 | <i>Redes de interação anteriores à inserção universitária</i> | 75 |
| 4.2.2 | <i>Redes de interação formadas durante o ensino superior</i> | 77 |
| 4.3 | Redes de recrutamento partidário | 84 |
| 4.4 | Por que filiar?: Os interesses em jogo | 91 |
| 4.4.1 | <i>A convergência de interesses para a filiação</i> | 91 |
| 4.4.2 | <i>Os processos de formação partidária</i> | 96 |
| 4.5 | Entre recompensas e barreiras: o que a militância trouxe e traz aos jovens | 105 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 4.6 | Análise das interseções entre o engajamento político e o recrutamento partidário | |
| | | 110 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 114 |
| | REFERÊNCIAS | 118 |
| | APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com jovens filiados..... | 127 |
| | APÊNDICE B - Protocolo de pesquisa documental..... | 129 |

1 INTRODUÇÃO

O campo de estudos sobre juventude está em crescimento no Brasil. O período de transição entre a infância e a vida adulta chama a atenção das mais diferentes áreas de conhecimento, que podem contribuir para a consolidação do campo. Pode-se discutir o jovem dentro de temas como a educação, a saúde, a inserção profissional, a sexualidade, as inovações tecnológicas, a violência, a participação política, entre outros.

A importância de tal questão está de acordo com a orientação de Sposito e Carrano (2003, p.17), para quem “os jovens representariam o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações”. Para Carrano (2012), nas sociedades contemporâneas a velocidade das mudanças na produção e reprodução da vida social é uma das características marcantes. Sendo assim, os jovens são atores importantes neste processo, podendo ora ser beneficiados, ora prejudicados pelas múltiplas transformações da sociedade. Dentro desta instabilidade, são depositadas as esperanças na participação da juventude como uma forma de renovação social e política.

A renovação política é condição necessária para a manutenção da democracia. Não se trata apenas de uma afirmação que visa fortalecer o discurso em prol da participação de jovens na política. Trata-se da compreensão de que inevitavelmente as pessoas envelhecem e os jovens, cedo ou tarde, devem disputar e ocupar os espaços deixados pelos mais antigos.

A participação política dos jovens nos dias de hoje pode acontecer em diferentes espaços, desde o movimento estudantil, até os movimentos de igreja, passando pela militância em coletivos de defesa dos direitos das minorias e outras questões sociais, como direitos dos animais e do meio ambiente. Entram nesta temática, também, movimentos culturais como o rap, hip-hop, o teatro, que podem incentivar a participação e o agir político dos jovens. Os partidos políticos também são espaços da participação e que precisam desta renovação, sendo os jovens, portanto, elementos fundamentais para a manutenção de tais instituições.

O que difere os jovens que ocupam ou ocuparão cargos políticos, seja na administração pública ou no partido, daqueles que não se interessam por tais vivências e se manterão distantes da política profissional? Uma possibilidade de resposta está na compreensão das múltiplas socializações que os indivíduos passam na vida em sociedade, que conduzem a interesses e caminhos distintos. Jovens filiados a partidos políticos são indivíduos cujas experiências de vida os levaram até ali. Dois processos chamam a atenção neste caso, porque diferem tais jovens de outros. O primeiro é o processo que forma tal engajamento

político, já que claramente nem todo jovem se engaja. O segundo é o processo de recrutamento partidário, porque nem todo jovem engajado escolhe o partido político como canal em que despenderá sua energia de militância. Para este jovem houve também a ação de recrutamento da organização partidária.

Tais processos ocorrem em meio às múltiplas e singulares socializações vividas pelos jovens. Socializações estas que variam no tempo (infância, adolescência, juventude) e no espaço (família, escola, ensino superior, empregos). A universidade, em especial, a pública, é local (espaço) e momento (tempo) de socializações variadas que podem levar – ou não – ao engajamento político e ao consequente recrutamento partidário.

Entre os jovens filiados em uma universidade podem estar o(a) futuro(a) presidente do Brasil, o(a) futuro(a) ministro(a) de Estado, ou mesmo um indivíduo cuja desilusão com o partido seja tão grande que nunca mais participará de algum movimento político. Os dois primeiros seriam casos de percursos longos de militância. Jovens que deram seus primeiros passos na política no ambiente estudantil, em movimentos secundaristas ou universitários. E assim seguiriam suas histórias, percorrendo hierarquias e carreiras políticas.

Se não é correto fazer previsões sobre os caminhos que os jovens percorrerão, torna-se interessante fazer a trajetória inversa, ou seja, relatar que nomes conhecidos da política brasileira iniciaram percursos de militância ainda jovens e no ambiente universitário. É interessante refletir também que tal percurso não é obrigatório, ou mesmo recomendado. O ex-presidente Luíz Inácio Lula da Silva, por exemplo, sequer frequentou a universidade. Ou seja, a militância estudantil pode ser espaço de inserção política, mas de maneira nenhuma é a única.

Além do mais, é notável que a relevância política do indivíduo enquanto estudante não necessariamente o acompanha posteriormente. Embora tal relevância seja importante para que a inserção aconteça, alguns dos últimos presidentes da União Nacional dos Estudantes (UNE) tentaram, sem sucesso, cargos nas últimas eleições. Carina Vitral foi presidente da UNE entre 2015 e 2017 (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2020a). Tentou, sem sucesso, eleger-se prefeita de Santos (SP), em 2016 e deputada estadual em São Paulo, em 2018, ambas pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Se os resultados eleitorais ainda não são relevantes, a inserção é. Trata-se de uma jovem que já é a responsável por liderar uma campanha para prefeitura de uma cidade importante do país.

Se Carina ainda não teve sucesso após a presidência da UNE, outros tiveram. José Serra era o presidente da instituição quando os militares ascenderam ao governo em 1964 (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2020a). Teve de se exilar no Chile, não

conseguindo completar seu mandato por conta da perseguição política à UNE, que teve, inclusive, sua sede queimada pelo regime militar. Décadas depois, Serra tornou-se um dos políticos mais importantes do estado de São Paulo, tendo sido prefeito da capital, senador e governador do estado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Foi ministro da saúde durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e, em 2002, foi candidato pela situação à presidência do Brasil. Não foi eleito.

Outros presidentes da UNE, cargo de maior relevância da política estudantil, também conseguiram manter o prestígio na política após a saída do movimento estudantil, embora sem o mesmo destaque que Serra. Lindbergh Farias era o presidente da UNE quando o movimento estudantil liderou os atos dos “caras pintadas”, que contribuiu para o *impeachment* do então presidente Fernando Collor. Assim, Lindbergh obteve destaque no cenário político nacional. Foi deputado federal e senador pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no Rio de Janeiro, até o ano de 2019 (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2020a).

Aldo Rebelo, Orlando Silva e Wadson Ribeiro, este último estudante da Universidade Federal de Juiz de Fora, lócus deste estudo, também foram ex-presidentes da UNE que obtiveram destaque na política, tendo ocupado cargos de deputado federal, senador ou mesmo ministro de Estado.

O engajamento a partir das experiências estudantis não leva necessariamente à inserção política pelas vias mais tradicionais. Percursos militantes dependem do contexto vivido, como o da ex-presidente Dilma Rousseff. Ainda no ensino secundarista, Dilma ingressou em movimentos de luta armada contra a ditadura militar, tendo sido presa e torturada. Com a abertura democrática, Dilma filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista, pelo qual se elegeu deputada estadual e depois ao Partido dos Trabalhadores, pelo qual foi ministra e Presidente da República (AMARAL, 2012).

As experiências estudantis que levam à militância política são múltiplas. Se os órgãos de representação estudantil, como grêmios estudantis, centros acadêmicos, diretórios centrais e a própria UNE, são as principais formas de participação política estudantil, de nenhuma forma são as únicas. As empresas juniores, por exemplo, são espaços de socialização estudantil, nos quais podem ser desenvolvidas determinadas atitudes políticas. Tiago Mitraud formou-se em Administração em 2010 pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde participou ativamente da empresa júnior, chegando a presidir a Brasil Júnior, confederação brasileira das empresas juniores. Nas eleições de 2018, foi eleito deputado federal pelo Partido Novo, conhecido como o partido que defende a liberalização da economia.

A semelhança entre os diversos casos apresentados repousa no fato de que a escola, de modo geral, e a universidade, de modo particular, são espaços propícios para diversas socializações, que podem refletir no engajamento político do cidadão e conseqüentemente na filiação em partidos. Partidos estes que, por sua vez, podem, estrategicamente, utilizar de tais espaços para renovação de seus quadros.

Nesta dissertação, especificamente, interessou investigar a participação dos jovens nos partidos políticos, instituições tão antigas e tradicionais e que, por vezes, podem parecer deslocadas das formas de participação política mais recentes e orgânicas, que despertam mais a atenção dos jovens. À medida que pesquisas apontam a queda do número de filiados nos partidos políticos na atualidade (AMARAL, 2013; PERES; MACHADO, 2017), interessa compreender o que pensam os jovens que ainda são atraídos para tais estruturas. Esta atração se dá a partir de movimentos de engajamento e recrutamento, que precisam de espaços para ocorrer. A universidade pode ser um deles, embora não seja o único. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2015), em 2014, 58,5% do total de estudantes de 18 a 24 anos estavam no ensino superior. Em 2004, esse número era de 32,9%. A recente expansão do ensino superior, público e privado, ampliou a inserção dos jovens nesse nível de formação.

Desse modo, o campo específico da universidade, em especial, a universidade pública é interessante de ser investigado por incentivar o pensamento crítico e reflexivo e abrir espaços para a participação, preconizando, inclusive, a gestão democrática (BRASIL, 1996). Dentro da Universidade, o estudante pode se engajar em centros e diretórios acadêmicos (CAs e DAs), no diretório central de estudantes (DCE), em coletivos para a defesa de minorias, em projetos de extensão e em empresas juniores. Além do mais, algumas atividades políticas ocorrem internamente e favorecem o engajamento, como eleições para sindicatos de técnicos administrativos e professores, bem como a escolha dos dirigentes de cada unidade acadêmica e da universidade como um todo. Destaca-se, ainda, que diversos colegiados de gestão necessitam da participação discente, para deliberações de natureza pedagógica e administrativa. Deste modo, os estudantes são levados a participar politicamente dentro da universidade e não só estar em sala de aula.

O espaço da universidade pública, portanto, favorece o engajamento político dos jovens que lá estudam, ao mesmo tempo em que pode se tornar um espaço a ser explorado pelos partidos em busca de novos quadros e militantes. Supõe-se que a junção entre o engajamento político dos jovens estudantes e o recrutamento feito pelos partidos políticos resulta no início da militância partidária dos jovens. Partindo do pressuposto que estes

processos, que culminam na militância partidária, não se dão de maneira linear e envolvem elementos individuais (do sujeito que se engaja) e organizacionais (do partido que recruta) coube discutir como eles se relacionam.

Este trabalho visou responder o seguinte **problema de pesquisa**: Como se desenvolve o processo de militância partidária entre jovens estudantes no âmbito da universidade pública?

Tal questionamento permite desenvolver o **objetivo geral** da pesquisa: compreender como se desenvolve o processo de militância partidária entre jovens estudantes na universidade pública.

Para atingir o objetivo geral, foram elencados **objetivos específicos**:

- Entender o processo de engajamento político dos jovens universitários;
- Entender o processo de recrutamento partidário no interior de uma universidade pública;
- Compreender o processo de formação da militância partidária, como produto da interseção entre o engajamento político e o recrutamento partidário na universidade pública

Quando se pretende estudar o campo específico da universidade pública, como um espaço de engajamento e recrutamento, algumas decisões precisam ser esclarecidas para a delimitação do tema. O público alvo da pesquisa foi composto por jovens estudantes universitários, da graduação e da pós-graduação, excluindo-se, portanto, estudantes universitários que não são jovens e jovens que não estudam na universidade. Tal delimitação é importante para que não se misture sujeitos na compreensão do envolvimento em partidos. Por exemplo, estudantes secundaristas ou jovens professores universitários, embora sejam sujeitos importantes e interessantes de serem analisados estavam fora do escopo deste trabalho. O Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) determina que o indivíduo de até 29 anos seja considerado jovem para a legislação brasileira. Este será, portanto, o limite máximo da idade do recrutamento dos estudantes pesquisados.

Além disso, entende-se que o engajamento é um processo, sendo a Universidade um dos possíveis espaços de socialização que fazem parte deste processo. Foi impossível, portanto, delimitar ou mesmo exigir que o engajamento político do sujeito pesquisado tenha sido na universidade. Subentende-se que este engajamento pode ter começado em momento

anterior à formação superior do indivíduo, tendo nesta uma nova e importante fase deste engajamento.

Este trabalho justifica-se por conta de suas contribuições acadêmicas, organizacionais e sociais. O momento histórico é oportuno para que se analise a participação política da juventude e dos estudantes no Brasil. As manifestações de Junho de 2013, nas quais os jovens assumiram papel fundamental, e as recentes ocupações nas escolas e universidades protagonizadas por estudantes em todo o Brasil mostram a energia política acumulada por jovens e estudantes ao longo dos anos.

Esta energia é potencializada pelo avanço das redes sociais que se constituem como espaço de disseminação das ações políticas. Tanto as ocupações nas escolas e universidades quanto as manifestações de 2013, as “Jornadas de Junho” não foram protagonizadas, inicialmente, pelos partidos políticos. Os partidos, inclusive, nas Jornadas de Junho, foram, em alguns casos, hostilizados e expulsos das manifestações (SINGER, 2013; JANUÁRIO et al., 2016). Entretanto, percebeu-se o esforço das estruturas partidárias em compreender os tais movimentos para capitalizarem politicamente a dinâmica mobilizatória e se adaptarem aos novos formatos de participação política, bem como oferecer aos jovens recém-engajados a possibilidade de continuar na luta, mas agora dentro das fileiras partidárias. Esta energia, sendo canalizada em meios institucionalizados e legítimos como os partidos políticos, pode favorecer a redefinição de aspectos da agenda estatal ao possibilitar a renovação legislativa e executiva.

Este trabalho, portanto, visa contribuir academicamente para o já estruturado campo de estudo da Ciência Política que investiga os partidos políticos, preenchendo lacunas do conhecimento no que diz respeito a como se dá o engajamento e o recrutamento no caso específico de jovens universitários. Trabalhos como o de Brenner (2011) e Machado (2016) são poucos dos exemplares que visam estudar estes fenômenos no público jovem, entretanto, sem relacionar simultaneamente os processos de engajamento e recrutamento.

Esta pesquisa também contém contribuições organizacionais. O trabalho relaciona partidos políticos e universidades, portanto, dois tipos de organizações. Dirigentes universitários e partidários podem se servir deste trabalho para fomento à participação de jovens em espaços políticos, sejam estes os conselhos de gestão da universidade ou as estruturas partidárias. A citada participação, além de instrumento de formação cidadã, é fundamental para a legitimidade das decisões em uma organização plural como a universidade e é igualmente importante para a reprodução dos quadros dos partidos que, embora

desacreditados no presente, são elementos legítimos de mediação entre sociedade civil e Estado em contextos democráticos.

Por um lado, os dirigentes partidários podem pensar ações visando o engajamento político do jovem, que no futuro pode desaguar em recrutamento, bem como apoiar-se no que a universidade possui de formação política, visando o contínuo engajamento daquele jovem já recrutado. Por outro lado, os gestores universitários devem compreender que o papel da universidade vai além da formação técnica e profissional. A universidade deve se preparar visando também a formação cidadã dos seus estudantes, bem como admitir que o espaço universitário favorece a constituição de atores coletivos que, muitas vezes, são a primeira instância de engajamento do jovem.

Por fim, mas não menos importante, esta pesquisa objetiva uma contribuição social. Acredita-se que a democracia é um valor a ser defendido de modo incessável. Discutir a participação política e os partidos políticos, elementos importantes para o vigor democrático, é relevante e oportuno neste momento em que o sistema representativo e a política partidária não estão em seus melhores dias. Procura-se entender, nesta pesquisa, um processo que opera para a inserção de jovens na vida política. Descobrir vícios e virtudes desta dinâmica pode trazer pistas sobre o funcionamento da nossa democracia, operando, ainda que modestamente, para a institucionalização de boas práticas que, somadas a outras, podem aprofundar o caráter democrático e republicano das relações entre cidadãos, instituições e poderes instituídos no Brasil.

Nos últimos anos, o Brasil presenciou o fortalecimento de um discurso abertamente conservador, que culminou na eleição, em 2018, do presidente Jair Bolsonaro. Entre as posições evocadas por tais discursos, com visibilidade e expressão parlamentar, há a acusação de que as escolas e universidades “doutrinam ideologicamente” os estudantes. De acordo com Miguel (2016), a principal organização que visa combater esta suposta doutrinação ideológica em sala de aula é o Movimento Escola sem Partido (MESP). Diversos projetos de lei tramitam por câmaras municipais, assembleias legislativas e mesmo no congresso nacional, tendo como base o MESP. Fundado em 2004, pelo advogado Miguel Nagib, o movimento se tornou mais forte a partir de 2010, quando, de fato, começou a ter espaço no debate público. Focado no ensino básico, mas com ecos no ensino superior, por este ser o espaço de formação de professores e professoras, o MESP inicialmente visava combater uma suposta doutrinação comunista, tema este presente desde o período da ditadura militar.

Entretanto, de acordo com Miguel (2016), o movimento cresceu no debate público quando o projeto confluiu para outra vertente da agenda conservadora, a chamada “ideologia

de gênero”, termo cunhado para a descrição de discussões sobre gênero, homofobia e sexismo nas escolas, que para os defensores do MESP não deveriam ocorrer.

Ações como a do MESP projetam uma pretensa neutralidade na educação. Pretensa porque apenas alguns conhecimentos são considerados ideológicos, portanto “não neutros”, como o caso dos estudos sobre gênero. Além disso, tal “educação neutra” seria “incapaz de intervir no mundo e, por isso, torna-se cúmplice das injustiças e das violências que nele ocorrem.” (MIGUEL, 2016, p. 615).

A universidade, em especial a pública, também vêm sendo alvo de acusações parecidas com as do MESP. O presidente Jair Bolsonaro, por meio de sua rede social, compartilhou um vídeo de uma formatura na qual os participantes protestaram contra ele. Junto ao vídeo, escreveu: “A doutrinação ideológica nas instituições de ensino forma militantes políticos e não cidadãos com bom senso e preparados para o mercado de trabalho. É preciso quebrar essa espinha para o futuro saudável do Brasil.” (FÓRUM, 2019, recurso online). Ainda nos primeiros dois anos de governo, o presidente e o ministro da educação, Abraham Weintraub, já bloquearam verbas nas universidades públicas (TENENTE; FIGUEREIDO, 2019), desprezaram cursos e pesquisas ligadas às ciências humanas (BORGES, 2019; MCTIT, 2020) e desrespeitaram a democracia interna das universidades nomeando reitores que não foram escolhidos pela comunidade acadêmica (MORENO, 2019). As defesas da democracia, da autonomia universitária e da liberdade de cátedra estão diretamente conectadas. A rigor, trata-se de defender o pluralismo e o diálogo, que, por meio da política, partidária ou não, operam para a formação de sujeitos e para a condução legítima de processos sociais.

Esta dissertação está estruturada da seguinte maneira após esta introdução: No próximo capítulo será apresentado o referencial teórico. Serão abordados os temas engajamento político, recrutamento partidário e universidade. Após este esforço teórico, os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa são descritos. Em seguida, apresenta-se e discute-se as evidências encontradas. Após, são feitas as considerações finais e expostas as referências bibliográficas utilizadas. Por fim, nos apêndices, são expostos o roteiro de entrevistas e o protocolo de pesquisa documental.

2 ENGAJAR-SE E SER RECRUTADO

Neste capítulo serão discutidos os construtos teóricos que fundamentarão a dissertação permitindo dar consistência ao trabalho de campo. A discussão inicia-se, na primeira seção, com o conceito de engajamento político. Depois, na segunda seção, será abordado o tema do recrutamento partidário, bem como a contextualização sobre partidos políticos. A última seção é dedicada à discussão sobre os papéis da universidade pública e sua consolidação como um espaço de socialização, engajamento político e recrutamento partidário.

2.1 O engajamento político

2.1.1 A socialização política

Para entrar na discussão sobre o engajamento político de jovens estudantes cabe discutir, como ponto de partida, o conceito de socialização. Para Dubar (1997), são os processos de socialização que, em conjunto, constroem o ser do indivíduo. Estes processos, que são individuais e coletivos, ocorrem, ao mesmo tempo, de modo provisório e estável, produzindo e reproduzindo as identidades dos sujeitos. Para Brenner (2011, p. 38), “a socialização ocorre por processos e mecanismos que permitem a uma pessoa desenvolver relações sociais, se adaptar e se integrar à vida social”.

O primeiro espaço de socialização é a família ou, em casos específicos, aquela que a substitui. Segundo Brenner (2011), na relação com os pais, a criança se identifica, recriando e reproduzindo normas e regras da convivência social. Esta é a chamada socialização primária, na qual é construído o primeiro mundo do indivíduo. Construído porque o indivíduo não nasce membro da sociedade, mas, sim, tem predisposições para a vida em sociedade e torna-se um membro (BERGER; LUCKMANN, 2004).

Para Berger e Luckmann (2004, p. 184), a socialização primária termina quando o sujeito pode ser considerado um membro efetivo da sociedade, possuindo “uma personalidade e um mundo”. Entretanto, os processos de socialização não ocorrem apenas na família, ou em sua substituta. A socialização segue, em outras esferas da vida, agora com a denominação “socialização secundária”.

Para os autores, tal socialização é definida como “a interiorização de ‘submundos’ institucionais ou baseados em instituições” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 184). Enquanto a socialização primária tem uma alta carga emotiva, a socialização secundária é considerada um processo mais racional e amplamente necessário em uma sociedade onde há divisão racional do trabalho e, conseqüentemente, necessidade de distribuição social do

conhecimento. Nas sociedades modernas, este tipo de socialização pode ocorrer em instituições como as escolas, as organizações produtivas, os exércitos, as igrejas, entre outras (ABRANTES, 2017).

A socialização política é um aspecto da socialização, de modo geral. Nas palavras de Schmidt (2000, p. 56), é o “processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos”. Levando em conta o aspecto geracional, que particularmente nos interessa, visando o estudo da socialização política dos jovens, o mesmo autor oferece outra definição: socialização política é o “processo de interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações” (2000, p. 56). Cabe ressaltar que a socialização política não significa uma transmissão intencional de orientações políticas, mas, sim, é produto de diversos processos e experiências do indivíduo em suas interações sociais e que fogem do controle dos próprios agentes de transmissão, como pais e professores.

Se a conceituação é ponto pacífico da literatura, o momento em que se dá a socialização política e como ela ocorre foi fruto de discussão na Ciência Política. Inicialmente, a visão da academia era a mesma que a do senso comum: crianças não estavam preparadas, nem intelectual, nem moralmente, para o debate político, portanto, eram preservadas da política (EASTON; DENNIS, 1969). Entretanto, as pesquisas mais recentes, inclusive no Brasil, estão sintonizadas com a perspectiva de que a socialização na infância (socialização primária) é fundamental para a formação de uma personalidade política (SCHMIDT, 2000). Bazan et al. (2016) lembram que a socialização política pode ocorrer de modo bilateral, ou seja, além das gerações mais antigas socializarem as mais jovens, estas últimas também atuam na socialização dos mais velhos.

Outra discussão fundamental diz respeito às instituições responsáveis pela socialização. Família, escola, igreja, movimentos sociais, organizações produtivas, mídia e partidos políticos são algumas das possíveis agências de socialização política. Avaliar quais delas são as mais importantes não está dentro do escopo deste trabalho, entretanto, atenta-se para a relevância do ambiente escolar (nos mais diferentes níveis) para a formação de uma identidade política.

A família é considerada uma agência de socialização política pela sua capacidade de transmissão de atitudes políticas. De acordo com Schmidt (2000), a influência política da família¹ sobre os filhos já foi identificada empiricamente. Para o autor, a transmissão de tais atitudes políticas tende a crescer de acordo com a confiança e intimidade que existe entre pais

¹ Família tratada pelo autor em sua forma nuclear tradicional, composta por pai, mãe e filhos vivendo em um lar.

e filhos. Além disso, os filhos tendem a reproduzir tais atitudes quando as posições políticas do pai e da mãe convergem entre si. É importante destacar que a influência política dos pais tende a crescer, quando tais orientações são reforçadas posteriormente nas demais relações sociais dos filhos (com professores, colegas e amigos).

A escola é outro espaço de socialização importante na formação de atitudes políticas. Para Brenner (2011, p.115), a escola representa uma “novidade em relação à socialização que ocorre na família; é lugar de vivência de novas experiências, de construção de novas amizades, de convivência com o outro, muitas vezes lugar de convívio com a diversidade e a diferença”.

Segundo Schmidt (2000), na escola são transmitidos, de modo planejado e sistemático, conhecimentos acerca da sociedade e do mundo. Estes conhecimentos invariavelmente tocam questões políticas, sendo informadas e analisadas atividades e instituições políticas. No tocante a este assunto, contribuem Moreira e Silva (2002), para quem o currículo a ser cumprido pelos alunos deve ser considerado um elemento cultural e social, e não um elemento neutro e desinteressado. O currículo é composto por conteúdos cujas disciplinas estão inteiramente relacionadas com o mundo da política, como a História, a Geografia, a Sociologia e a Filosofia. Entretanto, mesmo disciplinas consideradas “menos politizadas” como a Física, a Química, a Biologia e a Matemática², são elementos de socialização dos estudantes.

Entretanto, a socialização pela escola não se dá apenas de modo intencional. As relações com os colegas de sala, com os professores e demais funcionários, as atividades práticas desempenhadas e o próprio ambiente escolar também são elementos de socialização (SCHMIDT, 2000). Um ambiente escolar que incentiva práticas como a participação em grêmios estudantis pode favorecer o desenvolvimento de noções de cidadania e democracia nos adolescentes, por exemplo. O caso específico das universidades como ambientes de socialização política será trabalhado mais adiante.

Schmidt (2000) considera a mídia outra agência de socialização política. A influência dos meios de comunicação atinge diversos aspectos da vida social, inclusive, as informações e conhecimentos acerca da política. Lima (2009) acredita que o papel da mídia enquanto agente de socialização política é o de construção da realidade por meio das representações que são

² Há um movimento pela educação da matemática crítica, que propõe discutir a importância da perspectiva democrática no ensino da matemática, como uma maneira de reflexão sobre a que e a quem servem o modelo atual de organização do ensino da disciplina. Informações complementares encontram-se em: SKOVSMOSE, O. **Educação matemática crítica: a questão da democracia**. Papirus Editora, 2001.

feitas. Com a capacidade de criar significados e sentidos, a mídia é capaz de influenciar posicionamentos.

Schmidt (2000) afirma que não existe um padrão universal de socialização política. Esta varia de acordo com as circunstâncias sociais e históricas de cada país ou região e com as posições e os papéis que os indivíduos em questão exercem na sociedade. Na vida social, os indivíduos invariavelmente passam pelos processos de socialização política, cada um à sua maneira, mas apenas alguns se engajam politicamente de fato. O engajamento político é o tema da nossa próxima discussão.

2.1.2 O engajamento político

O engajamento é um fenômeno social relativamente conhecido. Um determinado indivíduo pode se engajar nas mais diferentes situações, como em um emprego ou no estudo para uma prova. No caso deste estudo, o propósito é utilizar o engajamento político como construto teórico para compreender a militância partidária dos jovens estudantes.

Segundo Brenner (2011, p.42), a Sociologia “busca compreender as razões e os motivos que levam um indivíduo a se engajar em associações, grupos e movimentos sociais”. Dentro das correntes sociológicas que visam compreender o engajamento destaca-se aquela que percebe este fenômeno como um processo e não como algo dado. Segundo Seidl (2014), ao admitir que nenhum indivíduo nasce, mas torna-se, provisória ou permanentemente, um militante, é prudente considerar este fenômeno como um processo.

De acordo com Seidl (2014), o passado social das pessoas é importante para a compreensão da propensão ao envolvimento político. O processo de engajamento é iniciado nas socializações que os indivíduos vivenciaram. As disposições à militância constituem-se em importantes ferramentas de análise para entender os engajamentos ao longo da vida do indivíduo. Em estudo com militantes em uma universidade argentina, Bazan et al. (2016) relatam trajetórias de jovens marcadas pela dupla continuidade, ou seja, quando seguem o percurso político de suas famílias, dentro das mesmas ideologias e também de trajetórias marcadas pela ruptura ideológica com suas famílias, mas com a continuidade do ativismo político. As disposições advindas das múltiplas socializações, portanto, potencializam o engajamento militante, mesmo que, quando este ocorrer, os caminhos percorridos sejam por movimentos, partidos ou ideologias completamente diferentes daquelas com as quais o sujeito fora socializado.

Entretanto, lembra Brenner (2011), existem muito mais pessoas com disposições que efetivamente engajadas. Klandermans e Oegema (1987), que defendem a visão de que o

engajamento é fruto de uma ação racional em que o indivíduo pesa custos e benefícios em se engajar, concordam que o primeiro estágio para a concretização do engajamento é a formação de disposições. Mas isso não basta para o engajamento. Em seguida, no segundo estágio, devem existir o que os autores chamam de redes de recrutamento e tentativas de mobilização.

Para que as pessoas se engajem por determinada causa elas devem ser expostas ao alcance de tais redes que cumprem a função de mobilizar pessoas que tenham as disposições. Klandermans e Oegema (1987) exemplificam com um caso condizente com o período de publicação do artigo. As organizações ambientais norte-americanas foram eficientes em mobilizar pessoas para a defesa da causa ambiental a partir de uma ferramenta tradicional de divulgação: a mala-direta. Ainda assim, os autores entendem que o indivíduo tem mais chance de se engajar quando há uma relação mais próxima envolvida. Laços de amizade, vínculos com organizações, estruturas que incentivem o engajamento podem ser fundamentais para consolidação de um engajamento em uma causa.

Brenner (2011, p.44) reflete que “se não houver estruturas que exponham o sujeito à participação (espaços, grupos organizados localizáveis) as disposições terão pouca importância porque permanecerão inativas”. Isto acontece ao longo da vida da pessoa, na escola, no trabalho, na igreja e na universidade. A universidade, campo de estudo deste trabalho, pode se concretizar em um promissor espaço para a formação de redes de interação³, capaz de acessar, ou mesmo sensibilizar, jovens com as disposições necessárias para iniciar o engajamento militante. A universidade pública prevê gestão democrática, inclusive com participação estudantil nas instâncias decisórias. Diretórios e centros acadêmicos em unidades acadêmicas e o diretório central são, além de tudo, convites ao engajamento do jovem estudante.

Além do espaço, também devem existir pessoas engajadas. Desde militantes antigos (sejam eles professores ou estudantes) até outros que estão se engajando ao mesmo tempo. Para Brenner (2018, p. 261) “as redes de interação seriam os agentes da ativação e da transformação das disposições em prática”. Os vínculos sociais criados ajudam, inclusive, a diminuir a insegurança sobre o processo, facilitando e tornando mais natural o engajamento nesta causa (KLANDERMANS; OEGEMA, 1987). Brenner (2011) admite que o espaço

³ Klandermans e Oegema (1987) trabalham a partir da perspectiva da organização que engaja os sujeitos, como no exemplo dado sobre a causa ambiental. Portanto, os termos “*recruitment networks*” e “*mobilization attempts*” cunhados pelos autores holandeses e traduzidos aqui como “redes de recrutamento” e “tentativas de mobilização” descrevem e propõem a ação dos sistemas sociais em mobilizar indivíduos. Nesta dissertação, prefere-se utilizar o termo de Brenner (2011; 2018) “redes de interação” como condição necessária para o engajamento, valorizando as interações entre indivíduo – indivíduo e indivíduo – organizações, sendo estas também capazes de transformar disposições em práticas de militância.

universitário ou escolar não necessariamente fornece laços interpessoais fortes de imediato, mas dá suporte e segurança para o engajamento dos estudantes. Ainda assim, os laços interpessoais são fortalecidos durante o processo de engajamento, que é constante. Como exemplo, podem ser citados os laços de amizade fortes criados entre integrantes do mesmo coletivo.

Com as disposições e as redes de interação presentes, os próximos estágios são tratados como uma função entre os custos e benefícios do engajamento percebidos pelo indivíduo. O terceiro estágio significa ativar a motivação para o engajamento (KLANDERMANS; OEGEMA, 1987). Esta motivação está sendo formada na medida em que as disposições existem e as redes de interação, que são responsáveis por encorajar o engajamento, funcionam. De acordo com Brenner (2011):

O pertencimento anterior a redes formais ou informais de participação também contribui para o início ou manutenção do engajamento, na medida em que ‘acumulam experiências’ e servem como espaços de socialização, agregando-se às socializações anteriores, aumentando os esquemas de ação dos sujeitos e as disposições para a ação (BRENNER, 2011, p. 47).

Concernente a isto, o engajamento em partido pode ser fruto do acúmulo de experiências militantes em outras esferas, mais pontuais e provisórias, como ocupações e manifestações, somadas à percepção, por parte do militante, da necessidade de se engajar em um espaço mais estável e formal como os partidos políticos.

Assim quanto mais fortes as disposições e as redes de mobilização, maior será a possibilidade do indivíduo transformar em prática suas atitudes políticas. Ainda de acordo com Klandermans e Oegema (1987), o quarto estágio é remover as barreiras da participação. Estas barreiras podem estar relacionadas às outras esferas da vida do sujeito. Falta de tempo por conta de estudo ou trabalho, assim como a ausência de recursos financeiros quando estes são necessários para o engajamento, ou mesmo o desincentivo de família e amigos podem ser barreiras para a participação.

As barreiras também podem ser impostas pelos próprios grupos ou causas, que podem restringir ou exigir requisitos para a participação, como, por exemplo, a necessidade de formação (KLANDERMANS; OEGEMA, 1987). Os autores refletem que “motivação e barreiras interagem para ativar a participação. Quanto mais as pessoas estão motivadas, maiores as barreiras que elas podem superar” (p. 520).

Ainda assim, apenas o cálculo de custos e benefícios não é suficiente para explicar todo o engajamento e envolvimento com a política. De acordo com Avelar (2007), a

participação pode proporcionar ao indivíduo a vivência de “sentimentos de engrandecimento pessoal e social cuja importância afetiva não deve ser menosprezada” (p. 272).

Seidl (2014) discute as quatro possibilidades do engajamento militante e os consequentes investimentos pessoais feitos na militância. O primeiro tipo diz respeito aos indivíduos, em geral mais velhos, cuja trajetória profissional independe da militância, embora o sentido dado à própria profissão esteja estreitamente ligado ao próprio engajamento. Exemplos deste caso são os professores universitários que pautam suas atuações profissionais politicamente, das atividades em sala de aula até às disputas para cargos em sindicatos e reitorias.

O segundo grupo tem na militância, “perspectivas concretas de trabalho” (p. 63). A ocupação pode se dar em Organizações Não Governamentais (ONGs) e em órgãos ligados a temas específicos, como secretarias de juventude ou igualdade racial, por exemplo, nas administrações municipais, estaduais e federal. Neste caso, em geral vivenciado pelos jovens, os investimentos feitos na própria militância ajudam a abrir portas e podem se intensificar caso oportunidades de construção de carreira na área sejam vislumbradas.

O terceiro tipo de Seidl (2014) é o grupo em que a esfera de trabalho é formalmente a militância. É representado por indivíduos com intensa atuação em um partido e que acabam sendo funcionários do próprio partido. Já o quarto tipo é o chamado “empreendedorismo militante”, quando os indivíduos investem na criação dos grupos, como em ONGs ou coletivos, combinando suas vidas profissionais com a atuação na direção de tais organizações.

Como afirma Pudal (2009), o processo de engajamento militante é complexo, envolvendo diferentes tipos de socialização, histórias de vida e educação. Variam de acordo com as percepções individuais sobre a sociedade e seu lugar nela e com o próprio contexto em que se vive. Parece claro, por exemplo, que em um regime ditatorial, a militância por governos democráticos aumente seu espaço.

Analisar o engajamento político é um processo complexo, por ser necessário apreender os sentidos que o sujeito dá a todos os aspectos da militância, como “o investimento realizado, as retribuições, os limites estabelecidos pelo coletivo às vontades individuais, as diferentes valorações atribuídas aos diversos espaços e atividades da carreira militante” (BRENNER, 2011, p.53). O caso específico da juventude é particular por conta de questão temporal. Com vivências de engajamento mais curtas, utilizar o termo “carreira militante” pode ser excessivo. Percebe-se os jovens, assim como Brenner (2011), vivenciando e caminhando em seus “percursos militantes” e não necessariamente em carreiras.

O indivíduo engajado politicamente não necessariamente atua em partidos políticos. Os percursos militantes podem levar as mais variadas formas de engajamento e a energia militante pode ser empenhada em diversos movimentos. Araújo (2018) reflete sobre a existência das variadas formas de atuação e organização da juventudes. A participação juvenil pode se realizar em grupos organizados no campo cultural/artístico (como em grupos de rap e hip-hop), em coletivos que lutam por afirmação de direitos e respeito à identidade (como em grupos feministas e negros), ou mesmo em mobilizações esporádicas, pelos mais variados temas, como a redução do preço da passagem de ônibus ou a reforma da previdência social.

Se o campo de organização política é amplo, principalmente no caso da juventude, o movimento político-partidário continua sendo forma fundamental de participação cidadã em uma sociedade democrática. Dessa forma, os partidos inevitavelmente têm interesse em jovens engajados para renovar suas fileiras, seja pensando em aumentar sua base partidária seja com objetivo de formação de futuras lideranças. A próxima seção discute os partidos políticos e os processos de recrutamento.

2.2 O recrutamento partidário

2.2.1 Os partidos políticos

Schattschneider (1942) já dizia que as democracias modernas são democracias partidárias. Os partidos políticos, juntamente com a existência de eleições, são elementos necessários para a estabilização de uma democracia. Décadas depois, a afirmação continua válida para autores como Kinzo (2004), que classifica como um critério fundamental para a identificação de um regime democrático, a existência de eleições livres, justas, nas quais os partidos competem pelos cargos públicos disponíveis. Ao mesmo tempo, apenas a existência continuada da democracia é capaz de consolidar as instituições partidárias (KINZO, 2004). Relacionada a isto, a autora lembra que na Ditadura Militar brasileira (1964-1985), nem as eleições, nem os partidos foram completamente extintos. Entretanto, o regime autoritário impunha fortes restrições à participação política, o que, conseqüentemente, dificultava a completa institucionalização dos partidos.

Os partidos políticos podem ser considerados canais que agregam indivíduos e grupos que compartilham um mesmo programa, perspectivas de ação ou uma corrente de opinião específica (FERREIRA NETO, 1988). Para Muller (2000), os partidos políticos ajudam a reduzir os custos de informação, de decisão e de execução de acordos, tanto nas eleições quanto nos governos e parlamentos.

Neste sentido, Kinzo (2004) divide os papéis dos partidos nestas duas arenas: a eleitoral e a decisória. Na arena eleitoral, o papel dos partidos é de competir pelo apoio e suporte dos eleitores, visando conquistar posições de poder. Estando nessas posições, o papel dos partidos passa a ser participar das atividades de planejamento e implementação de políticas públicas, sendo considerados atores legítimos nos jogos de poder e nas negociações políticas, justamente por estarem respaldados pelo voto popular. Uma análise do sistema partidário brasileiro passa, portanto, pela capacidade dos partidos políticos de manterem a governabilidade democrática e organizar a competição eleitoral (KINZO, 2005).

Obras como *Sociologia dos Partidos Políticos*, de Michels (1982), publicada inicialmente em 1911, e *Os Partidos Políticos*, de Duverger (1980), publicada originalmente em 1951, foram consideradas base para o campo de estudo dos partidos políticos, área que se desenvolveu dentro da Ciência Política.

Para Michels (1982), necessita-se de organização para que a democracia seja concebida. Uma luta só pode ser vencida caso “se desenvolva no terreno da solidariedade entre indivíduos com interesses idênticos” (p. 15). Já Duverger (1980), a partir de discussões levantadas por Michels (1982), buscou elaborar e sistematizar uma tipologia para a classificação dos partidos políticos. Nesta tipologia destacam-se os partidos de quadro e partidos de massa. Segundo Duverger (1980), a diferença entre os tipos não assenta na sua dimensão ou mesmo no número de membros, mas sim em sua estrutura. O primeiro tipo diz respeito aos partidos que eram formados por notáveis, em geral sob a forma de partidos conservadores ou liberais do início do século XIX. Já os partidos de massa surgiram no final do século XIX e início do século XX. Com a expansão do sufrágio, foi favorecida a criação de partidos comunistas, socialistas e trabalhistas, que conseguiram integrar grandes grupos de trabalhadores.

Amaral (2013), com base em Duverger (1980), destaca as principais características de cada tipo de partido, que serão apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Partidos de quadros e partidos de massa

| Características | Partidos de quadros | Partidos de massa |
|--|--------------------------------|---|
| Origem | Interna ao parlamento | Externa ao parlamento |
| Organização interna | Baixa intensidade | Alta intensidade |
| Articulação entre as instâncias partidárias | Fraca | Forte |
| Financiamento | Dependente de grandes doadores | Compartilhado entre os membros |
| Crítérios para adesão | Inexistentes | Rigorosos |
| Concentração de poder | Elite parlamentar | Subordinação dos parlamentares ao partido |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Amaral (2013).

Enquanto os partidos de quadros correspondiam aos partidos de comitês, ou seja, eram descentralizados e pouco articulados, dependendo de financiamentos focalizados, os partidos de massa eram centralizados, mas com forte articulação entre suas seções (DUVERGER, 1980).

Os partidos de massa continham mecanismos formais de adesão, com contribuições anuais por parte dos adeptos. Já nos partidos de quadros, o ingresso se dava de modo não oficial e os pagamentos eram irregulares, já que havia pessoas “notáveis financeiramente” que sustentavam as campanhas. Ou seja, nos partidos de massa, o grande público, cada vez mais incluído por conta do sufrágio universal, contribuía com pequenas quantias individuais formando um grande montante. Já nos partidos de quadros, alguns poucos notáveis financiavam o partido (DUVERGER, 1980)

Naquele contexto, o partido de massa era considerado o mais adaptado para sobreviver à democracia moderna. A aplicação do sufrágio universal provocou o desenvolvimento de partidos socialistas que eram verdadeiras “grandes comunidades humanas” (DUVERGER, 1980). Portanto, os partidos de quadros, aos poucos, seriam obrigados a adotar algumas características dos partidos de massa que, por sua vez, eram percebidos como o “estágio final” da evolução dos tipos partidários.

Kirchheimer (1966, apud AMARAL, 2013)⁴ percebeu transformações nos comportamentos partidários na Europa Ocidental em meados do século XX, de modo que tratar os partidos de massa como o estágio final evolutivo de tais agremiações não correspondia mais à realidade. Assim, o autor desenvolveu o conceito de partido *catch-all*. Os partidos de massa estavam se transformando em organizações que visavam apenas o sucesso eleitoral, diluindo-se ideologicamente e recrutando quadros diversos sem o rigor de outrora. O fenômeno do *catch-all* está associado à competição. O recrutamento é feito pensando no desempenho eleitoral, portanto o partido está apto a se adaptar às estratégias de sucesso de seus concorrentes visando os mesmos benefícios. Peres e Machado (2017, p. 131) compreendem que tal evolução acarretaria impactos negativos “na capacidade dos partidos de manterem vínculos sociais e elevado nível de identificação dos eleitores em relação às suas plataformas”.

Katz e Mair (2004) identificaram um novo modelo de partido, o chamado “partido cartel”, que foi considerado a evolução dos partidos de quadros, de massa e *catch-all*. Neste

⁴ KIRCHHEIMER, O. The Transformation of the Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (ed.). **Political Parties and Political Development**. Princeton: PUP, 1966. p. 177-200.

tipo de partido, a relação principal se dá não mais com a sociedade, mas sim com o Estado. De acordo com Peres e Machado (2017), as despesas partidárias estavam muito elevadas para que apenas os filiados custeassem. Havia a necessidade de buscar esses recursos em outro lugar: o Estado. Amaral (2013) traz algumas características desta relação de dependência que os partidos têm para com o Estado como, por exemplo, a garantia de acesso à mídia de massa, que é proporcionada pelo Estado. Além disso, o Estado é importante financiador da atividade partidária, principalmente com relação aos recursos humanos dos partidos, seja por meio dos repasses do fundo partidário ou porque é responsável pelos salários de eleitos e assessores do parlamento e do poder executivo.

Com a proibição do financiamento empresarial para campanhas partidárias pelo Supremo Tribunal Federal em 2015, os fundos públicos se tornaram ainda mais importantes para a saúde financeira dos partidos. No Brasil, o simples registro na justiça eleitoral faz com que os partidos recebam parte do fundo partidário constituído com recursos públicos. Outra parte do fundo é proporcional ao desempenho do partido nas eleições.

A chamada “cláusula de barreira”, aprovada na reforma política de 2017, determina que o fundo partidário será dividido, a partir de 2019, apenas entre os partidos que atingirem determinado desempenho nas eleições seguintes, desempenho este que deve aumentar pela lei gradativamente até 2030 (CARTA CAPITAL, 2017). Dessa forma, torna-se imperativo que os partidos, para terem acesso ao montante, não apenas existam e disputem cargos eletivos, mas também tenham bons resultados nestes pleitos.

Neste contexto de cartelização partidária, a própria dinâmica da filiação partidária é alterada. Segundo Peres e Machado (2017, p. 133), neste tipo de partido “as linhas demarcatórias entre os membros, de um lado, e os simples apoiadores e simpatizantes, de outro, tornam-se tênues”. Soma-se a isso este novo contexto criado pela cláusula de barreira, que condiciona o recebimento de fundo partidário ao desempenho eleitoral.

Com a atenção voltada para as disputas eleitorais, a renovação de lideranças se dá pela atração de indivíduos que carreguem por si só capital político ou meios para a sua obtenção, como pertencimento à família tradicional, recursos financeiros próprios, prestígio midiático e social. Pragmatismo é a palavra de ordem para o recrutamento de novos membros.

É este tema que o próximo tópico discute.

2.2.2 *O recrutamento partidário*

Como dito anteriormente, os partidos são instituições importantes dentro da democracia. Mesmo com as recorrentes alegações de que tais instituições estariam passando

por crises de legitimidade, nas democracias modernas (democracias de massa) a representação é elemento imprescindível para fazer valer a vontade de múltiplos estratos da sociedade, sendo os partidos um dos principais encarregados para que tal representação aconteça. Como lembra Machado (2016), são os partidos políticos os responsáveis pela mobilização nas eleições, pela construção de projetos que agregam demandas da sociedade, pela representação política, enfim, por diversas áreas da dinâmica governamental.

Porém, é necessário que esses partidos sejam capazes de se renovar. Entendendo o ambiente político como um espaço competitivo e hostil, os partidos devem buscar sua sobrevivência e sua reprodução ao longo do tempo, renovando seus quadros, em especial suas elites e lideranças (MACHADO, 2016).

Peres e Machado (2017) elencam quatro razões para que se haja renovação dos quadros partidários. Esta é considerada por eles, fator necessário – embora não suficiente – para a persistência dos partidos. A primeira razão diz respeito à reprodução ao longo do tempo. Chegar ao poder, mas não conseguir transmitir esta herança às próximas gerações não faz sentido. A segunda razão para renovar os quadros está relacionada a conseguir se adaptar às mudanças do ambiente. Novos quadros oxigenam o partido e mostram que este está respondendo às demandas atuais das esferas política e social

O terceiro motivo relatado por Peres e Machado (2017, p. 127), é que a renovação “permite a formação de novos quadros para a necessária reposição de lideranças preparadas para cumprir eficazmente suas funções de direção, representação e governança”. Por último, dentro de uma democracia representativa, os partidos são indispensáveis para o funcionamento do sistema político. Cabe, então, aos próprios partidos, proverem as futuras lideranças para que o sistema continue em funcionamento. Embora estes quatro motivos coexistam na agenda partidária, por vezes um ou outro motivo prepondera sobre os demais no interesse do partido pela renovação de seus quadros. Ou seja, ora o partido pode buscar novas lideranças, ora pode prezar pela atualização de suas ideias e aproximação das demandas da sociedade.

Pela importância exposta da renovação contínua dos partidos, as atenções recaem sobre a necessidade de recrutamento de novos quadros. O recrutamento é um processo habitual nos mais diferentes tipos de organização e frequentemente estudado no campo da administração, fundamentalmente na área de gestão de pessoas. Este processo basicamente resume-se em atrair indivíduos para processos seletivos que visam preencher postos de trabalho nas organizações.

No caso desta dissertação, o recrutamento será discutido no âmbito específico do partido político. Ou seja, o processo de recrutar indivíduos para preencher as fileiras partidárias. Em uma análise do estado do campo, são perceptíveis estudos que discutem o fenômeno do recrutamento partidário. Porém, as pesquisas sobre recrutamento, em geral, discutem o processo apenas em sua fase final, mais precisamente no processo que acontece internamente nos partidos, visando à escolha de candidatos para concorrerem eleitoralmente. É o caso do estudo de Marenco e Serna (2007) que discutiram as diferenças da construção de carreiras políticas entre partidos à esquerda e à direita, no Brasil, no Chile e no Uruguai. Braga, Veiga e Miríade (2009), por sua vez, pesquisaram como foi feita a seleção para a candidatura dos eleitos a deputado federal nas eleições de 2006. Mesmo em décadas passadas, investigações sobre a fase final do recrutamento já ocorriam. Fleischer (1977) investigou padrões em 30 anos de recrutamento da bancada de deputados federais mineiros, entre 1945 e 1975. Por sua vez, Sacchet (2012) discutiu o recrutamento partidário para as legislaturas sob a perspectiva de gênero, evidenciando a sub-representação feminina, na qual as mulheres recebem menos apoio financeiro dos partidos e são menos selecionadas para a disputa que os homens.

A ausência de estudos sobre o recrutamento partidário de jovens chamou a atenção de Peres e Machado (2017, p.23), já que se trata de um segmento da população em disputa pelos partidos e suscetível ao recrutamento. Para os autores “os jovens representam a renovação geracional das sociedades, o que, necessariamente, exige sua preparação para assumir funções as mais diversas, inclusive as de lideranças políticas”. Neste caso, os partidos podem (ou não) ser os agentes de formação de novas lideranças políticas.

Machado (2016) propõe um modelo de recrutamento que, em tese, preencheria todas as etapas do processo. A primeira etapa é a filiação, a segunda etapa é a formação dos quadros e a terceira etapa é a seleção e o deslocamento dos membros para cargos da burocracia partidária, da burocracia estatal ou, ainda, para as candidaturas.

No modelo da autora, o recrutamento se distingue em dois tipos: extensivo e intensivo. No tipo extensivo, todas as etapas de recrutamento, inclusive a formação, acontecem. Neste caso, privilegia-se a educação política de seus membros, favorecendo a formação de lideranças, sendo, conseqüentemente, um modelo de recrutamento mais amplo.

Para Machado (2016) o recrutamento intensivo se dá quando o partido abre mão de uma ou duas etapas do processo. Este recrutamento intensivo pode se dar de algumas maneiras. Uma primeira possibilidade é ignorando a etapa de formação, pois o indivíduo ou já se formou externamente ou já será imediatamente selecionado para uma candidatura ou outro

cargo interno ao partido. O primeiro caso, da formação externa e anterior ao partido, pode acontecer quando o sujeito já é engajado em outros movimentos, ou até já militou por outros partidos. Dessa maneira, a formação política específica naquele partido pode esperar ou mesmo não ocorrer.

Outro caso costumeiro na política e que se relaciona a esta possibilidade de recrutamento intensivo, é a filiação de figuras já conhecidas pelo público, como apresentadores de televisão, esportistas e artistas com objetivo de disputar cargos. De acordo com Miguel (2003), os meios de comunicação são fontes cruciais de produção de capital político, portanto, geram atalhos para que sujeitos com alta exposição em tais meios galguem posições importantes no campo político, sem que tenham construído uma carreira política anterior, ou mesmo nunca tenham sido formados politicamente em algum movimento. Para os partidos, portanto, pode ser interessante a filiação e imediata seleção para disputa de cargos de tais sujeitos, independentemente de formá-los.

Uma segunda possibilidade de recrutamento intensivo exclui a etapa de seleção. Neste caso, a ideia é recompor a militância, filiando e formando os quadros. É uma possibilidade comum quando se trata do recrutamento de jovens. A terceira possibilidade contempla apenas a filiação, quando o objetivo é apenas a construção de uma base partidária que não precisa ser formada internamente e que nem galgará posições de elite (MACHADO, 2016). Estas duas últimas possibilidades, embora excluam a etapa de seleção, são de extrema importância para o desempenho eleitoral dos partidos. Forma-se uma militância capaz de participar de campanhas por candidatos nas ruas e nas redes sociais, visando a multiplicação dos votos da candidatura em questão.

Parece claro inferir que o recrutamento extensivo é mais oneroso, em recursos como tempo e dinheiro, que o recrutamento intensivo. Porém, é o tipo de recrutamento que mais favorece a formação de quadros identificados e com perfil para assumir os principais cargos de elite. Machado (2016) considera que tais tipos de recrutamento podem ser combinados, dependendo do contexto político e das estratégias partidárias. Imagina-se, portanto, que às vésperas de uma eleição, a etapa de formação dos filiados possa ser suprimida pensando na importância destes novos filiados nas campanhas dos candidatos de um determinado partido.

Além dos tipos intensivo e extensivo de recrutamento, Machado (2016) também discute as formas de incorporação de novos membros. Estas são classificadas de acordo com escopo e origem. Com relação ao escopo, o recrutamento pode ser fechado ou aberto. Enquanto o primeiro consiste na integração de parentes no partido, no segundo caso o filiado não tem grau de parentesco com demais membros. A análise destas categorias permite avaliar

a capacidade de renovação política de um partido. Um recrutamento fortemente fechado pode significar o peso das elites familiares no partido, que impedem uma renovação ampla ou revelam a dificuldade da formação de redes de recrutamento (KLANDERMANS; OEGEMA, 1987) que chamem a atenção de indivíduos exteriores ao núcleo partidário. Estas redes de recrutamento são formadas pelas estruturas partidárias com objetivo de acessar e mobilizar os indivíduos “potencialmente recrutáveis”.

De acordo com Klandermans e Oegema (1987, p.520), “a formação de redes de recrutamento envolve tanto ampliar o alcance da organização, particularmente em nível local, como formar coalizões com outras organizações”. É importante, portanto, que o partido esteja presente, nos mais diferentes espaços, por meio de seus militantes ampliando assim o alcance. Também podem formar coalizões, provisórias ou permanentes, com outras organizações com objetivo de incrementar tais redes. Desta maneira, movimentos sociais, ONGs e coletivos podem ter relação com partidos específicos, tendo entre seus quadros indivíduos que militam por ambas as organizações. Militantes dos primeiros grupos podem ser recrutados mais facilmente pelo partido por já estarem em contato com as redes. A existência de tais redes incrementa a possibilidade de recrutamento aberto. Esta relação com outras organizações podem, inclusive, não serem oficiais ou esperadas. Neste sentido, David e Oliveira (2018) observaram a inserção de militantes de partidos em um conselho de políticas públicas, direcionando o foco para assuntos e disputas partidárias. Ainda assim, a presença dos partidos nestes locais serve ao objetivo de aumentar o alcance do partido.

Com relação à origem, Machado (2016) divide as possibilidades entre recrutamento democrático e plutocrático. Com inspiração weberiana, a autora assinala que o recrutamento plutocrático envolve aqueles que não dependiam financeiramente da política quando foram recrutados. Já o recrutamento democrático é o que ocorre com aqueles indivíduos que precisam dos rendimentos de sua profissão política, seja em cargos eletivos ou burocráticos. A autora aponta que tal distinção acaba ficando nebulosa, já que muitos dos que foram recrutados democraticamente, com o tempo, tornam-se capazes de viver com os demais rendimentos que criaram ao longo dos anos, portanto, é importante considerar o momento em que ocorre a filiação (MACHADO, 2016). Parece claro inferir que o recrutamento plutocrático atende mais aos interesses de um recrutamento para elite partidária, principalmente em contexto de restrições de gastos e com a proibição do financiamento empresarial de campanhas. Assim, pode ser interessante para o partido a filiação de quadros capazes de financiarem suas próprias campanhas ou mesmo a de outros membros do partido.

A última classificação de Machado (2016) diz respeito às modalidades e submodalidades de recrutamento. A questão neste caso é o nível de proatividade e reatividade do partido e do filiado. Em linhas gerais, caso o partido seja proativo na busca por novos filiados têm-se a modalidade de filiação por captação. Caso a iniciativa venha dos indivíduos, a modalidade de filiação é chamada de recepção. Tais modalidades se subdividem em submodalidades. No caso da maior proatividade partidária (modalidade captação) a filiação pode ser por “cooptação” ou “convicção”. O primeiro se dá quando “o membro é atraído por algum interesse conjuntural, visando a algum benefício circunstancial associado ao partido, como o oferecimento de vaga para candidatura a algum cargo eletivo” (MACHADO, 2016, p.66). Já na captação por convicção, o filiado é atraído pela formação de uma identificação com o partido, ideológica ou programática, independentemente de interesses em galgar cargos.

Já na modalidade de recepção de novos filiados, o partido assume uma posição mais reativa. Os subtipos são: recepção por adesão ou recepção por identificação, que se assemelham com as submodalidades anteriores, alterando apenas de quem parte a iniciativa. Na recepção por adesão, o indivíduo procura o partido com algum interesse “conjuntural e pragmático, como ter uma legenda que facilite sua candidatura em determinada eleição” (MACHADO, 2016, p. 66). Já na recepção por identificação, os indivíduos se filiam por conta de uma identificação espontânea com o partido. Peres e Machado (2017) resumem as possibilidades no quadro 2:

Quadro 2 – Modalidades e submodalidades de recrutamento

| Modalidades | Submodalidades | Motivações |
|---|----------------|--------------------------|
| Captação (Atuação proativa do partido) (Atuação reativa do filiado) | Cooptação | Interesses pragmáticos |
| | Convicção | Interesses programáticos |
| Recepção (Atuação reativa do partido) (Atuação proativa do filiado) | Adesão | Interesses pragmáticos |
| | Identificação | Interesses programáticos |

Fonte: Peres e Machado (2017)

Tal divisão entre o recrutamento por captação e o recrutamento por recepção é interessante para esta pesquisa porque perpassa a interseção entre o engajamento político e o recrutamento para o partido. É possível imaginar que, na realidade concreta, atuações proativas e reativas da organização e do indivíduo (partido e filiado) se relacionam em um movimento dialético. Mesmo em uma situação onde a atuação partidária é, em grande parte,

reativa, ou seja, partindo do indivíduo o interesse na filiação, é crível a possibilidade do partido ter participado e atuado anteriormente, estrategicamente ou não, na formação de disposições e motivações do engajamento político daquele indivíduo, que acabaria o direcionando rumo à filiação partidária.

Ainda no que tange a este tema, cabe refletir sobre o que o partido oferece para que um indivíduo o procure (recrutamento por recepção) ou ainda para convencê-lo à filiação (recrutamento por captação). Trata-se de recompensas oferecidas pelo partido, reconhecidas pelo indivíduo. Estas recompensas podem ser, por um lado, a promessa de cargos (eletivos ou não). Por outro lado, o partido pode simplesmente oferecer a possibilidade do indivíduo de participar ativa e constantemente na política, estando este indivíduo consciente de que sua participação nesse espaço é válida e necessária, independente de possíveis cargos. Cabe ressaltar, portanto, que não se trata de um simples cálculo racional de custos (dispendidos pelo indivíduo que se filia) e benefícios (ofertados pela organização) (AVELAR, 2007). Custos e benefícios afetivos da militância podem não ser quantificados em uma visão apenas utilitária e racional do envolvimento com a política.

Na próxima seção, discute-se a universidade brasileira, em especial, a pública. Além de lócus da pesquisa, a arena universitária pode oferecer condições propícias para que se intensifiquem os processos de engajamento político e recrutamento partidário dos indivíduos. Cabe, portanto, explorar o passado e o presente da universidade brasileira, podendo assim destacar elementos que favoreçam tais processos dentro da arena universitária.

2.3 A universidade

2.3.1 Aspectos históricos

A universidade é uma das instituições mais antigas que ainda permanecem presentes e prestigiadas nos tempos atuais. As primeiras universidades datam o século XI e XII em Bolonha, na Itália e em Paris, na França, ou seja, em plena Idade Média. Após este surgimento, as universidades expandiram-se por toda a Europa e, em seguida, pela América Espanhola e depois pelo território da América do Norte. O modelo a ser seguido nesses espaços foi o da universidade europeia, embora em cada lugar desenvolveu-se um tipo de organização diferente (TORGAL, ESTHER, 2014).

Trindade (1999) divide o desenvolvimento da universidade em quatro períodos. O primeiro, do século XII ao Renascimento, é o período de invenção da universidade, em contexto medieval. É voltada para a formação teológico-jurídica, em especial a partir dos

saberes da Teologia, do Direito Romano, do Direito Canônico e das Artes. Além das já citadas Universidade de Bolonha e Universidade de Paris, nesse período surgem também as reconhecidas Universidade de Cambridge e Universidade de Oxford, na Inglaterra.

O segundo período do desenvolvimento da universidade se inicia no século XV e é marcado pelo renascentismo e pelas transformações comerciais do capitalismo. A hegemonia teológica dá lugar ao humanismo e ao antropocentrismo. O terceiro período data dos séculos XVII e XVIII, que têm como marco as descobertas científicas do iluminismo e da revolução inglesa. São criadas as primeiras cátedras científicas e, conseqüentemente, inaugurados museus, jardins botânicos e laboratórios científicos (TRINDADE, 1999).

O último período, analisado por Trindade (1999), é o que se inicia no século XIX e continua presente nos dias de hoje. Trata-se da universidade moderna, na qual é difundida a ideia de papel social da universidade, havendo assim uma tendência para a sua estatização. Segundo o autor, é levado ao “centro da instituição universitária as complexas relações entre sociedade, conhecimento e poder” (p. 18).

É apenas neste quarto período que se formam as universidades brasileiras. Segundo Torgal e Esther (2014), a criação oficial da universidade no país se deu já em contexto republicano, com a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920. O Decreto 14.343, de 7 de Setembro de 1920, reúne a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro formando a Universidade do Rio de Janeiro (BRASIL, 1920). Os autores comentam que outras universidades reivindicam para si o título de “primeira universidade brasileira” como a do Paraná, a de São Paulo e a do Amazonas. Entretanto, tratava-se de tentativas de criação de universidades estaduais, que conseguiram a validação de seus diplomas somente décadas depois. A Universidade de São Paulo, por exemplo, será efetivamente criada em 1934, em data posterior à Universidade Federal de Minas Gerais.

Em 11 de abril de 1931, o primeiro estatuto das universidades foi criado por decreto pelo então Presidente Getúlio Vargas. Logo no artigo 1º, foi determinada a finalidade do ensino universitário, preconizando a busca pela grandeza da nação:

Elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaesquer dominios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercicio de actividades que requerem preparo tecnico e scientifico superior; concorrer, emfim, pela educação do individuo e da collectividade, pela harmonia de objectivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as actividades universitarias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade (BRASIL, 1931).

Entre outras definições trazidas pelo estatuto, observa-se a necessidade de pelo menos três faculdades, entre as quatro a seguir, para o reconhecimento de uma instituição de ensino como universidade: Faculdade de Medicina, Faculdade de Engenharia, Faculdade de Direito e Faculdade de Educação, Ciência e Letras (Artigo 5º). Também estabelece a nomeação do Reitor pelo governo a partir de lista tríplice escolhida pelo conselho universitário (Artigo 16º).

Naquele momento, duas visões de universidade conflitavam. A primeira visão, decorrente de influências liberais, propunha uma nova forma de se pensar a universidade. Segundo Torgal e Esther (2014), esta visão criou uma disputa entre dois grupos. Por um lado, fomentou a corrente liberal elitista, na qual a educação superior deveria ser acessada pelas elites, responsáveis pela civilização. Assim, em 1933, é criada a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo que, no ano seguinte, se transformaria na Universidade de São Paulo (USP). Por outro lado, uma corrente de liberais igualitários, representada fundamentalmente por Anísio Teixeira, fez nascer, em 1935, a Universidade do Distrito Federal (UDF). De acordo com Fávero (2006), a UDF nasceu como um projeto de atividade científica livre e desinteressada, ou seja, sem estar comprometida com interesses governamentais ou empresariais. Perseguida pelo governo Vargas, a UDF foi extinta após quatro anos de sua criação.

A segunda visão, apoiada pelo governo autoritário de Getúlio Vargas, previa a universidade técnica, “voltada para a formação profissional do cidadão trabalhador brasileiro, dentro de uma lógica autoritária e definidora da identidade nacional” (TORRAL; ESTHER, 2014, p. 168). Junto ao fim da UDF, em 1937, foi criada pelo governo a Universidade do Brasil, a partir de reestruturação da Universidade do Rio de Janeiro. Esta nova universidade oficial ditaria o tom do que o governo esperava do ensino superior, já sob o regime autoritário do Estado Novo.

Foi no contexto do Estado Novo que a União Nacional dos Estudantes (UNE) surgiu. Paula (2009) relata que sua criação, ao mesmo tempo em que se trata de uma indiscutível conquista estudantil, também não era vista com antipatia pelo Estado. No regime autoritário, diversas tentativas de cooptar setores organizados da sociedade eram realizadas. Em seu início, as lutas encampadas pela UNE eram relacionadas, principalmente, a questões externas à universidade e à educação como um todo, estando os estudantes, em boa parte, alinhados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Cabe destacar o posicionamento contrário ao avanço do nazifascismo e, posteriormente, o protagonismo em campanhas pelo monopólio do Petróleo brasileiro, o que inclusive levaria à criação da Petrobrás no segundo governo Vargas (PAULA, 2009).

Nas décadas de 1940 e 1950, uma primeira expansão do ensino superior ocorreu (TORGAL; ESTHER, 2014). Ao mesmo tempo em que algumas universidades foram criadas, outras instituições surgiram, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em 1948. A SBPC é uma associação civil, sem fins lucrativos e sem caráter político partidário, que tem entre seus objetivos contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, disseminar o conhecimento científico e defender os interesses dos cientistas do país (SBPC, 2008). Neste período surgiu também o então Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq, que em 1974 transforma-se em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, mantendo a mesma sigla) e a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) em 1951. A CAPES tinha como objetivo “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico e social do país” (BRASIL, 1951). Tal objetivo estava de acordo com a visão desenvolvimentista do segundo governo Vargas.

Com relação a UNE, os anos 1940 e 1950 foram marcados pela alternância de poder entre a esquerda e a direita. Em meados da década de 40, os estudantes da UNE se dividiram entre setores ligados ao PCB e recentes filiados à União Democrática Nacional (UDN). Estes últimos conseguiram vitórias importantes no movimento estudantil, mas a onda de repressão do governo Dutra, bem como a insatisfação com o partido, logo os levaram ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) reaproximando-os dos comunistas (PAULA, 2009). Até o final da década de 1940, teve-se, portanto, uma hegemonia de esquerda na UNE, o que começou a se alterar na década de 1950. Entre 1950 e 1956, estudantes de direita conseguiram chegar à presidência da UNE, inclusive com suporte norte-americano (PAULA, 2009). Cabe contextualizar o momento com o início da Guerra Fria e as tentativas norte-americanas de conter qualquer tipo de influência comunista.

O início da década de 1960 foi marcado por dois fatores no que diz respeito ao ensino superior. Em 1961, sob o ideário de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, foi criada a Universidade de Brasília (UnB), a primeira pensada como tal e não apenas como a união entre faculdades isoladas. Segundo Morhy (2004), o modelo foi inspirado na universidade norte-americana, onde as cátedras são substituídas por departamentos. A UnB visava um modelo inovador, mais moderno e flexível, como se vê no discurso de Anísio Teixeira em 1961, em sua posse como membro do conselho diretor da Fundação Universidade de Brasília:

"Queremos que a Universidade de Brasília não seja apenas a 28ª universidade do Brasil. Queremos que ela concretize uma mudança real e seja um instrumento de promoção, de cultura e de soluções de problemas, voltada para o meio social exterior. Nossos planos são para que ela se identifique com as aspirações de evolução do país e contribua para que suas finalidades sejam alcançadas. Pretendemos superar as resistências das nossas universidades formuladas nos moldes antigos, voltadas para si mesmas, mais do que para a nação, preocupadas mais com o seu papel de guardiãs da cultura do que com a necessidade do progresso e desenvolvimento da sociedade" (TEIXEIRA, 1961 apud MORHY, 2004, p.30).

Ainda no fim de 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Assim como em sua versão mais recente, de 1996, a sancionada pelo Presidente João Goulart versava sobre a educação em geral e não apenas sobre o ensino superior. Ainda assim, o Título IX da lei era dedicado à "educação de grau superior", definindo, entre outras coisas, que o objetivo da educação superior era a "pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário" (BRASIL, 1961). De acordo com Torgal e Esther (2014), mesmo promulgada junto à criação da UnB, a LDBEN manteve o modelo de cátedra vitalícia e a composição da universidade pelo meio da justaposição de faculdades isoladas. Além do mais, mesmo objetivando a pesquisa e o desenvolvimento da ciência, os capítulos da lei não discutiam a produção científica, bem como temas relacionados ao pensamento crítico e reflexivo nas universidades.

Já com relação ao movimento estudantil, em 1956, as forças de esquerda conseguiram recuperar o comando da UNE. As gestões seguintes, portanto, voltaram ao programa nacionalista, que entre seus pontos principais salientavam a defesa da indústria nacional, a manutenção do monopólio estatal do petróleo e a reforma agrária (MENDES JUNIOR, 1982).

Os anos 1960 iniciaram com novos métodos de trabalho dentro da organização estudantil. Eram convocados seminários, nos quais os diversos representantes estaduais sugeririam formas de posicionamento. Destes seminários, surgiram cartas programáticas que orientariam as atividades da UNE. Segundo Mendes Junior (1982), as duas primeiras cartas produzidas pela entidade, Carta da Bahia e Carta do Paraná (denominadas assim por conta dos locais de realização dos seminários), incidiam em pontos importantes para a educação superior brasileira.

A primeira carta já trazia a insatisfação quanto ao fato da universidade ser elitista, estando a maioria da população afastada da formação superior. Esta carta destacava as principais razões para uma reforma universitária, o que se concretizaria como principal demanda da segunda carta produzida pela UNE. A carta do Paraná, portanto, apresentou a luta

dos estudantes por uma reforma que democratizasse o ensino universitário, abrindo-a para o povo e trazendo autonomia para as universidades. A proposta da UNE era que esta reforma universitária entrasse nas famosas “reformas de base” do governo João Goulart (Jango). Estas reformas de base se tornaram um dos alvos das forças conservadoras (por serem pretensamente comunistas) e que acabariam por culminar no golpe militar de 1964 (MENDES JUNIOR, 1982).

O momento político era de enorme tensão. De acordo com Mendes Junior (1982), o engajamento político da UNE naquele momento era completo. Em Março de 1964, às vésperas do golpe, o então presidente Jango em uma tentativa de demonstração de força convocou um grande comício em apoio às reformas de base. Como não poderia deixar de ser, a UNE esteve presente e seu presidente, José Serra, discursou em um evento que reuniu mais de 200.000 pessoas. A reação dos setores conservadores foi imediata e, alguns dias depois, por meio de um golpe que retirou do poder o presidente Jango, militares assumiram o governo. A UNE foi uma das vítimas imediatas do processo, tendo sua sede invadida e incendiada. Nos anos seguintes a UNE se tornaria um dos focos de resistência do regime militar.

Segundo Torgal e Esther (2014, p.172), o governo militar foi paradoxal no que tange as ações no campo da educação superior. Ao mesmo tempo em que houve grande repressão a estudantes e professores, investimentos consideráveis foram feitos ocasionando “um salto qualitativo e quantitativo das universidades brasileiras”.

Se o ano de 1968 é conhecido nos estudos sobre a ditadura militar como o ano do acirramento do regime por conta da instituição do Ato Institucional Número 5, com relação à educação superior o ano é marcado pela reforma universitária. Para Martins (2009), a reforma de 1968, por si só, demonstra o paradoxo das ações no que tange a universidade.

Por um lado, modernizou uma parte significativa das universidades federais e determinadas instituições estaduais e confessionais, que incorporaram gradualmente as modificações acadêmicas propostas pela Reforma. Criaram-se condições propícias para que determinadas instituições passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa, que até então – salvo raras exceções – estavam relativamente desconectadas. Aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica. (MARTINS, 2009, p.16)

Além disso, a reforma universitária possibilitou uma política nacional de pós-graduação, conduzida de forma eficiente pelas agências de fomento governamentais, que acabaram por servir à modernização e expansão da pesquisa científica no Brasil. Entretanto,

Martins (2009), também comenta os demais efeitos da reforma, em especial, aqueles que orientaram a visão privatista de educação superior. Para o autor, a reforma possibilitou o surgimento de “instituições organizadas a partir de estabelecimentos isolados, voltados para a mera transmissão de conhecimentos de cunho marcadamente profissionalizantes e distanciados da atividade de pesquisa” (p. 17). A formação crítica, mais uma vez, ficaria pelo caminho. A lógica era voltada para o desenvolvimento tecnológico e produtivo industrial, processos ainda incipientes no Brasil naquele momento (TORGAL; ESTHER, 2014).

Para a UNE, o ano de 1968 também foi marcante em relação à oposição forte ao regime militar. São dois os motivos principais, segundo Mendes Junior (1982). O primeiro, em março, foi o assassinato do estudante Edson Luís dentro do restaurante estudantil Calabouço, no Rio de Janeiro. Sob o pretexto de prender um líder estudantil que estaria organizando uma passeata, a polícia entrou atirando no restaurante e uma bala acabou por atingir Edson, matando-o. Diversas e imediatas manifestações contra este assassinato tomaram o país, sendo que, no enterro do jovem, 50 mil pessoas compareceram. O segundo motivo está relacionado ao contexto internacional, mais precisamente o contexto europeu. Rebeliões estudantis eclodiram na França e ecoaram pelo mundo, clamando por liberdades civis e políticas⁵. Assim, grandes manifestações estudantis tomaram o Brasil a partir de 1968 e, ao mesmo tempo em que a ditadura militar enrijeceu o regime, os estudantes também acirraram a resistência, fazendo parte inclusive da luta armada (MENDES JUNIOR, 1982; PAULA, 2009).

Darcy Ribeiro (1978) elenca cinco crises que a universidade vivia nesse momento de ditadura militar. A primeira, conjuntural, era produto da transformação de sociedades industriais para sociedades mais tecnológicas e científicas. Isso exigiria maior formação para a mão de obra. A segunda crise descrita é política. Ribeiro (1978, p.24) argumenta que “as universidades, estando em estruturas sociais conflitantes, veem-se sujeitas a expectativas antagônicas de setores que as querem conservadoras e disciplinadas, e de outros que as desejam renovadoras ou, até, revolucionárias”. O célebre autor também observava uma crise estrutural, já que considerava que o quadro institucional vigente não seria capaz de atender as novas demandas da universidade. A quarta crise é intelectual. Havia o desafio de um conhecimento maior sobre a própria universidade. Por último, ainda havia a crise ideológica, que decorre do caráter e do sentido das transformações que são demandadas na universidade. De acordo com Ribeiro (1978, p.25) estas transformações “podem contribuir tanto para a

⁵ Sobre os acontecimentos de Maio de 1968, observar CASTORIADIS, C.; LEFORT, C.; MORIN, E. **Maio de 68: a brecha**. Editora Autonomia Literária, 2018.

universidade constituir-se em um motor de mudanças da sociedade global, como para erigir-se em fortaleza defensiva do status quo”.

Os anos 1970 foram importantes do ponto de vista da participação política de estudantes universitários. Em 1976 foram criadas as primeiras associações de pós-graduandos em universidades brasileiras, especificamente na Escola Paulista de Medicina (Hoje, Unifesp) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). A partir de então, as demais universidades criaram também suas associações (ANPG, 2016).

Com a crescente articulação dos pós-graduandos, em 1979 ocorreu o 1º Encontro Nacional dos Pós-Graduandos, paralelamente à reunião anual da SBPC. A partir de então, as reuniões anuais da SBPC também sediariam encontros nacionais dos pós-graduandos. Em seu início, no governo militar, os pós-graduandos tinham como demandas, questões relativas às bolsas de estudos, direito à assistência médica, entre outras reivindicações próprias do contexto político brasileiro, em especial críticas ao autoritarismo vigente (ANPG, 2016). Pouco depois do fim da ditadura, em 1986, foi criada a Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG) com o objetivo de articular os interesses dos pós-graduandos e tornar tais interesses presentes na agenda das políticas públicas da educação. Os pós-graduandos passaram a ter, portanto, um órgão próprio e representativo de participação política em um contexto nacional.

Quanto a UNE, nos anos 1970, o foco principal continuava sendo a ditadura militar, em especial a luta pela anistia. No âmbito interno à universidade, Paula (2009) relata que as reivindicações estão vinculadas à defesa de mais verbas para a educação superior e a democratização da universidade.

Nos anos 1980, outro órgão importante de participação política ligado à universidade foi criado. Em 1981, foi fundada a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) e que, após a Constituição de 1988, mudou seu nome para Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, mantendo a sigla anterior. O sindicato representa política e legalmente docentes do ensino superior (ANDES, 2018).

Com o fim da ditadura militar e a redemocratização, o país começou a viver o período denominado Nova República, que se estende até os dias de hoje. Neste período, eventos importantes como a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN/96) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) transformaram concepções e a própria realidade da universidade brasileira.

A educação é tratada entre os artigos 205 e 214 da CF/88. Embora não seja possível detalhar uma política para a educação em 10 artigos, o texto estabelece alguns princípios importantes de serem destacados como a gestão democrática, a gratuidade do ensino público e, especificamente para as universidades, a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

O governo Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro da “Nova República” a promover mudanças substanciais nos rumos da educação brasileira (TORGAL; ESTHER, 2014). Antes disso, entretanto, o movimento estudantil teve importância significativa nos movimentos populares a favor do *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello. Os “Caras-Pintadas”, protagonizados pela UNE e outros segmentos jovens, tomaram as ruas do país pedindo pela saída de Collor. Tais eventos mostram, mais uma vez, a atuação do movimento estudantil para além da educação.

O governo FHC, seguindo um modelo internacional, procurou racionalizar a máquina pública, na chamada Reforma do Estado. O modelo de gestão empresarial era o exemplo a ser seguido:

A ênfase em resultados, orientação central das organizações privadas, despertou a necessidade de avaliações de desempenho que exigiram: a delimitação das áreas de atuação do Estado, o estabelecimento de metas para agências governamentais, a determinação de objetivos para gestores de programas, a aferição da produção (confronto entre desempenho e objetivos) e a mensuração de resultados (avanços rumo à solução dos problemas chave de cada agência) (OLIVEIRA, 2013, p. 24).

No tocante à política da Educação superior, Torgal e Esther (2014) relatam a implantação da “lógica da avaliação sistemática, de acordo com a diretriz do Fundo Monetário Internacional (FMI) de o Estado assumir a função de órgão regulador, deixando o caminho aberto para a livre iniciativa” (p. 197). Decorreu desta lógica a criação do Exame Nacional de Cursos, o “provão” no qual cursos eram avaliados por especialistas. No governo FHC também foi promulgada a Lei 9394, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96). A lei ampara e detalha os princípios da promoção da educação pública presentes na CF/88. Segundo a LDBEN/96, a educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996, recurso online)

A partir da leitura destas finalidades, entende-se que a formação meramente para a inserção profissional significa apenas parte das funções da educação superior. O estímulo ao pensamento científico e reflexivo (Inciso I), a formação de diplomados aptos a participar do desenvolvimento da sociedade brasileira (Inciso II) e o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente (Inciso VI) são exemplos de finalidades que vão além da formação técnica e aproximam o estudante de ensino superior de uma formação crítica e reflexiva sobre a realidade social que se está inserido.

Além dos princípios da educação superior, outro aspecto importante da LDBEN/96, que orienta o modelo de gestão a ser desenvolvido está em seu artigo 56:

As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional (BRASIL, 1996, recurso online).

As universidades, portanto, são obrigadas a cumprir princípios da gestão democrática. Em estudo sobre esta forma de gestão no âmbito educacional, Cury (2002) acredita que a gestão democrática é a expressão do anseio coletivo pelo crescimento dos indivíduos enquanto cidadãos e da sociedade em geral como uma sociedade democrática e republicana, sendo voltada para processos decisórios baseados na participação, no diálogo e na deliberação pública.

Em 2001, o primeiro Plano Nacional da Educação (PNE) pós CF/88 foi sancionado e entre as metas para a educação superior nos 10 anos seguintes havia o aumento da oferta de vagas (Meta 1), o estabelecimento de uma política de ampliação de vagas que pudesse diminuir a desigualdade da oferta entre as diferentes regiões do país (Meta 3) e a criação de políticas que facilitassem o acesso à educação superior de minorias e vítimas de discriminação (Meta 19) (BRASIL, 2001). Tais metas mostravam a compreensão de que o ensino superior ainda não era uma realidade para todos e que a política educacional deveria agir neste sentido. No ano seguinte, um novo governo seria eleito, sendo então o responsável para dar seguimento às diversas metas do PNE, entre elas, a expansão do ensino superior e a democratização do acesso.

Em 2003, Luís Inácio Lula da Silva, assumiu a presidência do Brasil. Metalúrgico e líder sindical, foi eleito com a bandeira de um governo progressista e pró-trabalhador, em um partido representante da esquerda política. A primeira grande política para educação superior aconteceu em 2005. A Lei 11.096/05 instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que se destinou a conceder “bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais (...) em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.” (BRASIL, 2005, recurso online). De acordo com o MEC (2018a), mais de dois milhões de estudantes foram beneficiados pelo Programa, entre graduandos e graduados, do início do programa em 2005 até o segundo semestre de 2018. A expansão, mesmo que por meio de faculdades privadas, começava.

É em 2007, entretanto, que a principal política de expansão do ensino superior público no Brasil ocorre. No dia 24 de Abril, é instituído, via decreto presidencial 6.096/07, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). De acordo com Torgal e Esther (2014), o objetivo principal do programa foi “dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior” (p. 209). O parágrafo 1º do artigo 1º ditava as metas do programa:

O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. (BRASIL, 2005)

Assim, com as metas de expansão, o programa cumpriria o acordado pelo PNE. A adesão das universidades pelo REUNI não foi feita sem resistência. Sindicatos e movimento estudantil criticaram o programa, em especial, pela ausência de debate sobre a proposta e

pelas metas exigidas que poderiam implicar em queda da qualidade do ensino e perda de autonomia das universidades. Estudantes chegaram a ocupar reitorias contra o projeto (TORGAL; ESTHER, 2014). Diversos autores também pontuaram o dilema entre avanços e retrocessos com o REUNI, sobretudo, quanto a possível controvérsia entre a grande expansão e a perda de autonomia e qualidade (BORGES; AQUINO, 2012; LIMA, 2012; CISLAGHI, 2010).

Em 2009, foi criada a Assembleia Nacional de Estudantes – Livre (ANEL). A ANEL surge dentro do movimento estudantil como uma crítica a UNE. A crítica dos estudantes se dava pela suposta cooptação governamental sobre o movimento estudantil tradicional, representado pela UNE. Com a ascensão de um governo alinhado com as ideias da esquerda, a UNE teria deixado para trás sua história combativa e se aproximado do governo. De acordo com Torgal e Esther (2014), o posicionamento da ANEL é “sintomático de um processo político em que o movimento estudantil, outrora tido como combativo, passa a tomar posição oficial (governamental)” (p.226).

Controvérsias à parte, a expansão de fato ocorreu, liderada pelo REUNI, mas também com outras ações do governo federal. O número de estudantes matriculados no ensino superior cresceu consideravelmente. Segundo o documento produzido pelo MEC denominado “A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014”, a expansão do ensino superior tinha como objetivo a democratização do acesso, revertendo o quadro “no qual ir à universidade é opção reservada às elites” (MEC, 2015, p.19). Neste sentido, de acordo com o documento, entre 2003 e 2013, as matrículas na educação superior brasileira foram de 3,9 milhões para 7,3 milhões. Portanto, em 10 anos, o crescimento foi equivalente a 86%.

Além do aumento do número de vagas nas universidades já existentes, foram criadas 18 novas universidades e 173 campi de universidades já existentes em cidades do interior do Brasil. Estas aberturas possibilitaram a criação de 2820 novos cursos presenciais e 132.720 vagas presenciais entre 2003 e 2014 (MEC, 2015).

Como dito, a expansão também tinha o objetivo de reverter o quadro no qual a universidade pública é um espaço reservado às elites. Em 2012, já no governo da sucessora de Lula, Dilma Rousseff, foi sancionada a Lei de Cotas. A Lei 12.711 obriga que as instituições federais reservem 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas. Destas vagas, segundo a lei, a metade deverá ser reservada para alunos oriundos de família com renda *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio.

Também são reservadas vagas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, de acordo com a proporção de pretos, pardos e indígenas na unidade da federação em que se encontra a universidade (BRASIL, 2012). Em atualização da lei, em 2016, pessoas com deficiência também tem vagas reservadas, de acordo com a proporção de pessoas com deficiência na unidade da federação. Cabe ressaltar que, embora tenham virado lei federal apenas em 2012, já existiam cotas para determinados grupos em seus processos seletivos de algumas universidades. Em 2003, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira universidade brasileira a implantar um sistema de cotas em seu processo seletivo (BRITO, 2018). Em 2004, a Universidade de Brasília (UNB), se tornou a primeira universidade federal a aderir tal tipo de sistema (BRITO, 2018). A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), lócus deste estudo, foi outra universidade a implementar as cotas antes mesmo da vigência da lei federal, quando, em 2004, aprovou a reservas de vagas para vestibulandos egressos de escola pública e autodeclarados negros, a começar no vestibular de 2006 (UFJF, 2004)

Em estudo realizado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), algumas mudanças foram percebidas no que se refere à presença na universidade de determinados grupos da sociedade brasileira. A tabela 1 mostra o número de graduandos por cor ou raça em 2003, 2010 e 2014:

Tabela 1: Graduandos segundo Cor ou Raça, em números absolutos – 2003 a 2014.

| Cor ou Raça | 2003 | 2010 | 2014 |
|----------------|---------|---------|---------|
| Amarela | 21.122 | 20.079 | 21.977 |
| Branca | 278.811 | 353.871 | 429.149 |
| Parda | 132.834 | 210.498 | 354.688 |
| Preta | 27.693 | 57.218 | 92.240 |
| Indígena | 9.388 | 6.102 | 6.014 |
| Outra | - | 8.399 | - |
| Sem declaração | - | - | 35.536 |
| Total | 469.848 | 656.167 | 939.604 |

Fonte: ANDIFES (2016)

A tabela acima mostra a ampliação do número geral de graduandos, com destaque para o aumento de pardos e pretos. Em 11 anos, o número de pardos nas universidades cresceu 167% e o de pretos 233%, números maiores que a média de crescimento geral, que foi de 100%.

A ANDIFES também mostrou as mudanças com relação ao nível de renda. Em 2010, 44% dos estudantes vinham de famílias cuja renda *per capita* não ultrapassava um salário mínimo e meio. Em 2014, este número passou para 66% dos estudantes, ou seja, dois em cada três estudantes (ANDIFES, 2016). Em relação à renda bruta familiar, a expansão da universidade entre classes também é visível. Em 2010, 40% dos estudantes tinham renda familiar de até três salários mínimos. Quatro anos depois, em 2014, mais da metade dos estudantes (51,43%) do ensino superior vinham de famílias nesta faixa de renda.

Junto à política de expansão e democratização do acesso nas universidades públicas, havia a necessidade de políticas que possibilitassem a permanência do estudante. De acordo com Dutra e Santos (2017), a assistência estudantil não iniciou apenas neste momento de expansão das universidades. Para as autoras, as discussões acerca da assistência estudantil iniciam com iniciativas fragmentadas e pontuais, com poucos recursos e em instituições isoladas. Aos poucos a assistência estudantil foi se tornando sistemática, até ganhar “maior legitimidade na agenda do Governo e alcançar o status de política pública nos anos 2000.” (p. 150).

De fato, com a expansão e a democratização, as universidades abriram portas para cada vez mais estudantes que necessitavam de algum tipo de assistência para que fosse possível permanecer e conseguir se graduar. A universidade muitas vezes não se encontra em distância viável para o estudante ir e voltar para casa, obrigando-o a se mudar. Mesmo os que conseguem morar em sua própria residência, podem precisar de algum tipo de apoio para que seja possível a manutenção na universidade.

Em 2007, foi aprovado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e instituído no âmbito do Ministério da Educação. Em 2010, o então presidente Lula, transformou o PNAES no Decreto 7.234. De acordo com o decreto, os objetivos do PNAES são:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010, recurso online)

Pensando nas condições de permanência dos estudantes, as universidades devem ser capazes de oferecer apoio nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche e apoio pedagógico (BRASIL, 2010). As universidades também são responsáveis e cobradas pela criação de suas próprias políticas de assistência estudantil. De acordo com Nascimento (2014), apesar da abrangência das áreas de assistência estudantil delimitadas pelo PNAES, as universidades limitam o apoio aos estudantes, em geral, aos auxílios financeiros, moradia e alimentação, dentro de uma lógica de “bolsificação”, na qual as necessidades dos estudantes são reduzidas a repasses de bolsas. Neste sentido, as demandas dos estudantes por assistência estudantil continuam a condicionar as agendas do movimento estudantil, principalmente em situações de cortes de investimentos nas universidades.

Após os anos de crescimento de investimentos nas universidades, em paralelo com o crescimento econômico do país, a situação a partir de 2014 se alterou. Em meio a uma das maiores recessões do país, são reduzidos os investimentos governamentais na universidade. De acordo com pesquisa feita com base em dados disponibilizados pelo MEC, desde 2014 os valores empenhados pelo governo às universidades foram reduzidos ano a ano, de modo que o orçamento para o ano de 2017 foi o mais baixo desde 2010 (MORENO, 2018a).

Nos anos de 2019 e 2020, o governo do presidente Jair Bolsonaro, além de reduzir ainda mais recursos das universidades (TENENTE; FIGUREIREDO, 2019) também as ataca, sistematicamente, desrespeitando a autonomia universitária (MORENO, 2019) e acusando-as de serem pouco produtivas (BAHIA, 2019) e ideológicas (BORGES, 2020). A contraposição por parte das universidades e seus apoiadores acontece em suas mais variadas formas. Sindicatos e movimentos estudantis convocaram manifestações e paralisações. No Congresso Federal foi lançada uma Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais (ANDIFES, 2019).

Esta breve exposição da construção da universidade brasileira, de seu passado até os dias de hoje, mostra um cenário de constantes disputas e transformações. Na próxima seção, assinala-se e discute-se alguns destes aspectos históricos e presentes que fazem desta instituição um espaço onde a ação política se manifesta, podendo, portanto, impulsionar os processos de engajamento político e recrutamento partidário.

2.3.2 Características da arena universitária que podem favorecer o engajamento e o recrutamento

Apresentados os aspectos históricos da universidade brasileira, em especial da pública, é possível extrair e discutir os elementos que favoreçam os processos de engajamento político e recrutamento partidário na arena universitária.

O primeiro elemento a ser destacado são as próprias finalidades da educação superior. Tais finalidades são descritas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDBEN, cuja versão mais recente data o ano de 1996, pela Lei 9394. Já apresentadas na seção anterior, estas finalidades podem condicionar alguns aspectos da formação dos estudantes.

Embora não haja menção ao engajamento dos estudantes entre as finalidades, o estímulo ao pensamento científico e reflexivo (Inciso I), a formação de diplomados aptos a participar do desenvolvimento da sociedade brasileira (Inciso II), o desenvolvimento do entendimento do homem e do meio em que vive (Inciso III) e o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente em particular os nacionais e regionais (Inciso VI) aproximam o estudante de ensino superior de uma formação crítica e reflexiva sobre a realidade social que se está inserido (BRASIL, 1996).

Para atingir estas finalidades, são três as atividades a serem desenvolvidas, de modo indissociável, pela universidade: O ensino, a pesquisa e a extensão. Rays (2003) discute sobre cada uma dessas três atividades-fim da universidade. O ensino é a mais familiar das atividades, principalmente quando entendida como a mera transmissão de conhecimentos de quem ensina para quem aprende. Rays (2003), porém, reflete que para o ensino fazer sentido deve estar nivelado com as necessidades da realidade concreta de quem está aprendendo. Assim, para o autor,

É indispensável, pois, repensar o conceito de ensino a fim de adequá-lo ao momento histórico presente (com vistas ao futuro próximo) e fazer com que as atividades didáticas escolarizadas se voltem para o desenvolvimento das formas superiores de pensamento, de ação, que possam resultar para o educando numa sólida formação política e científica a respeito do mundo da natureza e do mundo da cultura (p.4)

O ensino deve acontecer de modo indissociável à pesquisa científica, que por sua vez trata-se da produção de conhecimento. É finalidade da universidade incentivar a pesquisa e a investigação científica “visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive” (BRASIL, 1996). Para Rays (2003), o contato interativo dos pesquisadores com

problemas específicos da sociedade pode fazer despertar o interesse pela investigação mais aprofundada, ajudando a definir temas e problemas concretos de pesquisa.

A extensão é a terceira parte do tripé. Nas suas concepções mais antigas e acríticas, a extensão se aproximava de uma ação assistencialista por parte da universidade, na qual o conhecimento teórico disponível é diretamente comunicado aos interessados, em um processo unilateral e apenas instrucional. A extensão, porém, pode ser analisada em uma acepção mais crítica (FORPROEX, 1987; RAYS, 2003).

Esta acepção crítica é compartilhada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), criado em 1987 e responsável pela criação de políticas para a extensão universitária. Para a FORPROEX (1987), em conceituação definida no I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e válida até os dias de hoje:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/ prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987, p.11)

Rays (2003) compartilha desta visão. Para o autor, a extensão deve ser entendida como um processo educativo interativo, no qual se estende (origem do termo “extensão”) para os mais diversos segmentos da sociedade o produto do ensino e da pesquisa gerados no âmbito universitário, ao mesmo tempo em que é levado à universidade os problemas e os conhecimentos gerados nestes mesmos diversos segmentos da sociedade.

A resolução nº 7, de 2018, do Ministério da Educação, estabeleceu diretrizes para a extensão no ensino superior brasileiro. Entre as principais determinações está a obrigatoriedade das atividades de extensão comporem, no mínimo, 10% do total da carga horária dos currículos dos cursos de graduação (MEC, 2018). No sentido de cumprir o princípio da indissociabilidade, a resolução também determina que as atividades de extensão se articulem com o ensino e a pesquisa, estando o tripé ancorado em "processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico" (MEC, 2018).

A necessidade de indissociabilidade entre as três atividades é decorrente da própria natureza destas atividades. Os conhecimentos produzidos e transmitidos na universidade devem estar em consonância com a realidade da sociedade, que por sua vez oferece a alunos e professores a possibilidade do aprimoramento da teoria e da prática. Esta indissociabilidade está de acordo com as finalidades da educação superior de formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, com espírito crítico e pensamento reflexivo, aptos para participar no desenvolvimento da sociedade brasileira, cientes dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais (BRASIL, 1996).

Entende-se que esta formação que prevê o espírito crítico e reflexivo, a aptidão para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e a consciência dos problemas do mundo presente, em especial daqueles nacionais e regionais pode impulsionar a ação política do indivíduo que está se formando. O sujeito em formação pode ser sensibilizado a envolver-se nas questões públicas a partir da participação política.

Um segundo elemento a ser destacado é a própria natureza dos aspectos organizacionais da universidade. De acordo com a Constituição Federal de 1988, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.” (BRASIL, 1988, recurso online). Esta autonomia administrativa faz com que, em tese, as decisões gerenciais a serem tomadas pelas universidades compitam apenas a elas próprias. Soma-se a isso outro preceito constitucional das instituições públicas de ensino que é a gestão democrática. Assim, tais decisões gerenciais não competem apenas a uma cúpula administrativa (reitorias, administração superior), mas sim à comunidade acadêmica como um todo.

Na universidade, os estudantes são estimulados a participar da gestão por meio da presença nos órgãos colegiados, seja no âmbito das unidades, como em conselhos de faculdades e institutos, seja no âmbito geral universitário, como no conselho superior, órgão colegiado máximo da universidade. Para que consigam ocupar estes órgãos, os estudantes precisam se organizar, inclusive utilizando o mecanismo de representação. Nestes espaços, a representação discente dialoga com outros atores como docentes e técnicos administrativos, compartilhando a obrigação de formular, gerir e controlar as ações da unidade ou da universidade em questão. A representação discente nestas arenas também age defendendo os interesses estudantis, que podem ser distintos dos interesses dos outros atores, criando situações de conflitos e disputas. A universidade, assim como qualquer organização, é um espaço onde grupos com os mais diversos interesses coabitam, interesses esses, por vezes, não convergentes. Por conta dessa natureza democrática da universidade pública, estes grupos

devem participar dos processos decisórios, podendo utilizar do diálogo e do convencimento nestes espaços institucionais.

A natureza colegiada das decisões convida o estudante a participar da gestão universitária. Cançado, Pereira e Tenório (2013) se apoiam em Luchmann (2007) para afirmar que o processo de deliberação coletiva, com seus erros, acertos, dificuldades e mesmo utopias, faz parte do processo de educação. A experiência de participação durante o processo de formação também impulsiona o agir político dos estudantes, já que estes são levados a se organizarem, a disputarem espaços de poder, a representarem interesses.

Além da natureza democrática da universidade que por si só evoca a participação estudantil, a história da universidade, com suas disputas por autonomia e entre modelos e concepções, também favorece a constante ação política estudantil. E não só a história da universidade. A universidade também responde ao que acontece no país. Dependendo das visões de Estado e sociedade dos governantes, as universidades podem ser colocadas como prioridade ou não. Em cada momento, ações e lutas aparecem e reaparecem no horizonte. Os interesses e demandas se transformam. Independente das transformações, o engajamento político continua sendo necessário para os grupos pertencentes à universidade, pois sempre há espaço a ser ocupado e um papel a ser desempenhado por tais grupos.

Um terceiro elemento importante de ser evidenciado decorre desta necessidade constante de organização dos estudantes. Este elemento é potencializado pelo atual contexto de expansão da universidade. Os estudantes universitários devem se organizar não apenas para ocupar os espaços oficiais aos quais são convocados, como os colegiados e conselhos universitários. Também devem se organizar a partir de interesses e opiniões comuns visando a conquista ou a manutenção de direitos que consideram justos. Unindo forças são capazes de provocarem mudanças na agenda pública de governantes, reitorias ou diretorias.

Como relatado na seção anterior, a universidade pública brasileira passou por fortes mudanças nos últimos 15 anos. A expansão de vagas, a interiorização dos *campi* universitários e as novas políticas de acesso, como as cotas, ajudaram a modificar o perfil do estudante do ensino superior no Brasil, como mostra o estudo da Andifes (2016). Estas mudanças tornaram o acesso mais democratizado e fizeram com que a universidade vivesse um novo contexto de diversidade e pluralismo.

Apesar de concordar que universidade se tornou um espaço mais diverso e plural, Amaral (2013) lembra que “por ser um espaço tipicamente dominado por um grupo, uma elite, específico, ela (a universidade) constrói/sustenta relações de poder e hierarquias em que algumas vozes são consideradas legítimas enquanto outras são silenciadas” (p. 230).

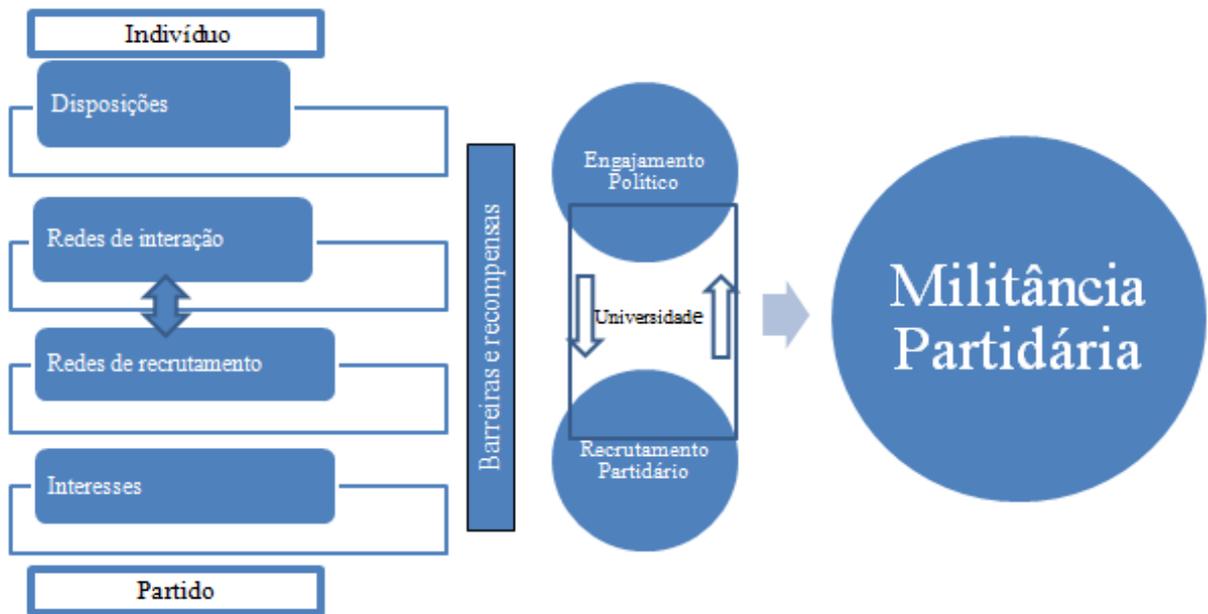
Por meio do preconceito existente na sociedade, a manutenção de hierarquias e a inferiorização de certos grupos continua a existir. Em levantamento feito pela jornalista MORENO (2018b), no Portal G1, a partir de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), constatou-se que apenas 16% dos professores universitários, de rede pública ou privada, se autodeclaram pretos ou pardos. As desigualdades de gênero também continuam presentes nas universidades. Segundo Ambrosini (2017), nas 63 universidades federais existentes no país, 30,2% tem mulheres como reitoras e 34,4% como vice-reitoras, demonstrando, portanto, sub-representação de mulheres nestes cargos de gestão universitária.

O novo contexto de diversidade e pluralismo fortalece demandas como a assistência estudantil, ao mesmo tempo em que insere na universidade estudantes que procurarão o enfrentamento contra esta estrutura que legitima hierarquias e subalterniza determinados grupos (AMARAL, 2013). Este enfrentamento pode se dar nas vias tradicionais de participação, como os diretórios e centro acadêmicos, mas também em outros formatos, como nos coletivos universitários. Independente da forma de participação, as demandas contínuas e cada vez mais complexas dos estudantes incentiva a ação e o engajamento político.

2.4 Articulação teórica para a investigação da formação da militância partidária no âmbito universitário

Apresentada a teoria que embasa esta pesquisa, resume-se aqui, em um esquema analítico, a articulação teórica para a investigação da formação da militância partidária no âmbito universitário (Esquema 1). Relaciona-se os processos de engajamento político e recrutamento partidário, formando a militância partidária. Enquanto no processo de engajamento político, a dinâmica se dá a partir das ações do indivíduo, com relação ao recrutamento partidário, se dá a partir do prisma organizacional, no caso, dos partidos políticos.

Esquema 1 – Esquema analítico com a proposição da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Klandermans e Oegema (1987); Brenner (2011); Machado (2016); Peres e Machado (2017).

Por ser um processo, entende-se que o engajamento político acontece antes, durante e mesmo depois do recrutamento do jovem. O partido, por sua vez, pode influenciar em algumas socializações secundárias que o indivíduo passa antes dele efetivamente se engajar politicamente. Ou seja, os processos não se relacionam de maneira linear, com o segundo iniciando apenas ao término do primeiro, mas sim, interagem e coexistem. Além disso, o processo de engajamento político, seja ou não em partidos políticos, trazem barreiras e recompensas àqueles que percorrem este caminho. O campo específico da universidade pública é compreendido como espaço favorável às dinâmicas de engajamento e recrutamento pelas razões discutidas no final da seção anterior. A universidade é capaz de potencializar o engajamento político do estudante, sendo local oportuno para que os partidos políticos acessem e recrutem indivíduos para sua composição.

Junto a cada processo, categorias preliminares de análise foram retiradas desta construção teórica e explicadas abaixo no quadro 3 (KLANDERMANS; OEGEMA, 1987; BRENNER, 2011, 2018; MACHADO, 2016; PERES; MACHADO, 2017).

Quadro 3 – Emprego das categorias no estudo

| Processo | Categoria analítica | Definição | Emprego da categoria nesse estudo |
|-------------------------|-----------------------|---|---|
| Engajamento político | Disposições | Diz respeito às propensões dos indivíduos para o engajamento em determinada causa. Estas disposições são formadas a partir das socializações vividas pelos sujeitos nas interações com as mais diferentes agências, como família, escola e igreja. | Pretende-se compreender possíveis disposições para o engajamento político daquele jovem. A partir das histórias dos indivíduos será possível identificar elementos de suas socializações políticas que podem mostrar tendências que levarão ao engajamento futuro. |
| | Redes de interação | São as redes que os indivíduos formam e interagem ao longo da vida e que ajudarão a transformar algum tipo de disposição em efetivo engajamento. Estas redes podem sensibilizar os indivíduos a militarem por determinada causa comum. Os vínculos afetivos criados diminuem a insegurança no processo de engajamento. | Busca-se compreender quais são e como os indivíduos interagem com as redes. A universidade é um espaço favorável para a formação destas redes, ao oferecer aos estudantes a possibilidade de acumular experiências conjuntamente que podem incentivar a ação política, como os projetos de extensão, a participação nas instâncias decisória, o movimento estudantil. |
| Recrutamento partidário | Redes de recrutamento | Estas redes são formadas pelos partidos com objetivo de atingir indivíduos com potencial de recrutamento. Os militantes podem estar presentes em diferentes espaços, físicos ou virtuais, ampliando o alcance do partido. Os partidos também podem se relacionar com outras organizações como coletivos, ONGs e movimentos sociais de modo geral com este mesmo objetivo de ampliação do alcance. | Busca-se analisar se existem e como funcionam as redes que ajudam os indivíduos a se engajarem naquele partido. Deve haver estruturas formais ou informais que exponham os indivíduos àquele partido. A análise das entrevistas permitirá observar quais são e como funcionam os espaços e os grupos que aproximarão aquele indivíduo, já engajado ou não, no partido político em questão. A universidade é considerada um espaço que favorece a criação de tais redes. |
| | Interesses | Os partidos podem ter diferentes objetivos no recrutamento, que podem ser a renovação de quadros, de lideranças, o preenchimento da base partidária. Estes objetivos impactam na forma de | Procura-se compreender quais os interesses do partido no recrutamento daqueles jovens. Entram neste aspecto as expectativas em cima dos recrutados e quais funções eles exercem e exercerão no |

| | | | |
|-------|-------------|---|---|
| | | incorporação dos novos membros, ao significar a existência ou não de processos de formação e seleção no partido. | partido, buscando perceber se a formação universitária influencia nestas expectativas e funções exercidas. |
| Ambos | Barreiras | O engajamento político, de modo geral, e partidário, de modo particular gera barreiras e recompensas para o militante. As barreiras podem ser impostas por questões emocionais, financeiras, ou mesmo de tempo e energia. | Busca-se compreender quais as principais barreiras que o indivíduo se deparou durante seu processo de engajamento político. |
| | Recompensas | O engajamento político, de modo geral, e partidário, de modo particular gera barreiras e recompensas para o militante. As recompensas podem ser tangíveis, como cargos e benefícios, ou intangíveis, como afetivas e dar sentido à vida | Busca-se compreender quais as principais recompensas que o jovem recebe por ser um militante do partido. |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Klandermans e Oegema (1987); Brenner (2011; 2018); Machado (2016); Peres e Machado (2017)

As seis categorias apresentadas foram retiradas de teorias relacionadas ao tema da presente dissertação, portanto oferecem suporte para que a parte empírica da pesquisa conduza a resultados expressivos. Assim, a próxima seção é destinada a demonstrar e explicar os métodos e procedimentos que serão utilizados para coleta e a análise dos dados. Tais procedimentos foram escolhidos com base nos objetivos do trabalho e nas categorias teóricas apresentadas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Serão apresentados, neste capítulo, os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa de campo realizada. Na primeira seção são explicadas a natureza e o tipo da pesquisa, bem como a estratégia utilizada. Na seção seguinte são apresentadas as técnicas de coletas de dados, os critérios para a escolha dos entrevistados e as informações pertinentes dos partidos estudados. Por fim, será descrita a técnica de análise de dados utilizada.

3.1 Características gerais da pesquisa

Os objetivos da pesquisa são próprios de um estudo de natureza qualitativa. Segundo Creswell (2007) uma característica comum a este tipo de pesquisa é a ocorrência em um cenário natural, ou seja, diferente de cenários onde o pesquisador tem possibilidade de controlar o ambiente, como em laboratórios.

A pesquisa qualitativa não busca enumerar ou medir os eventos estudados, nem utilizar instrumentos estatísticos para analisar dados. Godoy (1995a) contribui para o entendimento deste tipo de pesquisa ao afirmar a importância do pesquisador, sendo este o instrumento mais confiável para seleção e análise dos dados. Além da centralidade do pesquisador, na pesquisa qualitativa o processo pode ser mais interessante que resultados ou produtos relacionados ao objeto (BODGAN; BIKLEN, 1994). Perante o objetivo de compreender como se dá o processo de formação da militância dos jovens em partidos políticos, entende-se que a natureza qualitativa é aquela que possibilitará a elaboração de uma resposta satisfatória para o problema norteador. Esta pesquisa é do tipo descritiva, já que visa descrever o fenômeno do engajamento e do recrutamento partidário, bem como suas relações, dentro da universidade (VERGARA, 2010).

Quanto à estratégia de pesquisa, decidiu-se pelo estudo de caso. Merriam (1998), defende a tese que o caso é um tipo de fenômeno que ocorre em um contexto limitado. O autor defende que o estudo de caso deve conter três características originais (MERRIAM, 1998). Primeiro, deve ser singular, ou seja, focalizar em um fenômeno. Neste caso, a investigação foca no desenvolvimento da militância partidária de jovens estudantes da UFJF. O estudo de caso também deve ser descritivo. Nesta dissertação o objetivo foi produzir uma sólida descrição dos processos de engajamento político e recrutamento partidário, que por sua vez, formam a militância partidária. Por fim, o autor entende que o estudo de caso deve ser heurístico, ou seja, ilumina a compreensão do leitor sobre tal fenômeno. Nesse caso, a presente pesquisa busca lançar luzes sobre o processo de desenvolvimento da militância

partidária de jovens universitários, de modo que o leitor possa compreender seu funcionamento, bem como embasar sua própria investigação sobre fenômenos similares.

3.2 Instrumentos de pesquisa e critérios para a escolha das fontes

As técnicas para a coleta de dados foram primordialmente a pesquisa documental e a entrevista. A entrevista é um dos procedimentos mais populares em pesquisas qualitativas. De acordo com Godoi e Mattos (2006), três condições são essenciais no processo de entrevista qualitativa: o entrevistado deve poder se expressar à sua maneira, face ao estímulo do pesquisador; a fragmentação de perguntas não pode prejudicar a expressão livre do entrevistado e o entrevistador deve poder incluir outras perguntas e comentários ao longo da entrevista quando achar pertinente.

Neste caso, a entrevista foi feita para obter as informações sobre a história de militância dos jovens filiados, desde o início de seu contato com a política, até o recrutamento pelo partido. As entrevistas foram conduzidas de modo a possibilitar a livre expressão do sujeito, com roteiro de baixa estruturação, visando o aprofundamento da história contada pelo entrevistado.

Estes jovens ocupam funções e cumprem tarefas no partido. Uma destas tarefas é recrutar outras pessoas para o partido. Dessa forma, para além dos relatos sobre os caminhos percorridos que os tornaram militantes partidários, os jovens foram instigados a responder, enquanto membros do partido, sobre estratégias, motivações e comportamentos das instituições partidárias e suas redes para recrutar mais pessoas. Dessa forma, as entrevistas foram divididas em duas partes, para que se pudesse obter respostas sobre o processo de militância partidária, tanto dos aspectos relacionados ao engajamento dos jovens quanto ao recrutamento do partido.

Com relação aos critérios para a seleção dos partidos, o primeiro passo foi levantar os partidos políticos com jovens filiados no interior da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Dentre os levantados, procurou-se escolher aqueles que ofereceriam maior diversidade no que diz respeito às ideologias dominantes e as diferenças de visão de país e de mundo. Embora o objetivo do trabalho não seja propriamente comparar estratégias entre partidos, tais diferenças poderiam implicar em diferentes padrões de recrutamento, o que permitiria uma análise mais densa do fenômeno. Os partidos foram escolhidos após uma investigação inicial, que averiguou a presença de pelo menos três estudantes jovens filiados em cada partido.

Os jovens entrevistados pertencem a cinco partidos diferentes, os quais, por sua vez, foram objeto de pesquisa documental em seus sites, redes sociais e documentos oficiais, como estatuto e regimento. Os partidos cujos jovens entrevistados militam são: Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido Novo (NOVO).

O PSOL obteve registro na Justiça Eleitoral em 2005, sendo representado nas urnas com o número 50. De acordo com o verbete sobre o partido no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o partido foi originado por então membros do PT, que iniciaram suas divergências com o partido ainda antes da eleição de Luis Inácio Lula da Silva para presidente da república em 2002, por conta da escolha de José Alencar, do Partido Liberal (PL), para a vice presidência (CPDOC, 2010a). Durante os primeiros meses do governo Lula, alguns deputados e senadores do PT votaram constantemente contra a orientação do partido em questões relacionadas à política econômica do governo. Estas divergências levaram o partido a expulsar três deputados federais e uma senadora. Estes parlamentares, junto a outros grupos de militantes socialistas e intelectuais de esquerda iniciaram o projeto de fundação de um novo partido que tivesse a construção de uma sociedade socialista entre seus objetivos. (CPDOC, 2010a).

De acordo com o estatuto, o partido adota regime de "ampla democracia" (PSOL, 2010). O partido se organiza por meio de correntes internas (também chamada de tendências) que disputam espaços e cargos dentro do partido. De acordo com o parágrafo 3º do artigo 116, as correntes tem livre expressão de suas posições, podendo se organizar livremente, sem nenhum controle da direção do partido (PSOL, 2010). No início de 2020, o partido contava com dez deputados federais, uma deputada estadual em Minas Gerais e nenhum vereador na cidade de Juiz de Fora (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020; ALMG, 2020; CMJF, 2020).

O PT foi oficializado como partido político pelo TSE em 1980. De acordo com o verbete sobre o partido no DHBB, o grande diferencial do PT perante os outros partidos políticos se dá pela forma que surgiu: "do movimento social de trabalhadores, com base na classe operária, e não a partir de bases congressuais ou de partido preexistente" (CPDOC, 2010b, recurso online). Junto ao movimento operário, considera-se importante o papel de setores da igreja católica, em especial os grupos ligados à Teologia da Libertação, para a formação do partido, (SINGER, 2010). O PT afirma-se como um partido socialista e democrático, lutando pela livre organização dos trabalhadores e pela alteração da estrutura fundiária do país (CPDOC, 2010b)

Desde sua origem, o PT organiza-se por meio de correntes (tendências) internas, prevendo, portanto, a tomada de decisão democrática e contemplativa às divergências internas (PT, CPDOC, 2010b). O PT teve participação destacada em todas as eleições presidenciais diretas desde a redemocratização, tendo sido vitorioso em quatro oportunidades, duas com o ex presidente Lula e duas com a ex presidenta Dilma, que não terminou seu último mandato após sofrer um processo de *impeachment*. No início de 2020, o partido contava com seis senadores, cinquenta e três deputados federais, dez deputados estaduais em Minas Gerais e dois vereadores em Juiz de Fora (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020; ALMG, 2020; CMJF, 2020)).

O PCdoB foi criado em 1962 por ex dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), insatisfeitos com algumas das posições do chamado "partidão". De acordo com o verbete do partido no DHBB, as análises dos dois partidos não diferiam tanto, apontando como a causa para o atraso do país "o domínio imperialista, o monopólio da terra e a ação dos grupos monopolistas da grande burguesia" (CPDOC, 2010c, recurso online). Entretanto, o PCdoB, em sua criação, defendia a "violência revolucionária" e a luta armada como o meio para o país atingir o socialismo, diferentemente do PCB, que em 1960 determinou que seguiria a estratégia de "caminho pacífico para o socialismo" (CPDOC, 2010c, recurso online).

De acordo com o estatuto, o partido organiza-se por meio do centralismo democrático, ou seja, agindo como "um todo uno, sob o primado de uma disciplina livre e conscientemente assumida". Assim, entende-se que a "unidade é a força do partido" (PCdoB, 2017, s.d). O PCdoB esteve na base dos governos petistas, assumindo pastas ministeriais e secretarias. No início do ano de 2020, o partido contava com oito deputados federais, um deputado estadual em Minas Gerais e nenhum vereador em Juiz de Fora (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020; ALMG, 2020; CMJF, 2020)).

O PSDB foi criado em 1988 por dissidentes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). De acordo com o verbete do partido no supracitado dicionário do CPDOC (2010d), as divergências entre os congressistas do PMDB foram se tornando cada vez maiores durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). De acordo com os arquivos históricos, duas eram as principais divergências que levaram a construção de um novo partido. A primeira era o descontentamento de alguns parlamentares que se consideravam "mais à esquerda" do que as correntes predominantes dominadas por apoiadores de políticos como Orestes Quércia e Newton Cardoso. A segunda divergência diz respeito a uma das principais decisões a serem definidas na nova constituição. Enquanto o grupo dissidente apoiava o

parlamentarismo como sistema de governo, os demais apoiavam o presidencialismo (CPDOC, 2010d).

O partido não prevê em seu estatuto a formação de tendências, mas baseia-se na democracia interna como forma de assegurar a unidade da atuação partidária (PSDB, 2017). O PSDB venceu as eleições presidenciais de 1994 e 1998, com o ex presidente Fernando Henrique Cardoso, e foi derrotado no segundo turno pelos candidatos do PT nas eleições seguintes de 2002, 2006, 2010 e 2014. No início do ano de 2020, o partido contava com trinta e três deputados federais, seis deputados estaduais em Minas Gerais, além do prefeito de Juiz de Fora (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020; ALMG, 2020; CMJF, 2020).

O Partido Novo teve seu registro aceito pelo TSE em 2015. De acordo com o site do partido, o Novo surgiu como um movimento de cidadãos insatisfeitos com os impostos pagos e a qualidade do serviço público. Estes cidadãos, ao analisarem os partidos existentes, entenderam que nenhum deles defendia temas como "autonomia e liberdade do indivíduo", "redução de áreas de atuação do Estado" e "diminuição da carga tributária" (NOVO, 2020a).

O partido não se organiza por meio de tendências internas e, de acordo com o estatuto, as decisões são tomadas pelos diretórios nacional, estaduais e municipais e nas convenções nacional, estaduais e municipais (NOVO, 2017). No início do ano de 2020, o partido contava com oito deputados federais, três deputados estaduais em Minas Gerais, além do governador do estado (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020; ALMG, 2020; CMJF, 2020).

Com relação à seleção dos entrevistados, buscou-se contato inicial com um membro de cada partido, identificado previamente. Cada um destes membros foram os responsáveis por indicar outro filiado e assim por diante. A exceção se deu no caso do Partido Novo. Após não ter tido nenhum membro identificado previamente, buscou-se contato com o diretório municipal do partido que por sua vez indicou nomes que preenchiam os requisitos da entrevistas. Foram realizadas, no total, quinze entrevistas, sendo três por partido.

Para fins de cumprir a necessidade de manter a identificação dos entrevistados em sigilo, os nomes dos jovens foram substituídos por códigos. Decidiu-se utilizar códigos que remetem a filiação do entrevistado tencionando realçar as respostas dadas em combinação com o partido. Dessa forma, os jovens foram identificados como: PT01, PT02, PT03, PSOL01, PSOL02, PSOL03, PCdoB01, PCdoB02, PCdoB03, PSDB01, PSDB02, PSDB03, NOVO01, NOVO02, NOVO03. O quadro 4 abaixo apresenta os entrevistados desta pesquisa com uma pequena biografia de cada um.

Quadro 4 - Descrição dos entrevistados

| Entrevistado | 01 | 02 | 03 |
|--------------|---|---|---|
| PT | A respondente é originária de um município mineiro, com população aproximada de 14.000 pessoas. Veio para Juiz de Fora cursar História na UFJF depois de ter feito o ensino fundamental e médio em escola pública em sua cidade natal. | Natural de Juiz de Fora, cursa História na UFJF. Estudou em escola particular católica. A mãe é professora sindicalizada e o pai empresário | Natural de Juiz de Fora, cursa Geografia na UFJF. Iniciou o curso na UFF. Estudou no colégio de aplicação da UFJF onde foi presidente do grêmio estudantil. A mãe é assistente social e o pai é professor. |
| PSOL | A respondente é originária de um município do interior do estado do Rio de Janeiro, com população aproximada de 80.000 habitantes. Cursa Jornalismo na UFJF. Estudou em Instituto Federal durante o Ensino Médio. | O respondente é originário de município do centro-oeste brasileiro, com população aproximada de 1.500.000 pessoas. Veio para Juiz de Fora cursar Direito na UFJF. Foi militante do PCB antes de ingressar no PSOL. | Natural de Juiz de Fora. Estudou no Instituto Federal durante o ensino médio. Cursa Direito na UFJF. |
| PCdoB | O respondente é originário de município do centro-oeste brasileiro. Veio para Juiz de Fora cursar Direito na UFJF. No ensino médio participou do movimento estudantil, como membro do grêmio estudantil e com experiência em congressos da UNE. | Natural de município do interior de Minas Gerais, com população aproximada de 80.000 habitantes. Estudou no Instituto Federal durante o ensino médio e no início da graduação quando cursou Ciência e Tecnologia de Alimentos. Conheceu o partido ainda durante o ensino médio no IF. Chegou à UFJF para cursar Nutrição já filiado ao partido. | Natural de Juiz de Fora. Estudou no Instituto Federal. Participou do grêmio estudantil, onde conheceu o PCdoB. Ingressou no curso de História da UFJF já filiado ao partido. |
| PSDB | Natural de Belo Horizonte (MG), estudou em escola pública de uma cidade do interior mineiro onde ajudou a fundar o grêmio estudantil. Posteriormente, mudou-se para Juiz de Fora para cursar Ciências Sociais na UFJF. | Natural de Juiz de Fora, estudou em escola pública da cidade antes de ingressar no curso de Geografia da UFJF. Também cursa Direito em uma faculdade particular da cidade. | O respondente é originário de município mineiro, com população aproximada de 30 mil habitantes, chegou em Juiz de Fora para cursar História na UFJF. Foi estagiário na câmara municipal de sua cidade durante o ensino médio, interessando-se por política desde então. |
| NOVO | Natural de Belo Horizonte (MG) onde estudou em escola pública. Ingressou na UFJF para cursar Engenharia Mecânica antes de iniciar o curso de Engenharia de Produção. | Natural de Juiz de Fora, estudou em escola particular católica antes de ingressar no curso de Engenharia de Produção na UFJF. Escolheu o curso para dar seguimento no negócio da família | Natural de Juiz de Fora, estudou em escola particular católica antes de ingressar no curso de Estatística na UFJF. |

Fonte: Elaborado pelo autor

De maneira sintética, o método da pesquisa documental tem como base a análise de materiais de natureza diversa, buscando interpretações novas ou complementares (GODOY, 1995b). No presente caso, a pesquisa documental se deu em documentos oficiais dos partidos

políticos, de suas juventudes e escolas e institutos de formação, como estatutos, regimentos e os próprios *websites* e redes sociais destes, conforme exposto nos apêndices desta dissertação.

3.3 Técnica de análise da informação qualitativa

Os dados obtidos foram reunidos e analisados com base na análise de conteúdo. De acordo com Oliveira (2008, p. 570), “a análise de conteúdo permite o acesso a diversos conteúdos, explícitos ou não, presentes em um texto”. Para isso, tanto o conteúdo das mensagens quanto a expressão desse conteúdo são manipulados, de modo sistemático, permitindo inferências sobre a o objeto daquela mensagem.

Seguindo as orientações de Bardin (2011), os dados obtidos foram divididos em categorias semânticas, definidas *a priori* por meio da construção do referencial teórico, já relatadas na seção 2.4. Contudo, para favorecer a compreensão, as evidências foram apresentadas por segmento partidário. Durante a realização das inferências, convergências mais amplas, suprapartidárias, foram reconhecidas e analisadas.

Apresenta-se abaixo, no quadro 5, o plano de levantamento de informações no qual relaciona-se os objetivos específicos que levarão à resolução do problema de pesquisa, com as categorias definidas *a priori* e os procedimentos metodológicos correspondentes.

Quadro 5 – Plano de levantamento de informações

| Objetivo específico | Elementos a serem observados | Procedimentos metodológicos | |
|---|------------------------------|-----------------------------|---------------------|
| | | Entrevista | Pesquisa Documental |
| 1. Entender o processo de engajamento político dos jovens universitários | Disposições | SIM | NÃO |
| | Redes de Interação | SIM | NÃO |
| 2. Entender o processo de recrutamento partidário no interior de uma universidade pública | Interesses | SIM | SIM |
| | Redes de recrutamento | SIM | SIM |
| 3. Compreender a formação da militância partidária como produto da interseção entre o engajamento político e o recrutamento partidário na universidade pública. | Barreiras | SIM | NÃO |
| | Recompensas | SIM | NÃO |

Fonte: Elaborado pelo autor

Foi utilizada a estratégia de triangulação de coleta de dados, ou seja, o uso de mais de uma forma de coleta buscando obter dados mais completos e detalhados sobre o fenômeno da formação da militância partidária, enriquecendo não só a compreensão sobre este objeto de estudo, mas também permitindo emergir novas e profundas dimensões (AZEVEDO, 2013 et al). De acordo com Azevedo (2013 et al), a estratégia de triangulação pode servir para acrescentar riqueza, rigor e profundidade às pesquisas qualitativas.

Observa-se que as entrevistas realizadas foram capazes de atender a todas as categorias estabelecidas, enquanto a pesquisa documental acrescentou evidências à pesquisa quando foi possível e pertinente. A observação não participante, um dos instrumentos de coleta de dados, foi utilizada como uma técnica subsidiária nesta pesquisa. A observação de alguns eventos estudantis, como assembleias e manifestações serviram para fundamentar perguntas nas entrevistas, bem como para identificar os partidos e militantes presentes na universidade. Entre os eventos estudantis observados estão o 46º Congresso da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, realizado em Setembro de 2019 na UFJF e as eleições para o DCE da UFJF realizada em Novembro de 2019.

O roteiro de entrevistas e o protocolo de pesquisa documental estão nos apêndices I e II, respectivamente, ao final desta dissertação. Na próxima seção, os resultados da pesquisa serão apresentados e discutidos, visando responder o problema norteador.

4 O ENGAJAMENTO POLÍTICO E O RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO

Neste capítulo serão apresentados e analisados os dados da pesquisa, obtidos com base nas quinze entrevistas com os jovens militantes e nos documentos analisados. As duas primeiras seções, 4.1 e 4.2, trarão as evidências acerca das disposições para o engajamento político, a partir, principalmente, das socializações familiares e escolares, e sobre as redes de mobilização formadas e vivenciadas pelos jovens que acionam essas disposições. As duas seções atendem ao primeiro objetivo específico desta dissertação: "Entender o processo de engajamento político dos jovens universitários".

Partindo desse ponto, entendendo as particularidades de cada percurso militante, na seção 4.3 decidiu-se apresentar os dados obtidos sobre o funcionamento das redes de recrutamento partidário. A seção 4.4 trará pistas sobre a chegada ao partido político, principalmente os interesses em jogo, tanto dos partidos, quanto dos sujeitos. Nesse momento também serão expostos os processos de formação e modelos de recrutamento que os partidos se servem. Estas duas seções atendem ao segundo objetivo específico desta pesquisa: "Entender o processo de recrutamento partidário no interior de uma universidade pública".

Em seguida, na seção 4.5, a discussão visará as barreiras enfrentadas e as recompensas oferecidas, que versam tanto sobre o engajamento político de modo geral, quanto sobre o engajamento partidário, especificamente. Portanto, esta seção visa satisfazer, também, os dois primeiros objetivos específicos desta dissertação. Por fim, a sessão 4.6 busca compreender as interseções entre o engajamento político e o recrutamento partidário. Esta seção cumpre o terceiro objetivo específico: "Compreender a formação da militância partidária como produto da interseção entre o engajamento político e o recrutamento partidário na universidade pública".

4.1 As disposições ao engajamento: família e escola

Com relação às disposições para o engajamento político, os jovens foram questionados sobre lembranças relacionadas à política na infância e na adolescência. Tratou-se de investigar experiências vivenciadas, mas não necessariamente protagonizadas, pelos jovens em períodos antecedentes ao engajamento de fato. Tratando-se de sujeitos com idades inferiores aos 30 anos, todos tiveram sua infância e adolescência no período democrático, com eleições periódicas e o devido acesso às campanhas políticas, seja “nas ruas” ou na televisão. Dessa forma, a totalidade dos entrevistados recordam das campanhas políticas, em especial, as das

eleições para presidente da república, como uma das primeiras lembranças relacionadas à política.

Se, por um lado, todos lembram de eleições durante a infância, por outro, o grau de envolvimento e participação do núcleo familiar e conseqüentemente do próprio jovem nesses períodos varia. A participação política não se resume à participação eleitoral. Todavia, as famílias mais envolvidas nos períodos eleitorais, eram justamente aquelas em que a política era mais presente no dia a dia.

Quatro grupos distintos foram identificados em relação ao grau de envolvimento político familiar do jovem, tanto em eleições quanto, por exemplo, na participação em sindicatos e mesmo nas discussões em casa. O primeiro grupo é formado por jovens que nasceram em um “ventre político”. A participação política sempre foi a regra familiar nesse grupo, independentemente de ser ou não período eleitoral. O segundo grupo consiste nos jovens que recordam de discussões e uma participação mais ativa da família, especialmente nos momentos eleitorais, mas sem uma militância permanente. O terceiro grupo é composto por jovens que, embora pertencentes a famílias pouco participativas, interessaram-se por política desde cedo. O quarto grupo é formado por jovens que recordam de alguma discussão política na família em período eleitoral, mas sem envolvimento ou mesmo interesse na disputa. Dessa forma, pouco vivenciaram a política na infância e adolescência. Em termos numéricos, o segundo grupo é o mais numeroso, com jovens oriundos dos cinco partidos entrevistados.

Pertencente ao primeiro grupo, o entrevistado PT03, filho de pais separados, relata que tanto o pai quanto a mãe vivenciavam a política fortemente. O pai, que vem de família de metalúrgicos, é filiado ao PT “desde sempre”, onde exerce cargos de direção. A mãe também integrava o partido, mas rompeu, estando mais próxima ao PSOL, sem nunca ter sido filiada novamente. Por ter guarda compartilhada, desde criança participava de reuniões e assembleias de sindicato junto ao pai ou a mãe. Dessa forma, sempre esteve perto da política, seja ela partidária ou não. De acordo com Schmidt (2000), quando pai e mãe convergem politicamente, o filho ou filha tem mais chances de reproduzir as atitudes políticas de seus progenitores. Isto se vê na prática do caso anterior, já que o jovem, mesmo tendo os pais separados, seguiu próximo da vida partidária e com ideias políticas que se assemelham à dos pais.

O entrevistado PT02, é filiado ao PT assim como sua mãe, que, além de militante partidária, é ativa no sindicato de sua categoria profissional. Desde sempre esteve presente em

manifestações e encontros realizados pelo sindicato e pelo partido. Para esse grupo, minoritário numericamente, o envolvimento com a política fez parte da infância, forjando, inclusive, algumas das primeiras relações de amizade, com outras crianças e adolescentes pertencentes à mesma realidade de “famílias militantes”.

O segundo grupo, composto pela maior parte dos entrevistados, são formados por jovens cujas famílias atentavam para questões políticas e discutiam sobre o assunto em casa. Todavia, tais discussões eram pontuais e mais fortes em contexto eleitoral. Não havia participação cotidiana em movimentos políticos, como partidos ou sindicatos e, quando havia, era protagonizada por familiares não tão próximos. A entrevistada PSOL01 recorda que, embora nunca tenham se filiado, sua família era de “petistas”, por conta das posições defendidas ao longo dos anos. A entrevistada PSDB01 e o entrevistado NOVO02, também presenciavam em casa discussões políticas, mas foram os primeiros a se filiar em suas famílias.

O terceiro grupo tem como principal característica o desinteresse familiar pela política *versus* o entusiasmo do sujeito. A entrevistada PSDB02, relata que a mãe não tinha escolaridade e não entendia, nem se interessava por política. Entretanto, desde criança via os programas eleitorais e na adolescência escolhia os votos para a mãe. O entrevistado PSDB03, relata que a família era apática, portanto, desde a pré-adolescência ia aos comícios sozinho, por achar interessante. Para esse grupo, cabe recordar as discussões iniciadas por Easton e Dennis (1969), que discutiram a importância das socializações na infância para a formação de atitudes políticas dos indivíduos. Mesmo fazendo parte de famílias que pouco se interessavam por política, os entrevistados, ainda crianças ou adolescentes, já eram expostos de alguma maneira à política. De acordo com Easton e Dennis (1969), mesmo que ainda não haja entendimento quanto às minúcias da política, como suas práticas e sua estrutura, crianças e adolescentes já começam a ter suas primeiras noções e sentimentos quanto à política.

O quarto grupo, por sua vez, é composto pelos jovens que têm recordações ínfimas sobre a política na família, já que o núcleo familiar pouco ou nada discutia política. O entrevistado PCdoB02, por exemplo, explicita que a primeira memória ligada a política se deu no ensino médio, quando já havia saído da casa de seus pais. Assim, a experiência política passou incólume por sua infância e adolescência.

Além da família, a escola cumpre importante papel na socialização política dos jovens, que, portanto, foram questionados sobre seus percursos no ensino fundamental e médio. Em sua maioria, os estudantes relataram experiências ligadas à política na escola. Entretanto, as experiências dos alunos variam em “onde”, “quem” e “como”.

O “onde” diz respeito às instituições de ensino em que os entrevistados estudaram. A maioria estudou em escola pública, tendo boa parte deles relatado a rotina de problemas de estrutura, falta de professor, entre outras adversidades que acometem o ensino público básico brasileiro. As escolas públicas de cada esfera governamental são diretamente impactadas pelas políticas de cada ente federativo. De acordo com o entrevistado PT03, o Projeto de Emenda Constitucional 241/2016, que propunha a instituição de teto de gastos públicos que poderia limitar os investimentos em educação e a Medida Provisória 746/2016 que reestruturava o ensino médio no país influenciaram a ocupação de seu colégio pelos estudantes, liderados pelo grêmio estudantil, seguindo um movimento nacional de ocupação de escolas públicas.

Já o entrevistado PT02, que estudou em colégio particular católico, relatou as dificuldades para criação de um grêmio estudantil, apesar de suas tentativas, uma vez que, segundo ele, “não tinha uma questão subjetiva de algo que faltava no colégio, porque era um colégio muito bom, não tinha muito impulso pra uma mobilização nesse sentido” (PT02). De acordo com ele, nem a diretoria, nem os próprios estudantes eram abertos à construção desse espaço.

O “quem” relaciona-se com os papéis que estudantes desempenharam durante as experiências políticas na escola. Apenas quatro dos quinze entrevistados foram protagonistas, seja ocupando cargos de representante de sala (PCdoB01) ou na gestão do grêmio estudantil (PT03, PSDB01, PCdoB03). A entrevistada PSDB01 relatou que não só participou do grêmio como foi sua fundadora, tendo sido, inclusive, escolhida para representar a escola em um conselho da cidade, criado para que os jovens discutissem políticas para a cidade, sem fins deliberativos. Os demais entrevistados não protagonizaram ações na política estudantil escolar, seja pela ausência de meios para isso (PT02, PSDB03), ou pela falta de interesse (PSOL01, NOVO01, NOVO02, NOVO03).

O “como” diz respeito à forma que tais experiências políticas apresentavam na escola. A maior parte dos entrevistados relatou a presença do grêmio estudantil, mesmo sem terem sido membros de fato. É o caso da entrevistada PSOL06. Segundo ela, o grêmio estudantil é a entidade que representa os estudantes no colégio, que passa nas salas de aula, que discute questões relevantes para os alunos, tornando-se importante instrumento para realização de demandas estudantis (PSOL06). Os estudantes das escolas públicas consideraram o grêmio um instrumento mais útil às lutas estudantis que os estudantes de escola privada. De acordo com o entrevistado NOVO03, que estudou em escola particular, o grêmio “não tinha tanta importância assim”.

Outra forma da política estar presente na escola foi mencionada pelo entrevistado PCdoB02. Segundo ele, que estudou em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, a política era muito presente na escola, já que além do grêmio estudantil forte, os professores eram engajados politicamente e o sindicato muito atuante (PCdoB02). Assim, tanto estudantes quanto professores manifestavam-se contra determinadas políticas dos governantes por meio de cartazes, protestos ou mesmo greves.

Outras experiências políticas começaram a fazer parte da vida dos jovens. Schmidt (2000, p.69) argumenta que “a escola socializa por meio de disciplinas diretamente vinculadas ao mundo político – sociologia, filosofia, história, entre outras – mas também através daquelas usualmente percebidas como menos ‘politizadas’ – literatura, matemática, biologia”. Os alunos foram questionados sobre suas disciplinas favoritas em sala de aula. Foi observado que os jovens que hoje são filiados ao PT, PSOL, PCdoB e PSDB gostavam mais das disciplinas ligadas às ciências humanas, como história e geografia, enquanto os filiados ao Partido Novo preferiam disciplinas como matemática.

De acordo com a entrevistada PT01, alguns professores davam liberdade ou mesmo incentivavam a discussão sobre temas relacionados à política durante as aulas. Segundo a jovem, em sua época de ensino médio começaram a surgir discussões sobre o então deputado federal e atual presidente Jair Bolsonaro e, durante as aulas de história, o professor discutia questões como feminismo, LGBTfobia e os alunos comentavam, alguns mais conservadores e outros mais progressistas (PT01).

Independente das preferências, os alunos são obrigados a cursar todas as disciplinas. Em sua experiência, o entrevistado NOVO03 conta que o tema “política” surgia em sala de aula por meio de dinâmicas propostas pelos professores. Uma das dinâmicas separava a turma em dois grupos, uma parte tendo que defender questões como reforma agrária ou movimento negro e outro grupo posicionando-se contra essas questões (NOVO03). A preferência por matemática desde o ensino médio levou todos os jovens do Partido Novo a cursarem graduações ligadas às ciências exatas como engenharia e estatística.

Cabe ressaltar a compreensão dos respondentes que a política muitas vezes está presente na escola de modo velado. De acordo com o entrevistado PT03 “o cotidiano escolar é conflituoso e onde há conflito, há política”. De acordo com ele, desde o início da vida escolar já são observados os conflitos relacionados a sexualidade, raça e classe dos estudantes: “a pessoa que não tinha um tênis ‘x’ era zoada” (PT03). A fala atesta o argumento de Brenner (2011), para quem a escola representa uma novidade em relação à família no que tange a forma de socialização. A convivência com o outro e a formação de amizades em um espaço

de diversidade e diferença contribui para a formação de atitudes políticas (BRENNER, 2011). Schmidt (2000) contribui para a reflexão sobre essas respostas quando afirma que a socialização política na escola não é intencional. As múltiplas relações vividas, com colegas, professores, funcionários contribuem para a formação política dos jovens. Os conflitos que surgem ao se relacionar com pessoas de realidades diferentes impacta na forma como aquele jovem vê o mundo.

Os jovens militantes foram questionados sobre a participação em outros movimentos coletivos antes de se engajarem politicamente. Quatro dos entrevistados mencionaram a participação em movimentos de igreja, sendo três protestantes e um espírita. De acordo com a entrevistada PSDB01, faz parte do protestantismo se dispor a atuar no mundo. Os jovens participavam de grupos jovens, reuniam-se e faziam suas atividades. Nenhum deles, entretanto, percebeu influência dessa atuação na igreja em seu engajamento político. A entrevistada PSDB02, por exemplo, identificou a igreja como uma barreira. Segundo ela, “a igreja, na verdade, atrapalhou a organização política. Havia a discussão que a política era algo negativo. Por ser mulher, isso era ainda mais mal visto na igreja”.

No quadro abaixo, estão sintetizados os itens desenvolvidos no texto sobre a formação de disposições para o engajamento:

Quadro 6: Síntese das evidências apresentadas na seção 4.1

| Categoria analítica | Evidências | |
|---------------------|-----------------|--|
| Disposições | Família | <ul style="list-style-type: none"> • Todos recordam das eleições na infância e adolescência • Majoritariamente: a política era discutida em casa, principalmente durante eleições, mas sem participação cotidiana • Minoritariamente: famílias militantes ou famílias desinteressadas • Jovens de famílias desinteressadas politicamente informavam-se por conta própria • Apenas um dos quinze jovens relatou a ausência completa da política em casa, tanto da família, quanto dele próprio. |
| | Escola | <ul style="list-style-type: none"> • Politização maior nas escolas públicas: mobilização estudantil por melhores condições • Maioria dos jovens não esteve a frente de grêmios estudantis e representação de sala • Presença de política na escola por meio de ações do grêmio estudantil e dos sindicatos • Jovens do Novo, particularmente, demonstraram desinteresse quanto a atuação do grêmio estudantil. • Presença de política na escola por meio das discussões em sala de aula e dos conteúdos das disciplinas |
| | Demais agências | <ul style="list-style-type: none"> • Minoria participou de movimentos de jovens na igreja. • A igreja não influenciou a visão política dos jovens, mas o inverso ocorreu. Os posicionamentos políticos dos jovens impactam a forma que veem a igreja. |

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

A seção seguinte apresentará os dados da pesquisa sobre as redes de interação que os jovens formam e participam e que foram importantes para o engajamento.

4.2 Redes de interação: transformando disposições em prática

Não bastam apenas disposições para o engajamento político. É necessário que os jovens sejam expostos a estruturas e agentes que sensibilizem e ofereçam possibilidades de engajamento político. Os jovens entrevistados formam e participam de redes de interação em diferentes espaços e momentos de suas vidas. Na última seção foi apresentado o papel da família e da escola como agentes de socialização e de formação de disposições. Entretanto, para alguns jovens, a escola foi também o local para a formação de redes de interação. Jovens que lideraram grêmios estudantis e seguiram atuando politicamente na universidade iniciaram a militância política ainda na escola.

4.2.1 Redes de interação anteriores à inserção universitária

Não bastam apenas disposições para o engajamento político. É necessário que os jovens sejam expostos a estruturas e agentes que sensibilizem e ofereçam possibilidades de engajamento político. Os jovens entrevistados formam e participam de redes de interação em diferentes espaços e momentos de suas vidas. Na última seção foi apresentado o papel da família e da escola como agentes de socialização e de formação de disposições. Entretanto, para alguns jovens, a escola foi também o local para a formação de redes de interação. Jovens que lideraram grêmios estudantis e seguiram atuando politicamente na universidade iniciaram a militância política ainda na escola.

Para analisar o papel das redes de interação na formação da militância dos jovens, cabe analisar em quais espaços e por quais motivos eles começaram, de fato, a militar por uma determinada causa política. Ou seja, em que contexto eles iniciaram a atuação política. Dos quinze entrevistados, dez confirmam que o primeiro movimento político em que se engajaram foi durante o ensino superior. Os cinco restantes entraram na universidade depois de já terem se engajado. Desses cinco, três compartilham histórias semelhantes. Tratam-se de jovens que durante o ensino médio participaram de grêmios estudantis, no qual tiveram função de liderança. Nesse período tiveram contato com forças políticas, alinhadas a partidos, que disputam posições no movimento estudantil, seja secundarista ou superior. Brenner (2018) relata que a escola, justamente pela possibilidade de atuação no grêmios estudantis, ao mesmo tempo que é espaço de socialização política, é espaço de concretização da militância dos jovens.

Os entrevistados PCdoB01 e PCdoB03 conheceram, durante o ensino médio, a União da Juventude Socialista (UJS). A UJS, segundo seu estatuto, é uma “organização juvenil, ampla, política e socialista” (UJS, 2018 s.d, recurso online). A UJS é a organização ligada ao PCdoB que trata e representa os interesses da juventude. O partido, em seu estatuto, determina que todo jovem do partido deve atuar na UJS até completar 25 anos, ou, caso exerça cargo na organização juvenil, até os 30 anos (PCdoB, 2017). A UJS é, portanto, o braço juvenil do PCdoB, atuando nos espaços que a juventude está presente. Dessa forma, o ambiente estudantil, formado majoritariamente por jovens, é disputado pela organização. O entrevistado PCdoB01 relata que durante o ensino médio, enquanto membro do grêmio estudantil, chegou a participar de congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE), junto com filiados do PT. Nesses congressos, entretanto, admirou-se pela UJS.

Já o entrevistado PT03, que era presidente do grêmio estudantil em sua escola, teve contato com uma corrente política chamada Juventude Revolução (JR). De acordo com o entrevistado, a JR se tornou oficialmente uma corrente de jovens do PT em 2017. Antes disso, embora próximos ao partido, eram independentes (PT03). Durante um encontro de grêmios estudantis do Brasil, o entrevistado PT03 viu a necessidade de ingressar em algum coletivo de juventude. Lá se aproximou da JR e conheceu outros coletivos. De acordo com ele, “a partir do método comparativo, achei que a JR era a melhor em termos de método e prática” (PT03).

Os outros dois jovens que entraram no ensino superior já com experiência de militância tiveram histórias diferentes. A entrevistada PSDB01 foi fundadora do grêmio estudantil de sua escola, participou de conselhos de jovens em sua cidade natal e desde criança mostrava aptidão para a vida política (PSDB01). Entretanto, não fazia parte de nenhum coletivo ou grupo que possibilitava uma militância contínua. Com o fim do ensino médio, a jovem não militou em nenhum espaço até a participação em um processo eleitoral para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) já na universidade.

O entrevistado PT02, que não conseguiu criar o grêmio estudantil em sua escola particular, procurou outros meios para participar politicamente. Como sua mãe era filiada a uma corrente do PT, o jovem teve contato com o coletivo de juventude ligado a essa corrente. Começou a participar das reuniões e eventos do coletivo, mas se distanciou por não querer militar em espaço que a mãe tivesse contato ou controle. Entretanto, após envolver-se com outros grupos e organizações decidiu que aquela era a corrente com a qual mais se identificava (PT02). Dessa forma, o jovem, mesmo sem experiência no movimento estudantil secundarista, entrou na universidade já engajado no âmbito do Partido dos Trabalhadores.

Comparando os casos anteriores, PSDB01 e PT02, destaca-se estes coletivos de jovens, ligados ou não a partidos, como uma forma transição da militância entre o ensino básico e o ensino superior. O jovem PT02 não teve sucesso em criar o grêmio estudantil em sua escola, mas, na interação com um coletivo ligado a uma corrente do PT, ingressou na universidade já militando de modo organizado. Já a jovem PSDB01, que teve sucesso e protagonismo na militância secundarista, presenciou um hiato em sua militância quando ingressou no ensino superior por não ter nenhum vínculo com alguma organização política.

O insucesso do jovem em criar o grêmio estudantil de sua escola exemplifica a importância de estruturas para expor o sujeito à participação e, assim, transformar as disposições em prática política (BRENNER, 2011). O jovem tinha fortes disposições para militar politicamente já que sua mãe era filiada a partido. Entretanto, como sua escola era particular, católica e, segundo o jovem, "nada faltava", não conseguia mobilizar seus colegas para criar um espaço de representação política. Dessa forma, não conseguia transformar as disposições em engajamento de fato. Portanto, o jovem teve que procurar as redes em que sua mãe estava inserida para ingressar em algum movimento político.

4.2.2 Redes de interação formadas durante o ensino superior

Como dito anteriormente, dez dos quinze jovens participaram do primeiro movimento político já no ensino superior. Dessa forma, eles foram questionados sobre as circunstâncias que os levaram a essa primeira participação efetiva. Os resultados apontam que oito dos dez jovens engajaram-se primeiramente em um movimento curto, por um período limitado de dias (ou horas), com um fim específico. Dois tipos diferentes de movimentos foram relatados pelos jovens. São eles: 1) manifestações, cobrando ou opondo-se a medidas, seja da universidade, seja do governo e 2) eleições, sejam elas internas ou externas à universidade.

Estes movimentos serão fundamentais para a posterior entrada em um partido político. Brenner (2011) argumenta que o acúmulo de experiências serve como novos meios de socialização, que por sua vez, são agregados às socializações anteriores, aumentando assim a motivação do sujeito para militar politicamente. Entendeu-se que, ao participar desses primeiros movimentos políticos, os jovens foram atraídos, de fato, para a política partidária.

A entrevistada PT01 conta que não participava de nenhum coletivo quando entendeu a importância de ir nas manifestações organizadas na cidade. Após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, começou a ir com seus colegas do curso de História nos protestos contra o novo governo. Junto a esse grupo, posteriormente, disputou e venceu a eleição para o centro acadêmico. Caso semelhante aconteceu com a jovem PSOL01. Durante o processo de

impeachment, a entrevistada viu a necessidade de participar de atos contrários ao impedimento da presidenta. Estudante do curso de Jornalismo, ajudou a organizar eventos com a participação de professores do curso para discutir o papel da mídia no processo (PSOL01).

A maioria desses dez jovens, entretanto, relatou a participação em eleições como a primeira vez que integraram um movimento político. Os entrevistados PSDB02, PSDB03 e NOVO01 participaram da eleição para o DCE da Universidade Federal de Juiz de Fora em 2016. A eleição envolveu seis chapas, sendo quatro delas ligadas a movimentos e partidos de esquerda. Outra chapa que disputou a eleição era a "Livres para Escolher", que segundo a entrevistada PSDB02, era formada por pessoas de diversos espectros políticos que não se identificavam com a esquerda. A chapa surgiu de um grupo no *whatsapp* chamado "Endireita UFJF" (PSDB02). A chapa vencedora do pleito, porém, foi a "Marco Zero", formada por alunos da Faculdade de Engenharia e com bom relacionamento com as atléticas e grupos de voluntariado da UFJF. De acordo com o entrevistado NOVO01, a chapa era formada por pessoas de diferentes alinhamentos políticos. A carta de apresentação da chapa trazia o lema, que era "E se o DCE realmente funcionasse?", o que mostra o objetivo de ter um diretório eficiente (MARCO ZERO, 2016). Nesta mesma carta foi reforçada a não vinculação a nenhum partido político e a tomada de decisão imparcial com o foco em resultados (MARCO ZERO, 2016).

A participação na campanha vencedora da Marco Zero, seguida da contribuição nas pautas do tema "transporte" da gestão do DCE, foi a primeira participação política do entrevistado NOVO01. Ele relata que já tinha ouvido falar do Partido Novo antes, "mas não tinha nenhum interesse em ser filiado naquele momento, mas depois que passou essa questão da chapa do DCE que eu me envolvi um pouco mais em política que aflorou efetivamente." (NOVO01).

Os três filiados ao PSDB participaram juntos da chapa "Livres para Escolher", nessa mesma eleição para o DCE, tendo conquistado o terceiro lugar. Como dito anteriormente, a chapa reuniu pessoas que não se identificavam com a esquerda universitária, abrangendo então desde pessoas que se consideravam "social-democratas" até "anarco-capitalistas" (PSDB01).

Após a eleição, o grupo seguiu sob a denominação "UFJF Livre", manifestando-se contra greves e paralisações. Entretanto, as divergências ideológicas internas se intensificaram, principalmente por conta do apoio de alguns membros à pré candidatura a presidente de Jair Bolsonaro. Enquanto alguns membros o apoiavam, outros discordavam

frontalmente de suas ideias (PSDB01). No momento em que o grupo rompeu, surgiu a possibilidade dos três jovens ingressarem no PSDB, o que será discutido mais a frente.

Embora a jovem PSDB01 já tivesse participado do grêmio estudantil em sua cidade natal, chegou a UFJF sem compromisso com nenhum tipo de movimento político, tendo na eleição do DCE o evento responsável pelo salto rumo ao engajamento mais constante no partido. Movimento semelhante aconteceu com os jovens PSDB02 e PSDB03, que consideram a eleição do DCE um divisor de águas em suas vidas em relação à participação política.

Não são apenas as eleições internas da universidade que são destacadas como a primeira experiência de participação política dos jovens. Os entrevistados NOVO02 e NOVO03 nunca tinham tido participação, ou mesmo contato, com movimentos políticos. Conheceram o partido já no ano das eleições de 2018 e, ao se identificarem com a ideologia partidária, filiaram-se e atuaram na campanha do empresário e candidato a presidente pelo Partido Novo, João Amoedo (NOVO02, NOVO03). Esses jovens protagonizaram percursos militantes curtos e intensos: a primeira experiência política se mistura com a filiação ao partido.

Os jovens foram questionados sobre o papel da universidade e de seus cursos no processo de engajamento político. Foram observadas amplas divergências entre as respostas, dependendo do partido dos jovens entrevistados. Os filiados ao Partido Novo acreditam que há uma predominância de pessoas de esquerda na UFJF, tanto entre os professores, quanto entre os alunos (NOVO02). O entrevistado NOVO03 diz ter medo de algum tipo de boicote social, ou mesmo de ser prejudicado por algum professor, caso declare suas posições políticas. Entretanto admite que nunca viu algo do tipo ocorrer, "apenas na internet" (NOVO03).

Embora percebam predominância de ideias divergentes às suas, os jovens do Partido Novo acreditam que determinados espaços da UFJF podem servir para um engajamento político liberal. O entrevistado NOVO02 acredita que o Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia (CRITT), por incubar empresas e receber empreendedores locais, pode ser um espaço em que as ideias liberais e, por conseguinte, as do partido, sejam disseminadas. As Empresas Juniores também são espaços adequados para reunir pessoas com viés liberal. Segundo o entrevistado NOVO02, o estudante que procura a empresa júnior (EJ) de seu curso:

já tem uma tendência mais liberal por ter essa questão do protagonismo de mudar o Brasil através do empreendedorismo, do fomento da economia, isso

tudo é enraizado no movimento empresa júnior e vai ao encontro às ideias liberais. A tendência de quem entra na EJ não é ficar esperando intervencionismo estatal (NOVO02).

Em relação ao conteúdo dado em sala de aula, foi observada a possibilidade de se discutir temas sob o viés liberal e a influência disso no engajamento político do estudante. O entrevistado NOVO01 relata que ao cursar uma disciplina sobre gestão financeira, o professor “dava muita aula sobre a questão tributária do país, como é que funcionava, o que era eficiente e o que não era”. Após o término da disciplina, o jovem continuou em contato com o professor, sendo chamado por ele para conhecer o partido.

Em relação às respostas dos jovens entrevistados dos demais partidos, foi possível observar que eles consideram que a universidade influencia no engajamento político a partir de quatro dimensões, sendo duas consideradas positivas e levantadas por mais entrevistados. As outras duas dimensões foram menos presentes nas respostas e ou dificultam o engajamento em si ou trazem elementos considerados negativos para a formação política dos jovens. Denominou-se tais dimensões como: teórico-discursiva, aprendizagem e prática política, aprisionamento acadêmico e burocratização da organização política.

Quanto a dimensão **teórico-discursiva**, percebeu-se que os estudantes veem a universidade como um espaço de livre pensamento. Há debates, palestras e cursos que abordam questões que tocam a política, independente da concordância do estudante ou não (PT01). O jovem PCdoB02 concorda que a universidade é um espaço para a circulação de ideias progressistas ou conservadoras, que “servem para abrir a cabeça”. Já o jovem PSOL02 vê a universidade como o espaço na sociedade em que o pensamento radical socialista é mais forte. A entrevistada PSDB01 avalia que a carga teórica de seu curso (Ciências Sociais) foi importante para sua formação política, para moderar algumas visões e fortalecer outras (PSDB01).

Sobre a dimensão de **aprendizagem e prática política**, entende-se que a universidade favorece a organização e a participação política, seja nas entidades estudantis, como centros e diretórios acadêmicos, seja na participação nos órgãos deliberativos da universidade, ou mesmo na militância em coletivos e partidos políticos. A possibilidade de militância organizada no movimento estudantil foi abordada pela maioria dos jovens (PT02, PSDB01, PCdoB02). O jovem PT02 acredita que a prática política estudantil se faz presente na universidade por demandas e necessidades objetivas. A demanda por mais bolsas, por exemplo, consiste em luta constante do movimento estudantil (PT02). A jovem PSOL03 vê o diretório acadêmico do curso como elemento fundamental para atender às demandas

estudantis mais urgentes, já que é prevista a participação do diretório nos colegiados da unidade.

De certa forma, a participação política na universidade é uma forma de aprendizado e treinamento de militantes. No movimento estudantil surgem novos quadros, que são testados quanto a capacidade de articulação, conquista de votos e do convencimento político de forma geral (PT03). Quanto a esse ponto, recorda-se a experiência no movimento estudantil de várias lideranças políticas atuais, inclusive dos partidos dos jovens entrevistados. Na galeria de ex-presidentes da União Nacional dos Estudantes estão nomes como José Serra (PSDB/SP), que foi prefeito da capital, senador e governador do estado de São Paulo, Lindbergh Farias (PT/RJ), deputado federal e senador pelo Rio de Janeiro e Wadson Ribeiro (PCdoB/MG), deputado federal e que estudou na Universidade Federal de Juiz de Fora (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, s.d). A entrevistada PSDB01 admite que o movimento estudantil a ajudou a ter destaque nacional no partido e ambicionar uma carreira política, tendo se candidatado para o cargo de deputada estadual nas eleições de 2018.

As dimensões seguintes dizem respeito à formas consideradas negativas de influência da universidade no engajamento político do jovem. A terceira dimensão trata-se do **aprisionamento acadêmico**. Dá-se esse nome à possibilidade da militância ficar circunscrita ao ambiente universitário. Essa possibilidade foi aventada pelos jovens, preocupados em não formarem uma bolha universitária, onde grupos da sociedade não inseridos no ensino superior, não seriam alcançados pela militância. O jovem PT03 reflete que os jovens brasileiros, de modo geral, não estão dentro das universidades públicas. Segundo o entrevistado, “se queremos fazer transformações efetivas e reais, elas não passam por dentro da universidade, isso é claro. Não são as universidades que encherão os atos de rua” (PT03). Ou seja, neste caso, a universidade não impede ou dificulta a organização política, mas absorve toda a energia de militância, formando bolhas internas. A universidade é se torna meio e fim do engajamento político estudantil.

Esta afirmação encontra eco nos últimos dados sobre o ensino superior no Brasil. De acordo com o Censo da Educação Superior 2019 (com dados relativos a 2018), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 75,4% das matrículas no ensino superior pertencem à rede privada, enquanto 24,6% vinculam-se à rede pública (INEP, 2019). O censo do ano anterior, por sua vez, relatou que, em 2017, apenas 18% dos jovens do Brasil cursavam o ensino superior (INEP, 2018). De posse dos dados é possível observar que a maioria da juventude brasileira não está no ensino superior, muito menos na rede pública.

O entrevistado PSOL02 entende que os militantes organizados da universidade, mais do que disputar os espaços institucionais, como diretórios e centros acadêmicos, devem conseguir gerar conhecimento para setores da sociedade que não chegam ao ensino superior. De acordo com o jovem, os projetos de extensão podem ser o caminho para se chegar a grupos excluídos, levar conhecimento técnico e, assim, disputar e conscientizar essas pessoas.

A quarta dimensão observada diz respeito à **burocratização da organização política**. Esta dimensão indica o cenário em que a universidade ao mesmo tempo em que contribui para o engajamento político, também o dificulta. Os jovens consideram que, por vezes, a instituição universitária pode coibir ações políticas dos estudantes. O jovem PT03 exemplifica com a proibição de festas dentro do campus da universidade. Segundo ele, as festas, além de espaço de confraternização, é grande oportunidade de arrecadação financeira das entidades estudantis e “sem autonomia financeira não tem autonomia política” (PT03). De acordo com PT02, os jovens naturalmente são mais críticos e rebeldes, portanto, setores da universidade podem criar empecilhos para a organização estudantil.

Para a formação de tais redes de mobilização, é importante que haja pessoas que facilitem ou mesmo proporcionem a participação dos jovens nos seus primeiros movimentos políticos. Podem ser colegas, amigos, familiares, professores ou outras pessoas que ajudem a sensibilizar os jovens para determinada causa política.

Os entrevistados, em sua maioria, relataram que as primeiras participações em movimentos políticos, seja em uma manifestação, seja em campanhas eleitorais, tiveram como elemento motivador o convite de algum amigo ou colega. A entrevistada PSOL01, por exemplo, relata que no contexto do impeachment da presidenta Dilma em 2016, ao ver a importância de organizar atos contrários ao processo, ficou “muito amiga” de pessoas que estavam se organizando nesse mesmo sentido. Iniciou assim, uma relação de amizade com pessoas que, segundo ela, “começavam a chamar para uma coisa, para outra, fomos em atos juntas” (PSOL01).

Campanhas eleitorais, mesmo as internas à universidade, precisam de um certo número de pessoas que ajudarão nas diversas tarefas. No caso de uma eleição de DCE, os grupos concorrentes precisam de estudantes para definir propostas e apresentá-las nos diversos locais da universidade. Precisam de representantes para os debates, bem como fornecer mesários e fiscais para os dias da eleição. Sendo eleitos, precisam de estudantes que aceitem trabalhar na gestão, ocupando os diversos cargos existentes.

O estudante NOVO01 avalia que o “boca a boca” é o mais importante para chegar a esse número de pessoas. Tendo sua primeira participação política nas eleições do DCE de

2016, conta que o presidente da chapa, seu conhecido por causa da Atlético, convidou-o pessoalmente para ingressar na campanha e contribuir, principalmente, para a definição de propostas para o transporte dentro da UFJF (NOVO01).

Redes virtuais também podem ser importantes nesse processo. De acordo com a entrevistada PSDB02, durante o processo de *impeachment*, havia um grupo no *whatsapp* denominado "Endireita UFJF" que reunia estudantes da UFJF que se identificavam com a direita política e, conseqüentemente, eram a favor do impedimento da presidenta Dilma. Os próprios integrantes eram responsáveis por incluir colegas que demonstravam proximidade com as pautas do grupo. O aumento do número de participantes do grupo fez com que seus membros ambicionassem a disputa do DCE, o que de fato aconteceu nas eleições daquele ano (PSDB02).

A importância das redes sociais no processo de engajamento não acontece apenas para reunir pessoas com interesses semelhantes dentro de um mesmo espaço, como no caso do grupo de *whatsapp* "Endireita UFJF". O entrevistado NOVO03 reflete que seu engajamento político se deu após a cobrança por uma posição política, realizada por seus colegas de ensino médio durante a eleição de 2018. Dessa forma, na ausência de amigos e familiares que o sensibilizassem em direção a uma ideologia política, foi buscar por conta própria. Na internet, “conheci o canal (*youtube*) de uma menina libertária. Ela falava como a Suécia era liberal. Eu gostei. E me dizia liberal” (NOVO03).

No quadro abaixo, estão sintetizados os itens desenvolvidos no texto sobre o funcionamento das redes de interação dos jovens, que ajudam a transformar as disposições ao engajamento em prática, de fato.

Quadro 7: Síntese das evidências apresentadas na seção 4.2

| Categoria analítica | Evidências |
|---------------------|--|
| Redes de interação | <ul style="list-style-type: none"> • De acordo com a teoria, o engajamento é um processo que se inicia nas primeiras socializações e na formação de disposições. Estas disposições podem ser ativadas ou não • Dois terços dos jovens participaram de um movimento político pela primeira vez durante a graduação, o que confirma a universidade como espaço fundamental de formação das redes de interação. • O terço restante ingressou na universidade já com experiência prévia de militância política. • O grêmio estudantil é a principal forma de participação política antes do ingresso no ensino superior • A militância política pode ser afetada na transição entre o ensino básico e o ensino superior. • Organizações políticas, como coletivos de juventude, ligados ou não a partidos políticos, podem contribuir nesta transição. |

| | |
|--|--|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Ações coletivas de curta duração e com fins específicos, como eleições e manifestações, são os principais movimentos políticos que dão início à militância política organizada • Estas eleições e manifestações podem ser internas ou externas à universidade. • A eleição para o DCE da UFJF em 2016 foi fundamental para a militância política de jovens que se consideravam mais à direita. • Os três jovens do PSDB e um do Novo participaram de duas chapas que se opunham aos grupos de esquerda que tradicionalmente disputam o DCE • Jovens do Novo veem predominância da esquerda entre alunos e professores na universidade • Jovens do Novo consideram o CRITT e as Empresas Juniores espaços possíveis de disseminação das ideias liberais dentro da universidade • Universidade pode influenciar o engajamento a partir de quatro dimensões: teórico-discursiva, aprendizagem e prática política, aprisionamento acadêmico e burocratização da organização política • Teórico-discursiva: Espaço de livre pensamento. Discussões em sala de aula, debates e palestras • Aprendizagem e prática política: Possibilidade de participar dos órgãos deliberativos da universidade, junto ao movimento estudantil • Aprisionamento acadêmico: A militância corre o risco de ficar circunscrita ao ambiente universitário e não dialogar com setores da sociedade que não estão incluídos no ensino superior. • Burocratização da organização política: A gestão universitária tem meios para dificultar a organização política estudantil. • O convite de amigos ou colegas é elemento motivador para o ingresso em um movimento, seja uma campanha, seja uma manifestação. • As relações de amizade formadas no âmbito desses movimentos políticos impulsionam a participação em outros movimentos que podem surgir • As redes sociais contribuem para a formação de redes de interação. Este elemento foi percebido, principalmente na formação dos grupos de direita |
|--|--|

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

A seção seguinte apresentará os dados obtidos sobre o funcionamento das redes de recrutamento partidários e como eles se relacionam com as redes de interação.

4.3 Redes de recrutamento partidário

Como dito anteriormente, os jovens passam por diferentes experiências e socializações até resolverem se filiar a um partido. Nesse percurso, os jovens deparam-se com redes de recrutamento, formadas pelos partidos e seus filiados. Dependendo de seus interesses e da forma que estrutura suas redes, um partido vai atingir diferentes pessoas. Alguns jovens depararam-se com redes de recrutamento partidário que dialogavam diretamente com suas redes de mobilização. Outros, entretanto, realizaram percursos militantes mais longos, de

modo a serem alvos de redes de recrutamento do atual partido depois de outros tipos de experiência política.

Esta seção visa apresentar como os jovens encontraram os partidos e como os partidos encontraram os jovens. Tratou-se de entender pessoas, estruturas e espaços que fizeram a ligação entre o indivíduo e a organização partidária.

Buscou-se entender as estratégias que os partidos utilizam para recrutar pessoas. Os jovens citaram que os partidos conseguem recrutar com base no "convencimento político". De forma geral, conversando, apresentando o partido e, assim, convencendo aquele sujeito a ingressar na estrutura partidária. O que varia no convencimento partidários são as estratégias para isso.

Nesse sentido, os jovens relataram a importância do convencimento por meio de figuras públicas, ou seja, pessoas importantes do partido que são capazes de atrair novos filiados. Os jovens NOVO02 e NOVO03 citaram que assistiam vídeos na internet do João Amoedo, presidente do partido e candidato na eleição presidencial de 2018. Aproximaram-se do partido por gostarem do que viram nos vídeos do político. A candidata PSOL03 acredita que o partido utiliza de figuras públicas carismáticas para influenciar pessoas, principalmente jovens. Ela diz ter começado a admirar o partido por conta do deputado federal Marcelo Freixo e do ex-deputado federal Jean Wyllys (PSOL03). O jovem PCdoB03 entende que seu partido dá destaque a figuras jovens, como a candidata a vice-presidente Manuela D'Ávila, ajudando assim na identificação do partido com a juventude, mostrando que os interesses dos jovens serão defendidos (PCdoB03).

Mas não só os integrantes conhecidos do partido são importantes para atrair jovens. Os partidos também utilizam de sua base para o convencimento político. São amigos, colegas que já são filiados e percebem em pares um possível militante. O entrevistado PCdoB01 relatou que as pessoas do partido "tentam te filiar de todos os jeitos possíveis, conversam com você, convidam para algum evento, apresentam o partido e as ideias e te convidam a fazer parte" (PCdoB01).

Entende-se, porém, que esta aproximação se dá dentro de algum contexto. Eleições e manifestações são momentos importantes para que os partidos ajam em prol do recrutamento. O entrevistado PT03 relata que os partidos buscaram um "saldo cooptativo" durante as ocupações das escolas no ano de 2016. Ou seja, militantes partidários ingressavam nas ocupações, apresentando o partido e buscando a aproximação com jovens que estavam na ocupação mas não faziam parte de nenhum outro coletivo, movimento ou partido político.

Isso também ocorre durante as eleições, sejam elas internas ou externas à universidade. Enquanto campanhas tem um término pré-determinado, a militância em partidos continua acontecendo, independente do momento. Após o término de uma eleição, pessoas que contribuíram de alguma forma na campanha, mas não estavam organizadas em nenhum grupo, coletivo ou partido, podem ser convidadas a conhecerem algum partido por meio de um filiado que também estava na campanha (PSDB01). Durante a campanha, relações vão sendo construídas, o que facilita a abertura do jovem para o partido. Não será um filiado qualquer que fará a apresentação e o aproximará do partido, mas sim alguém que já criou laços, mesmo que frágeis, durante a campanha. O jovem PSDB03 entende que as relações construídas foram importantes para sua entrada no partido:

O que me influenciou muito foi conhecer as pessoas que estariam comigo, até porque sempre gostei do partido mas nunca tinha manifestado interesse em me filiar, mesmo morando aqui em Juiz de Fora, que tem um diretório organizado, isso nunca tinha passado pela minha cabeça. Conhecer as pessoas com quem eu ia lidar lá dentro me ajudou muito nessa decisão (PSDB03)

Importante destacar que não basta os partidos estarem presentes nos momentos eleitorais e de manifestações para recrutar. Jovens do PT, PCdoB e PSOL explicaram a importância do partido demonstrar efetividade quando tem a chance de ocupar os cargos em disputa. O jovem PT02 relata que, em uma determinada cidade, o partido conseguiu recrutar diversos jovens de uma escola a partir do momento em que o grêmio estudantil, cujos membros eram ligados ao partido, conseguiu realizar uma demanda histórica: a construção de uma quadra na escola (PT02). O jovem PSOL03 entende que a militância do partido tem que demonstrar a importância da movimentação militante, sendo coerente e apresentando resultados (PSOL03).

As entidades do movimento estudantil, como a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a UNE, também são utilizadas pelos partidos para a atração de jovens. Essas entidades, que representam os estudantes do país, sejam eles secundaristas, nome dado aos estudantes do ensino médio, ou do ensino superior, realizam uma série de eventos, com objetivos distintos, reunindo jovens, militantes ou não, pelo Brasil.

A UNE, por exemplo, segundo seu *website* realiza os seguintes eventos estudantis: a) Congresso da UNE (CONUNE), principal fórum deliberativo da entidade, no qual todo estudante pode participar, sendo delegado (com direito a voto) ou não, realizado a cada dois anos, no qual se elegem os dirigentes da organização; b) o Conselho Nacional das Entidades Gerais (CONEG), fórum deliberativo que reúne as entidades estudantis dos demais níveis

federativos, como as Uniões Estaduais Estudantis (UEEs) e os DCEs; c) o Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB), que reúne as entidades consideradas "de base", como os diretórios e centros acadêmicos; d) a Bienal da UNE, principal evento cultural e artístico da entidade; e) Encontro de Mulheres Estudantes (EME) e f) Encontro de Estudantes Negros, Negras e Cotistas da UNE (ENUNE) que, por sua vez, discutem questões relacionadas a gênero e raça (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2020b).

Esses eventos, para além dos objetivos oficiais, também são espaços importantes para identificar e recrutar possíveis novos militantes. A UJS, ligada ao PCdoB, é a maior organização estudantil do país e responsável por dirigir a UNE seguidamente, congresso após congresso. Desde o enfraquecimento do regime militar, em 1979, que tinha posto a UNE na ilegalidade, a UJS não esteve na direção da entidade em apenas 4 anos, entre 1987 e 1991. Desde então, a juventude do PCdoB ocupa os principais cargos da maior organização estudantil do Brasil (GUIMARÃES, 2006).

O entrevistado PCdoB02 relatou que participou dos congressos da UNE enquanto era presidente do DCE da instituição de ensino superior em que estudou antes de ingressar na UFJF. O jovem foi para o primeiro congresso sem fazer parte de nenhuma organização estudantil, mas lá conheceu a UJS e se admirou por ela. De acordo com ele, antes de se identificar politicamente com a UJS, encantou-se pelo tamanho:

Me parecia ser muito mais alegre. É mais alegre, é maior. É a questão também de poder. Vislumbrar a turma que está ganhando. Alegria e o tamanho. Inicialmente foi isso. Depois você vai conhecendo, assimilando, hoje é mais a convicção que qualquer outra coisa. (PCdoB02).

As juventudes partidárias, como as citadas UJS e JR, são organizações que integram as estruturas dos partidos e que desenvolvem diversas atividades internas e externas das agremiações partidárias (RODRIGUEZ, 2009). Marques (2016) afirma que o modelo organizacional de uma juventude partidária pode assumir diferentes formas, de um eixo em que há a reprodução da estrutura formal, rígida e normativa dos partidos, até o eixo em que a estrutura organizacional é flexível a ponto de permitir que a juventude partidária seja menos rígida e hierárquica. Seja qual for o modelo, em comum reside a "relação que precisam estabelecer com seus partidos políticos. O partido político necessariamente é a matriz de uma juventude partidária" (MARQUES, 2016, p. 866).

A manutenção e suporte dos partidos às suas juventudes partidárias faz sentido por conta da reflexão apresentada por Cross e Young (2008). Para os autores canadenses, os jovens tendem a se envolver com formas não tradicionais de participação política, como

movimentos sociais e manifestações por pautas comportamentais. De acordo com Cross e Young (2008, p. 346), "uma estratégia mais fértil para aumentar o número de jovens membros pode ser um esforço de recrutamento destinado a atrair jovens que estão envolvidos em métodos alternativos de política" As juventudes partidárias podem se constituir como o espaço que vincula jovens já engajados politicamente aos partidos políticos, por ser uma estrutura mais receptível ou mesmo de fácil adaptação para o jovem acostumado com formatos mais informais e horizontais de participação política, ao mesmo tempo em que é subordinada ao partido. A juventude partidária pode servir então como uma transição para a militância partidária de fato, socializando gradualmente o jovem na vida do partido.

O foco em questões temáticas também serve como estratégia para os partidos atraírem indivíduos que se interessam por aquelas questões. O jovem PCdoB03 admite que cada divisão setorial do partido formula propostas específicas. A secretaria de mulheres, por exemplo, prepara ações direcionadas às mulheres, que por sua vez podem reconhecer o partido como defensor das pautas ligadas aos direitos da mulher e assim se interessarem em ingressar no partido (PCdoB03). Seu companheiro de partido (PCdoB02) concorda. De acordo com ele:

A gente busca temas que estejam ligados ao nosso programa. E levamos esses temas para os espaços que conseguirmos. Seja a defesa da universidade, investimento público, um projeto nacional de desenvolvimento, seja segurança pública. A partir do que a gente defende, influenciar esses temas. Ao trazer lideranças que falem sobre esses temas e suscitar o debate você envolve pessoas (PCdoB02)

Como dito anteriormente, se os demais partidos utilizam de estratégias presenciais, em espaços como eleições, manifestações, ocupações, o Partido Novo atua fortemente na internet para atrair novos filiados. O filiado NOVO02 afirma que as estratégias do partido estão focadas na mídia digital, que tem custo baixo e bom retorno (NOVO02). O site do Novo disponibiliza materiais para que os filiados espalhem as ideias do partido. Também no site, na aba "materiais oficiais" o partido disponibiliza para download *flyers*, logotipos e filtros para a utilização em fotos nas redes sociais: "o sucesso do NOVO nas urnas será resultado do trabalho de divulgação das nossas ideias e princípios. A participação de todos nesse processo é fundamental. Utilize o material abaixo para divulgar o NOVO" (NOVO, 2020b, recurso online).

Anteriormente, foi apresentada a importância do ensino superior para o engajamento político dos jovens. Os entrevistados concordam que a universidade continua sendo importante para que esse engajamento político, que pode se dar de várias maneiras,

transforme-se em energia militante para algum partido específico. Os centros e diretórios acadêmicos, bem como os diretórios estudantis, têm entre seus membros militantes partidários que fazem o trabalho de apresentar o partido. Os docentes também podem influenciar estudantes, mesmo que de forma não intencional e fora da sala de aula, ao se mostrarem engajados em algum partido.

Outras ações coletivas estudantis, mesmo aquelas que não são institucionalizadas e formais como os diretórios, também têm presença de militantes partidários. A entrevistada PSOL01 relata que, ao participar dos grupos que organizavam ações dentro da universidade contra o *impeachment* da presidenta Dilma, fez amizade com algumas pessoas que eram filiadas ao PSOL. Essas pessoas, então, foram responsáveis por apresentar o partido à jovem PSOL03.

É importante, portanto, que o partido esteja presente na universidade, por meio de seus militantes, para apresentar-se aos jovens que demonstrem algum tipo de aproximação com as ideias do partido. Essa aproximação pode se dar a partir do conteúdo apresentado em sala de aula, como no caso do jovem NOVO01, que como explicitado anteriormente, por se interessar no conteúdo de uma disciplina, continuou em contato com o professor, que por sua vez, sendo filiado ao partido, apresentou-o ao jovem (NOVO01).

Os partidos estão presentes na universidade por meio de seus militantes, sejam eles alunos, professores ou técnicos administrativos. Os jovens entrevistados afirmam que a obrigação de conseguir novos integrantes, ou seja, recrutar, é de todos os filiados. A jovem PSDB01 acredita que os integrantes procuram filiar outras pessoas pois é possível obter um ganho político. Ao recrutar mais pessoas, o filiado consegue reconhecimento no partido, além de fortalecer seu grupo interno. Entretanto, observou-se que alguns militantes são utilizados como "isca" para recrutar pessoas. A "tática 2" é uma forma de conseguir novos filiados utilizando militantes homens e mulheres considerados atraentes fisicamente. Essas pessoas atuam conversando e até mesmo seduzindo potenciais filiados (PT03). O jovem, entretanto, alerta que esta não é uma forma correta de recrutar as pessoas. Para ele, o convencimento político deve prezar pela "valorização do indivíduo como um todo" (PT03).

Para atrair novas pessoas para o partido, alguns dos jovens citaram a importância de realização de festas e confraternizações. O potencial filiado pode se sentir mais a vontade se perceber que está se relacionando com um grupo festivo e animado. A jovem PT01 relatou que os militantes do partido tentavam convencê-la a se filiar durante momentos de descontração, como em bares. Isso mostra que a tarefa de recrutar pode ser desempenhada a qualquer momento e em qualquer lugar. A jovem PSDB01, por sua vez, citou que a juventude

do partido costuma realizar festas quando há novos interessados no partido. De acordo com a entrevistada, no caso do PSDB, esse tipo de atitude é mais relevante ainda, porque o jovem veria que "o PSDB não é o que parece, um tanto de 'coxinhas'" (PSDB01). Ou seja, há uma preocupação em mostrar uma identidade jovem e mais atrativa aos possíveis novos filiados.

No quadro abaixo estão sintetizados o que foi apresentado e discutido sobre as redes de recrutamento, ou seja, a maneira como o partido consegue circundar o jovem engajado.

Quadro 8: Síntese das evidências apresentadas na seção 4.3

| Categoria analítica | Evidências |
|-----------------------|---|
| Redes de recrutamento | <ul style="list-style-type: none"> • Convencimento político é a estratégia principal para recrutar pessoas • Foco em figuras públicas do partido para atrair pessoas (Principalmente NOVO e PSOL) • A base partidária não têm funções na organização do partido, mas são responsáveis por recrutar pessoas • Amigos, colegas, conhecidos de modo geral tentam filiar pessoas que consideram ter potencial para militância partidária • As juventudes partidárias são importantes elementos de transição entre o engajamento político em outras organizações e o partido em si. • As correntes do PT e PSOL tem suas próprias juventudes partidárias. Enquanto o PCdoB centraliza suas ações para a juventude em uma organização apenas (UJS) • Da mesma forma que as eleições e manifestações são importantes para os jovens ativarem suas disposições ao engajamento, são momentos importantes para que os partidos recrutem estes jovens • Partidos buscam se inserir em movimentos não partidários para disputar entre si o recrutamento dos participantes de tal movimento (Ex: ocupações das escolas em 2016) • Eleições e manifestações tem o término pré-estabelecido. Os partidos oferecem a possibilidade de uma militância constante. • Os partidos (e seus movimentos de juventude) devem demonstrar efetividade quando ocupam cargos. Assim, atraem pessoas que foram beneficiadas com as ações realizadas. • Importância vital do ensino superior para o recrutamento • Eventos da UNE são importantes para apresentar e atrair jovens que não pertencem a nenhum partido. • Foco em questões temáticas atraem pessoas ao partido, que se interessam principalmente em tais temas. • PCdoB, via UJS, é a mais bem sucedida no recrutamento por meio da UNE. • Estratégias presenciais foram mais citadas por PT, PSDB, PSOL, PCdoB • NOVO aposta nas mídias digitais para atrair interessados. • Estudantes, técnicos e docentes filiados ajudam a "levar a mensagem do partido", mesmo que de modo não intencional • Relações criadas no âmbito da representação estudantil, como DAs e CAs, ajudam a ligar estudantes a partidos • Festas e confraternizações realizado pelo partido fazem o potencial filiar se sentir mais a vontade. |

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

A seção seguinte apresentará os dados sobre os interesses partidários na filiação dos jovens. Subentende-se que havendo interesse mútuo entre as partes, ou seja, do partido sobre o jovem e do jovem sobre o partido, a filiação pode ocorrer.

4.4 Por que filiar?: Os interesses em jogo

Com a relação entre o jovem e o partido, cabe identificar os interesses que um tem sobre o outro. Sendo convergentes, a filiação pode ocorrer. É necessário, conjuntamente, investigar os estágios posteriores à filiação que o jovem percorre no partido. Entendendo o que é oferecido aos jovens filiados quanto à formação política e à seleção para cargos, é possível analisar com minúcia os interesses mais relevantes e fundamentais do recrutamento.

4.4.1 A convergência de interesses para a filiação

Ao questionar os jovens sobre as razões para o ingresso no partido, foram percebidas algumas similaridades entre os discursos de jovens que pertencem aos mesmos partidos. Os jovens filiados ao Partido Novo, por exemplo, mencionaram a não utilização de dinheiro público por parte do partido como a principal razão para não filiação. O entrevistado NOVO03 acredita ser "uma atitude boa, é quase algo voluntário". O entrevistado NOVO02 afirma que conheceu o partido perto das eleições de 2018 e "foi amor à primeira vista". Identificou-se com as ideias e resolveu se filiar. De acordo com o jovem, o valor de 29 reais que deve ser pago mensalmente é "tranquilo" (NOVO02). Em seu *website*, o Novo descreve como um de seus diferenciais ser contra o fundo partidário, financiando-se, portanto, apenas pelas contribuições de seus filiados e doadores (NOVO, 2020c). De acordo com a prestação de contas apresentada no site, concernentes às despesas e receitas do ano de 2019, o partido, além das duas principais receitas mencionadas, também obteve ganhos, embora bem inferiores, com rendimentos de aplicações financeiras e receitas advindas dos diretórios (NOVO, 2020c). Ainda na prestação de contas, o partido, ao revelar os valores recebidos por meio do fundo partidário, escreve:

O NOVO é único partido que não utiliza recursos públicos por uma questão de princípios. Acreditamos que os partidos devem ser financiados por aqueles que compartilham suas ideias e valores. O valor recebido do Fundo Partidário está aplicado no Banco do Brasil. Enquanto isso, tentamos uma maneira de devolver ao Tesouro Nacional (NOVO, 2020c).

O entrevistado NOVO01, que contribui para o partido na área de sustentabilidade, observa dois interesses diretos do partido na filiação de uma pessoa. Em um primeiro momento, porque os comitês devem atingir uma cota de filiados para poderem lançar candidaturas em suas cidades e estados. O segundo motivo é a própria necessidade de custear o partido (NOVO01). Percebe-se, portanto, que o financiamento partidário é central na filiação, porque alimenta o interesse do partido no indivíduo (já que aquele precisa deste para se custear), ao mesmo tempo em que alimenta o interesse do indivíduo no partido (já que o aquele admira o princípio deste não utilizar recursos públicos).

Duverger (1980) distingue as possibilidades relacionais de um indivíduo com um partido entre: o eleitorado, os simpatizantes, os filiados e os militantes. Enquanto o eleitorado pode ser fiel ou não ao partido nas eleições, os simpatizantes são necessariamente fieis ao partido e até podem participar de atividades partidárias. Já os filiados e militantes, ao optarem por oficializar o vínculo com o partido, cumprem obrigações que meros eleitores e simpatizantes não cumprem, como, quando for o caso, contribuir financeiramente com o partido (DUVERGER, 1980). Para o Partido Novo, por conta da particularidade sobre seu financiamento, é interessante que simpatizantes decidam por oficializar o vínculo, tornando-se filiados e financiadores do partido.

Com relação aos jovens do Partido Comunista do Brasil, ficou clara a importância da União da Juventude Socialista, por ser o primeiro espaço de contato dos futuros filiados com o partido. Os três integrantes do partido participaram de eventos estudantis organizados pela UBES ou pela UNE ainda antes de serem filiados.

Além do já relatado caso do jovem PCdoB02, que se encantou pelo tamanho e poder da UJS nos eventos da UNE, o entrevistado PCdoB01 diz que foi a eventos da UNE enquanto ainda era estudante secundarista, junto com amigos que faziam parte de coletivos de juventude do PT. Entretanto, durante esses congressos aproximou-se da UJS e, assim, percebeu que o PCdoB estava mais próximo de suas orientações políticas.

Na plenária final do congresso da UNE, que ocorre bianualmente, acontece a eleição que define a próxima gestão da entidade. A eleição ocorre de modo indireto, pelo voto de delegados escolhidos em votações organizadas pelos DCEs nas instituições de ensino superior (IES) do país. De acordo com a UNE (2019), para cada mil estudantes matriculados em uma IES, elege-se um delegado que irá para participar e votar na próxima gestão da UNE, durante o congresso. Em instituições em que não há DCE, a UNE permite que se crie uma comissão interna que realizará a votação.

O controle da UJS na UNE desde a redemocratização mostra sua capacidade de estar presente com seus militantes pelas IES do país e assim ter sucesso nas eleições de delegados. Para manter este controle, a UJS necessita de um contínuo processo de recrutamento de estudantes nas IES, mesmo que o foco seja apenas constituir uma base eleitoral forte para a definição dos delegados.

Para o partido, além de contribuir para formação de uma base eleitoral, a UJS serve como elemento fundamental para a formação de novos quadros. Alguns de seus principais nomes na política nacional fizeram longos percursos partidários, iniciando sua "carreira política" na UJS, como a candidata a vice-presidência na última eleição, Manuela d'Ávila e os deputados Wadson Ribeiro e Orlando Silva (PCdoB02). Embora o PCdoB não seja um partido com muita expressão eleitoral, tendo baixa presença na Câmara Federal (oito deputados) e nenhum senador (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020), a predominância do partido na política estudantil o faz ser importante e respeitado nas articulações políticas dos partidos de esquerda. O entrevistado PT02 criticou o discurso do ex-presidente Lula, que, ao sair da prisão, citou o apoio da UJS mas não das juventudes petistas (PT02). Ter o apoio da UJS, que, por sua vez, controla a UNE, significa ter apoio do movimento estudantil organizado.

Em relação à filiação no PT, a convergência perceptível no discurso dos entrevistados relaciona-se com o contexto político e a defesa do partido. Nenhum dos três respondentes é filiado há mais de 3 anos, embora já fossem próximos do partido antes. Pais e mães dos entrevistados já tinham algum tipo de proximidade com o partido, seja apenas votando em seu candidatos (PT01), ou seja como militantes filiados (PT02; PT03). A entrevistada PT01 relata que decidiu se filiar quando dois ônibus da caravana organizada pelo ex-presidente Lula foram atacados com disparos por armas de fogo (G1, 2018). Naquele momento, o ex-presidente estava em pré campanha para concorrer ao cargo de presidente da república. A jovem filiada acredita que, embora o partido mereça críticas, os ataques foram exagerados e persecutórios (PT01). Para ela, os tiros significavam um ataque ao partido que, portanto, precisava ser defendido. E assim resolveu se filiar, podendo então contribuir com "pequenas doações" (PT01).

Já os entrevistados PT02 e PT03 relatam que a organização que faziam parte, Juventude Revolução (JR), posicionou-se como uma corrente do partido em 2018. Mas eles ingressaram no partido ainda antes da decisão da organização. De acordo com PT02, ao mesmo tempo em que o partido era "atacado", o número de jovens com interesse no partido aumentava. Dessa forma, se a juventude está dentro do partido, ele também deveria estar

(PT02). O jovem PT02 lembra ainda que o PT é um partido formado por correntes internas, ou seja, "permite fazer críticas, discordar, ter autonomia da direção" (PT02). De acordo com o entrevistado, o PT precisa "voltar as origens". Portanto, filiando-se ele é capaz de disputar os espaços deliberativos do partido e fortalecer as posições da corrente que faz parte (PT02).

Dentro de um partido formado por correntes, os jovens veem que o interesse partidário em sua filiação é um interesse por fortalecimento dessas correntes. De acordo com PT02, um vereador do PT, próximo a JR, incentivou-o a se filiar ao partido antes mesmo da entrada oficial da organização como uma corrente do PT. O motivo era fortalecer os interesses daquela corrente nas instâncias deliberativas do partido (PT02). O jovem PT03 acredita também que há o interesse do partido em filiar jovens, pois "é a juventude quem corre pelo partido, de fato". De acordo com ele, a juventude é importante durante as campanhas, nas manifestações e nas redes sociais (PT03).

Os entrevistados do PSOL também levantaram a forma de organização por correntes como impulsionador para a filiação. O respondente PSOL02 militou durante muito tempo pelo PCB, sem nunca ter sido filiado:

Eu nunca me dei ao trabalho de me filiar, fiquei quatro anos e nunca filiei, nunca passei nesse processo burocrático de estar filiado no partido. Na prática sempre construí, primeiro entrei para a juventude, alguns meses depois entrei pro partido, tinham reuniões, participava dos espaços, nunca tive essa necessidade. Na pratica é só um papel, não tem uma consistência pratica real. Nunca pensei em filiar. Porque lá todos são centralizados, da mesma linha (PSOL02).

Já no PSOL, outra postura teve que ser adotada. O entrevistado conta que começou a se interessar por uma organização política denominada Revolução Brasileira (RB), que segundo o jovem, "fazia os melhores diagnósticos da crise". A RB é uma das correntes do PSOL, mas ainda não estava presente em Juiz de Fora. Sendo assim, o jovem, para trazer a corrente para a cidade e influenciar as decisões partidárias, precisou se filiar ao PSOL (PSOL02).

Já a filiada PSOL01 entende que independente da corrente, o interesse é na construção partidária. Por ainda ser um partido recente, o PSOL não está estabelecido e forte em todas as cidades. A entrevistada conta que o seu interesse na filiação se deu por perceber a importância de construir o partido em sua cidade natal. Ela conta que ao filiar-se, aumenta a voz do comitê municipal nas instâncias deliberativas, possibilitando maiores recursos para o PSOL local e, consequentemente, mais força eleitoral.

Do lado do partido, porém, o interesse na filiação pode se dar de uma maneira ambígua. Por um lado, o partido interessa-se fortemente por uma grande filiação de pessoas. Mais pessoas filiadas significa o crescimento do partido, campanhas mais fortes e uma mensagem sendo levada a cada vez mais cidadãos. Além disso, para o comitê daquela cidade, ter mais filiados significa ser mais visado e valorizado pelos comitês superiores (PSOL01). Entretanto, por ser um partido de correntes, é possível que a corrente majoritária, que controla e dirige o partido, incomode-se com o crescimento de outras correntes, que podem rivalizar e aumentar a disputa interna (PSOL02).

A principal convergência nos discursos dos jovens do PSDB sobre o interesse em se filiar toca no âmbito local, isto é, na situação do partido em Juiz de Fora e nas oportunidades políticas que se abriram aos jovens.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que os três jovens se filiaram ao PSDB durante ou logo após a eleição do DCE de 2016, na qual participaram da mesma chapa. Os entrevistados PSDB01 e PSDB03 foram convidados a ingressar no partido pela entrevistada PSDB02, que já era filiada e acreditava que os dois poderiam contribuir no PSDB. O setor de juventude do partido estava desarticulado e eles conseguiriam assumir o comando na eleição interna que aconteceria naquele ano (PSDB01). Os jovens admitem que a possibilidade de assumirem uma posição de poder no partido tão rapidamente foi um dos motivos para o interesse.

Concernente a esse ponto, outra posição observada nas falas diz respeito à compreensão que o PSDB se definia, naquele momento, como principal opção centrista de oposição ao governo petista (PSDB01; PSDB03). Para a jovem PSDB01, como o PSDB tinha sido derrotado na última eleição presidencial por uma pequena diferença, teriam boas chances de vencerem a eleição seguinte. Além disso, a cidade de Juiz de Fora tinha como vice-prefeito Antônio Almas, do PSDB e atual prefeito (PSDB01). Era interessante para os jovens assumirem o setor de juventude e, conseqüentemente, influenciarem decisões e participarem de instancias superiores de um partido com potencial para ter bons resultados eleitorais no futuro.

Pelo lado do partido, de acordo com a entrevistada PSDB01, as instituições partidárias recrutam e têm interesse em jovens porque precisam renovar seus quadros. Citando "caciques" do partido como Geraldo Alckmin, José Serra e Fernando Henrique Cardoso, que já estão em idade avançada, a jovem acredita na necessidade do partido criar programas que visem a formação de jovens lideranças, para ocupar o espaço deixado pelos mais antigos e renovarem as ideias ali presentes (PSDB01). Peres e Machado (2017) discutem que uma das razões para que os partidos recrutem jovens, consiste na necessidade de se adaptarem às

alterações do ambiente político. Formando novas lideranças, os partidos podem se conectar mais facilmente com novos padrões e valores da sociedade, sendo assim mais responsivos às demandas da população (PERES E MACHADO, 2017).

Comum a todos os casos, está o fato do partido utilizar a seu favor as competências, conhecimentos, entre outras coisas a serem oferecidas pelos jovens. Os comitês municipais muitas vezes não tem recursos suficientes para contratar profissionais para atuar em áreas como comunicação e marketing, bem como alugar espaços para eventos e atividades. A jovem PSOL01 é estudante de Jornalismo e foca seus estudos na área de fotojornalismo, sendo capaz de cobrir eventos e fazer a comunicação nas redes sociais. Para além da militância política, a jovem atua em áreas funcionais do partido. O jovem PCdoB01, estudante de Direito, relata ter exercido o cargo de diretor jurídico da UJS, juventude partidária do PCdoB.

Os jovens podem contribuir para o partido além de oferecer seu trabalho na área em que têm competência. O jovem NOVO02 trabalha no estabelecimento de sua família no centro da cidade de Juiz de Fora, próximo ao local onde partidos e seus candidatos fazem campanha durante as eleições, entregando panfletos e conversando com os eleitores. O entrevistado afirmou que ajudava na época da eleição de 2018 oferecendo o estabelecimento para os militantes de seu partido descansarem e utilizarem o banheiro (NOVO02). Já o jovem NOVO03 afirma que o partido utiliza salas do hotel que pertence à sua família para fazer reuniões e eventos. Assim, ele se considera um ajudante do partido (NOVO03).

4.4.2 Os processos de formação partidária

Ainda dentro da temática do interesse do jovem e do partido na filiação, cabe investigar como funcionam os processos de formação política no partido, sejam eles teóricos ou práticos. Entendendo como funcionam os processos de formação política, é possível avaliar as expectativas do partido em torno daquele filiado.

De forma geral, não existem processos sistematizados de formação política para os novos entrantes nos partidos pesquisados. Entretanto, algumas semelhanças e diferenças entre o que se pode chamar de formação partidária em cada um dos partidos merece destaque.

Durante o processo de filiação online ao PT, um pequeno vídeo deve ser visualizado até o fim para que se consiga finalizar o processo. Nesse vídeo, alguns acontecimentos da história do partido são contados brevemente. Na maior parte do conteúdo, entretanto, são explicadas a visão partidária sobre os acontecimentos mais recentes, como o processo de impeachment da ex-presidenta Dilma e a prisão do ex-presidente Lula (PT, s.d). De acordo

com o entrevistado PT02, esse vídeo é o que há de mais próximo de uma formação obrigatória.

O partido conta com a Escola Nacional de Formação do PT (ENFPT) que organiza eventos de formação presencial e, principalmente, online. Os cursos online são oferecidos para todas os novos filiados, que são convidados a assistir vídeos e ler textos sobre temas sobre organização política em si, como: "Organizando a Campanha Eleitoral do PT 2020", "Curso para Dirigentes do PT 2019" e "Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar" (ENFPT, 2020). Além destes, são oferecidos também vídeos e textos sobre temas considerados "temáticos da conjuntura" como "Conhecendo o Conselho Tutelar" e "O Desmonte da Previdência". Cabe ressaltar, porém, que esses cursos não são obrigatórios e nenhum dos três entrevistados do partido relatou ter feito algum deles.

Os jovens relataram que os processos de formação que eles mais observam são aqueles presenciais, preferencialmente organizados na cidade, e esporádicos, não sistemáticos (PT01). O jovem PT03 afirma que a formação contínua acontece muito mais dentro das correntes, que no partido como um todo, já que as correntes podem seguir linhas políticas diferentes entre si (PT03).

De acordo com os jovens do PSOL, também não há uma política de formação obrigatória no partido. De acordo com a jovem PSOL03, palestras e seminários vão sendo oferecidos aos poucos para os filiados. O que há de mais próximo a uma escola de formação no partido é a Fundação Lauro Campos e Marielle Franco (FLC), cujo objetivo é "fornecer subsídios para que a militância, de forma crítica e aberta, possa enfrentar os debates que ocorrem na sociedade e assim ampliar o alcance das ideias socialistas" (FLC, 2020a, recurso online). Não há no site da fundação algum tipo de espaço próprio para os filiados com cursos ou mesmo algum tipo de orientação para o estudo e formação dessas pessoas. Estão presentes apenas artigos e vídeos, que podem ser vistos por qualquer pessoa, com a opinião e análise de quadros do partido sobre os mais diversos acontecimentos do Brasil e no mundo (FLC, 2020b)

Semelhante ao PT, por se tratar de um partido formado por correntes, os jovens acreditam que a formação política acontece primordialmente dentro da corrente (PSOL03). Dentro das correntes, são passados aos integrantes a linha política a ser seguida dentro do partido. A Revolução Brasileira, por exemplo, corrente que integra o jovem PSOL02, produz textos periódicos sobre temas da conjuntura nacional, como a greve de policiais no Ceará. Além disso, convida para eventos presenciais, nos quais se discutem temas da linha política a ser seguida (REVOLUÇÃO BRASILEIRA, 2020).

No caso do PCdoB, os entrevistados relataram que a formação política dos membros jovens é feita pela UJS (PCdoB01; PCdoB02; PCdoB03). De acordo com o site da entidade estudantil, além de eventos de formação presencial, com a participação de líderes do partido, os militantes podem fazer cursos online. Nos cursos online, o jovem da UJS aprende sobre temas como o socialismo, o operariado e a democracia. (UJS, s.d). Percebeu-se que em todas as aulas sobre tais assuntos, a proposta era pensar o papel do jovem em relação aos temas.

Além da UJS, o PCdoB também incentiva a formação política. Embora não tenha sido mencionada pelos jovens, o PCdoB conta com uma escola de formação, denominada Escola Nacional João Amazonas (ENJA). De acordo com a ENJA (s.d, recurso online), "o Partido é a escola dos comunistas. Mas, o partido necessita de uma escola: os fundamentos de sua política não são apropriados espontaneamente pelos(as) militantes; exigem orientação, estudo, reflexão compartilhada". Dessa forma, o partido oferece aos seus militantes a possibilidade de fazer o curso, de modo virtual, com periodicidade delimitada e aferição de desempenho do aluno (ENJA, s.d). Embora o acesso ao conteúdo seja bloqueado por senha, a inscrição no curso pode ser feita por filiados ou não, gratuitamente. (ENJA, s.d).

Os jovens do PSDB não relataram nenhum tipo de formação política continuada desde que ingressaram ao partido. De acordo com a jovem PSDB01, a formação acontece naturalmente, no decorrer da vida partidária. O jovem PSDB03 concorda e entende que a formação acontece durante as reuniões do partido, nas quais se discutem a conjuntura política e as próximas ações a serem tomadas.

Assim como os demais partidos, o PSDB conta com uma instituição de formação política partidária. Trata-se do Instituto Teotônio Vilela (ITV), considerado o centro de estudos e formação política do PSDB, criado em 1975, para aperfeiçoar e divulgar a social democracia no país (ITV, 2020a). No site do instituto, é possível observar o predomínio de informações sobre cursos presenciais realizados em cidades e estados específicos (ITV, 2020b). No site, uma aba é destinada para vídeos do partido, embora nenhum estivesse disponível no momento da pesquisa⁶ (ITV, 2020c). Textos e documentos de formação estão disponíveis no site, debatendo a posição do partido sobre temas gerais como educação, saúde e segurança (ITV, 2020d)

O Partido Novo, de criação mais recente entre as legendas dos entrevistados, não conta com uma escola ou instituto de formação. O entrevistado NOVO01 relata que o que mais instrui são palestras organizadas pelos comitês municipais, que contam com a participação de

⁶ Pesquisa documental realizada no dia 15/01/2020 e confirmada no dia 03/03/2020.

especialistas nos temas escolhidos e de filiados ao partido (NOVO01). No site do partido são explicados os valores, princípios e posicionamentos do Novo, mas não existem vídeos ou textos discutindo tais posições de maneira mais aprofundada (NOVO, 2020a).

A principal semelhança entre as respostas dos jovens de todos os partidos foi o entendimento que na preparação para as eleições, aumenta-se a carga de eventos de formação do partido. A entrevistada PSOL03 relatou que, por conta da aproximação das eleições municipais de 2020, o partido vem oferecendo seminários mensais sobre os assuntos da cidade. O jovem NOVO01 também percebe esse movimento dentro de seu partido. De acordo com ele, "como está em época de eleição municipal, têm palestras abordando temas como IPTU, saneamento básico. Mas a pessoa vai se quer" (NOVO01). Esses eventos, portanto, não são obrigatórios para os filiados. A entrevistada PT01 lembra que o único momento em que foi mais ativa nas reuniões temáticas do partido, foi durante a eleição de 2018. Nessas reuniões, os líderes partidários discutem e explicam as propostas dos candidatos do partido, bem como debatem formas e estratégias de militância da base partidária para conquistarem votos (PT03).

O quadro abaixo sintetiza as evidências apresentadas e discutidas relacionadas aos interesses partidários na filiação e as políticas de formação dos partidos:

Quadro 9: Síntese das evidências apresentadas nas seções 4.4.1 e 4.4.2

| Categoria analítica | Evidências | |
|---------------------|------------|---|
| Interesses | NOVO | <ul style="list-style-type: none"> • Interesse na contribuição financeira dos filiados (29 reais por mês), já que não faz uso do fundo público partidário • Partido cria metas de filiação para que os comitês estaduais e municipais possam lançar candidatos • Partido em crescimento: filiar para se fortalecer nos pleitos eleitorais. • Formação política: Não há uma escola de formação. • No site oficial há apenas os valores e princípios do partido, sem aprofundamento quanto as posições e ideologias partidárias |
| | PCdoB | <ul style="list-style-type: none"> • Foco na política estudantil: Alguns dos principais nomes do partido foram recrutados e selecionados para candidaturas durante a militância estudantil • Partido, por meio da UJS, controla a UNE desde a redemocratização. É a principal organização do movimento estudantil brasileiro. • Disseminação da UJS pelas IES do país contribui para constituir base eleitoral do partido • Formação política: Existência da ENJA. Entre as escolas de formação partidária é a que mais se aproxima de uma escola de fato: Virtual, periodicidade delimitada e aferição de desempenho. • Cursos não obrigatórios. Permite-se a matrícula de não filiados. • Formação política dos jovens é feita principalmente pela UJS, que oferece cursos sobre a relação da juventude com diferentes temáticas. |

| | |
|-------|--|
| PT | <ul style="list-style-type: none"> • Partido formado por tendências • Estas tendências precisam recrutar pessoas porque quanto maiores, mais votos nas instâncias deliberativas internas do partido. • Partido consegue recrutar a partir da narrativa de que foi perseguido nos últimos anos, portanto deve ser defendido pelos filiados. • Forte identificação familiar percebida: único partido em que os familiares mais próximos dos jovens já eram eleitores ou mesmo filiados. • Formação política: Existência da ENFPT, com cursos de formação presencial e, principalmente, online. • Os cursos de formação são, primordialmente, de temas da atualidade ou sobre o planejamento político e o modo de agir do partido. • Os jovens veem a formação acontecendo principalmente dentro das correntes, por meio de eventos organizados por estas. |
| PSOL | <ul style="list-style-type: none"> • Partido formado por tendências • Estas tendências precisam recrutar pessoas porque quanto maiores, mais votos nas instâncias deliberativas internas do partido. • Partido em crescimento: filiar para se fortalecer nos pleitos eleitorais. • Formação política: A FLC é a que mais se aproxima de uma escola de formação no partido. • Não há cursos de formação no site, mas vídeos e artigos com o posicionamento do artigo. • Os jovens veem a formação acontecendo principalmente dentro das correntes, por meio de eventos organizados por estas. |
| PSDB | <ul style="list-style-type: none"> • Partido envelhecido: "caciques" do partido já estão no final de suas carreiras políticas. • Havia necessidade de "oxigenar" o partido para criar identificação dos mais jovens. • À nível local, partido estava em disputa. Os jovens entrevistados do PSDB assumiram protagonismo e cargos em velocidade que nenhum outro entrevistado conseguiu • O ITV é o que mais se aproxima de uma escola de formação do partido. • Pouco conteúdo online. Foco em reportar os eventos de formação nos municípios e estados |
| Geral | <ul style="list-style-type: none"> • Os partidos - e suas tendências - se interessam pelas competências e conhecimentos dos filiados, já que os comitês locais, habitualmente, não tem recursos para contratar profissionais para áreas como financeira, jurídica e comunicação. • Os partidos não impõem processos de formação para os novos filiados. Não há sistematização nem coordenação do que é transmitido aos filiados. • Na teoria, a função formativa dos partidos acontece online e presencial e é compartilhada entre comitês municipais, estaduais e nacional. • Na prática, os jovens são formados no dia a dia, na própria vivência política. Participam presencialmente de eventos realizados pelos comitês municipais e, quando for o caso, pelas tendências partidárias, principalmente em períodos eleitorais. |

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

A seção seguinte propõe uma análise sobre os modelos de recrutamento que os partidos utilizam para a filiação. Observa-se que para os diferentes interesses na filiação, diferentes estratégias e tipos de recrutamento podem ser utilizados

4.4.3 Uma análise dos modelos de recrutamento que os partidos se servem

Machado e Peres (2017) propuseram uma tipologia que visa abranger todas as possibilidades de recrutamento que um partido pode se servir, de acordo com a necessidade, viabilidade e contexto. Primeiramente, o recrutamento pode variar conforme o tipo, que pode ser extensivo, quando após a filiação, acontecem os estágios de formação e seleção e intensivo, quando após a filiação, esses estágios não acontecem necessariamente. Observou-se que os partidos pesquisados, de modo geral, não implementam processos sistemáticos e obrigatórios de formação política. Como a formação acontece no dia a dia do partido, os jovens podem ser selecionados para se candidatar ou exercer funções na burocracia partidária, sem que tenham que participar de cursos. Dessa forma, a definição se o filiado poderá ou não concorrer a cargo eletivo pelo partido varia de acordo com outros fatores. A jovem PSDB01 relata a importância do jovem ter um "padrinho político", ou seja, um quadro do partido que impulsionará e validará seu nome para a disputa de cargos eletivos. A formação, nesse caso, fica em segundo plano.

A seleção para o trabalho interno do partido ocorre de outra maneira. Observou-se que doze dos quinze entrevistados contribuíram ou contribuem com alguma função na organização do partido, enquanto três relataram apenas constituírem a base partidária, ajudando, principalmente, durante as atividades de campanha eleitoral. Todavia, percebeu-se que, em geral, as funções organizativas exercidas pelos jovens são de menor nível hierárquico (não são cargos de direção), voluntárias (não são remuneradas) e circunscritas ao âmbito municipal (ligadas ao comitê local).

O partido aproveita a disponibilidade e competências do filiado, ou seja, é desejada a formação, mas externa ao partido. Utiliza-se o conhecimento que o jovem adquiriu em outras instâncias, como na universidade, para que ele atue em seu campo de formação, como, por exemplo, nas áreas financeira, jurídica e de marketing (PSOL01). Observou-se que os três jovens que nunca atuaram na organização de seus partidos, não o fizeram por falta de interesse (PT01; NOVO01; NOVO02). Funções voluntárias de menor complexidade e poder de decisão podem ser ocupadas pelos filiados assim que eles desejarem. Destaca-se que dois dos jovens que nunca atuaram na organização de partido são filiados ao Partido Novo. Para

eles, o pagamento da taxa mensal é a forma de contribuir com o partido (NOVO02; NOVO03). Entende-se, portanto, que quanto ao recrutamento de jovens, os partidos utilizam o tipo intensivo de recrutamento, visando a criação de base partidária. A formação política acontece de modo incipiente, com o partido utilizando a formação de outras instituições, como a universidade, a seu favor. A seleção raramente ocorre para os grandes cargos da burocracia partidária e para a disputa de cargos eletivos.

Machado e Peres (2017) classificam a filiação partidária segundo as formas como se incorporam os novos membros. Os partidos podem ser fechados ou abertos, caso, respectivamente, os filiados tenham parentesco ou não com demais integrantes. Todos os partidos abrem seu recrutamento para jovens que não têm nenhuma relação anterior com a legenda. Entretanto, como exposto anteriormente, alguns dos jovens entrevistados já tinham familiares filiados, ou pelo menos próximos, aos partidos em que estão hoje (PT02; PT03; PCdoB01). Não se trata de uma estratégia partidária de fortalecer as elites familiares que comandam o partido, mas sim, evidência da força das socializações vividas pelos jovens em seus processos de engajamento. Importante diferenciar, porém, que a abertura dos processos de recrutamento varia de acordo com as posições almejadas dentro do partido. O recrutamento para a base partidária pode ser considerado mais acessível que um recrutamento para a formação de lideranças do partido. Cargos eletivos ou de hierarquia mais alta na burocracia partidária são mais concorridos, portanto, dependem de relações de poder e articulação interna, o que pode favorecer os indivíduos com padrinhos políticos fortes.

Peres e Machado (2017) também classificam a relação entre partido e filiado quanto à modalidade de recrutamento. O partido pode ser mais proativo, captando o indivíduo, ou reativo, recebendo-o. Essas modalidades dividem-se em submodalidades, nas quais é possível avaliar se o recrutamento tem interesse programático, quando há o predomínio de motivações ideológicas, com foco nas ideias e princípios, ou interesses pragmáticos, quando há motivação conjuntural, em que se vise a filiação para determinado fim, como uma candidatura ou recursos.

Observou-se que o PSOL aposta fortemente no recrutamento por recepção, o que é visto no caso do jovem PSOL02, que filiou-se para fortalecer sua corrente nas instâncias internas do partido e também no caso da jovem PSOL03, que afirmou a importância dos grandes quadros do partido, como Marcelo Freixo e Jean Wyllys, em sua filiação. Seguindo a classificação dos autores, o primeiro jovem demonstra interesses pragmáticos (fortalecer sua corrente nas instâncias internas) e programáticos (acredita nas ideias daquela corrente) para a filiação partidária, enquanto a segunda tem interesses sobretudo programáticos, pois, a partir

dos grandes quadros, identifica-se com o partido. Entende-se, porém, que o partido não é apenas reativo no recrutamento. O partido dá destaque aos seus principais quadros e possibilita a formação de correntes, ampliando assim, a possibilidade de identificação ideológica com o partido. Para que o partido consiga receber os interessados, é importante que se crie as condições para a identificação.

No caso do Partido Novo é possível identificar várias modalidades de recrutamento, segundo a classificação de Peres e Machado (2017). O partido é proativo e pragmático para recrutar pessoas, pois precisa dos recursos privados de seus filiados, já que recusa a utilização de recursos públicos. Entretanto, importante destacar a identificação dos jovens filiados com o programa partidário. Há proatividade do filiado em buscar o Novo porque se identifica programaticamente com o partido. Um dos motivos para essa identificação programática é justamente a não utilização de recursos públicos.

Já no PSDB, como o comitê municipal estava em disputa e havia a possibilidade de assunção de cargos tão logo acontecesse a filiação, foi possível identificar, segundo a classificação de Peres e Machado (2017), a atuação proativa e pragmática dos filiados. Entretanto, observa-se que os jovens já tinham aproximação com o partido, mostrando que ele não era apenas reativo no recrutamento. O partido atraiu os jovens inicialmente porque criava identificação ideológica e programática, o que é visto quando os jovens citam a admiração por quadros do partido, como Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Alckmin (PSDB01). Se o comitê municipal, em disputa, foi reativo, o partido de modo geral procura captar indivíduos apostando na identificação com as ideias e princípios.

No caso do PT, entende-se que o partido aposta fortemente no recrutamento por identificação, seja por captação ou recepção (PERES; MACHADO, 2017). O partido é proativo ao conseguir atrair indivíduos que se identificam programaticamente, ao mesmo tempo em que recebeu a filiação de jovens (e correntes, como a Juventude Revolução, dos jovens PT02 e PT03), que avaliaram que o partido sofre ataques e deve ser defendido. Como o partido é formado por tendências, com estas disputando posições e ideias nas convenções partidárias, há interesse pragmático destas tendências no recrutamento.

O PCdoB atua fortemente na captação, principalmente de jovens, por meio da UJS. A entidade estudantil é responsável por ser o primeiro contato do jovem com o partido e, dentro dela, integrar o jovem às ideias e princípios partidários. Trata-se de um recrutamento fortemente por captação, segundo a classificação de Peres e Machado (2017). A força e o tamanho da UJS podem fazer com que os jovens se atraiam por si só, como o que ocorreu com os jovens PCdoB01 e PCdoB02. Mais uma vez, a realidade concreta demonstra a

dificuldade de se identificar um modelo de recrutamento que seja exclusivamente de proatividade ou reatividade partidária. O quadro abaixo sintetiza a análise dos modelos de recrutamento identificados nos partidos pesquisados.

Quadro 10: Síntese das evidências apresentadas na seção 4.4.3

| Modelo de recrutamento | Evidências | |
|--|--|--|
| Quanto ao tipo | Principalmente, intensivo. <ul style="list-style-type: none"> • Apenas estágio de filiação. Foco na criação de base partidária. • Partido utiliza a formação de outros meios, como a universidade. • Majoritariamente, não há seleção para os principais cargos da burocracia partidária, nem para cargos eletivos. | |
| Quanto à forma de incorporação | Principalmente, aberta. <ul style="list-style-type: none"> • Partidos buscam recrutar e são acessíveis para os jovens que tenham interesse • Quanto à seleção para cargos eletivos ou mais altos na burocracia, a forma de incorporação de membros vai se tornando menos aberta. | |
| Quanto às modalidades e submodalidades | Geral | <ul style="list-style-type: none"> • Observa-se, em diferentes graus, todas as possibilidades de modalidades e submodalidades de recrutamento • Os partidos e os jovens filiados não foram apenas proativos ou reativos durante o recrutamento, nem movidos apenas por interesses pragmáticos ou interesses programáticos. • Apesar disso, algumas características singulares de cada partido foram observadas. |
| | PSOL | <ul style="list-style-type: none"> • Partido pode ser reativo apostando na identificação dos jovens pelas suas ideias e seus quadros. Entende-se, porém, esta identificação não ocorre por acaso, mas sim por conta do trabalho do partido em criar condições para tal • Tanto as tendências partidárias quanto os comitês municipais têm interesses pragmáticos no recrutamento. As tendências visam sucesso nas deliberações internas. Os comitês municipais visam destaque nas convenções partidárias estaduais e assim maior alocação de recursos. |
| | NOVO | <ul style="list-style-type: none"> • A particularidade financeira do partido orienta as possibilidades de recrutamento • O financiamento com os recursos dos filiados faz com que o partido seja proativo e pragmático no recrutamento • Esta mesma particularidade financeira faz com que haja adesão por identificação programática ao partido. |
| | PSDB | <ul style="list-style-type: none"> • Particularidade do contexto político em que houve o recrutamento dos jovens entrevistados • Atuação proativa e pragmática dos jovens que ambicionaram posições de destaque no partido tão logo se filiassem. • Partido criou identificação prévia. Admiração por quadros do partido. |
| | PT | <ul style="list-style-type: none"> • Recrutamento por interesses programáticos, seja com proatividade partidária, do indivíduo, ou até mesmo de grupos de indivíduos que definem ingressar coletivamente no partido. • Interesse pragmático das correntes visando sucesso nas deliberações internas. |
| | PCdoB | <ul style="list-style-type: none"> • UJS é responsável pela captação de jovens para o partido, inserindo-se fortemente nas instituições de ensino superior do país. • Pelo grande destaque no movimento estudantil, a UJS também recebe jovens que se interessam pela força demonstrada e buscam a organização. |

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

A seção seguinte apresentará os dados da pesquisa sobre as recompensas obtidas e barreiras enfrentadas pelo jovem durante seus percursos militantes.

4.5 Entre recompensas e barreiras: o que a militância trouxe e traz aos jovens

Buscou-se investigar quais barreiras são enfrentadas pelos jovens e quais são as recompensas oferecidas pela militância, capazes de superar tais barreiras. Militar por uma causa ou um partido pode desencadear recompensas tangíveis ou intangíveis. Nove dos quinze jovens entrevistados acreditam que o conhecimento acumulado durante o período de militância é a maior recompensa. A jovem PT01 observa que a escola não ensina temas relacionados à política, como o papel do parlamento e dos governos. Assim, a militância serve para a compreensão de como funciona a política de modo geral. O jovem PCdoB02 entende que militar significa "abrir a cabeça para o mundo" (PCdoB02). O filiado NOVO02 percebe que, desde que ingressou no partido, está mais informado e atento às coisas que acontecem no mundo. A entrevistada PSDB02 admite que apenas ao entrar no partido entendeu o quanto a política é complexa:

Eu passei a entender também os desafios que os políticos enfrentam, ser político é muito difícil, e é um trabalho de 24 horas e 7 dias por semana. Não há folga, em nenhum momento. Eu também perdi a visão romântica das ideologias, porque na prática nenhuma ideologia explica a realidade concreta a qual um político tem que lidar ao ser eleito. (PSDB02)

Como dito anteriormente, quase todos os partidos oferecem a possibilidade de formação teórica para os jovens. Entretanto, a forma de conhecimento adquirida pelos entrevistados advém mais da prática política do que de algum modelo sistematizado, disponibilizado pelos partidos, como cursos e palestras.

O crescimento pessoal foi outro aspecto levantado pelos entrevistados. O jovem PT02 admite que antes de militar pelo partido se considerava "mole e preguiçoso". A necessidade de organização e disciplina, presentes na vida partidária, o fez ser mais ativo (PT02). As habilidades desenvolvidas durante a militância podem contribuir para outras esferas da vida. A jovem PSDB01 endossa o argumento ao dizer que, durante sua militância política, desenvolveu a capacidade de falar em público, o que ela considera positivo e necessário para outras atividades, mesmo que nada tenham a ver com a política.

Mas para além do crescimento pessoal, alguns jovens alertaram para a importância de se considerar a militância como uma experiência cuja principal contribuição é coletiva. O jovem PSOL02 entende que a luta por uma sociedade socialista não é um projeto individual,

mas sim algo considerado fundamental para a comunidade como um todo. Nesse modo de pensamento, os militantes partidários acreditam que estão contribuindo para uma sociedade melhor, logo, percebem sentido em suas ações. Encontrar sentido nas atividades partidárias é considerado fundamental para seguir militando por aquele partido (PT02). O sentimento de engrandecimento pessoal e coletivo tem uma importância afetiva que não pode ser menosprezada (AVELAR, 2007).

Os partidos também podem oferecer aos jovens recompensas tangíveis, como cargos ou candidaturas, diretos ou indiretos. A jovem PSDB01 admite que sempre teve vontade de se candidatar. Assim, a escolha pelo PSDB foi calculada. No partido, conseguiu destaque a ponto de ser escolhida para disputar uma vaga na assembleia legislativa estadual. A maioria dos jovens, entretanto, não almeja disputar eleições no curto prazo. Além da PSDB01, a única do grupo de entrevistados a ter tido a experiência de se candidatar, apenas outro jovem admitiu esta possibilidade para as próximas eleições.

Não são apenas os cargos eletivos que o partido pode oferecer. A burocracia partidária também é ocupada pelos filiados. O jovem PCdoB02 entende que seu perfil combina com as atividades de organização interna do partido. Dessa forma, exerceu cargos de gestão tanto na UJS quanto no partido.

Mas não são apenas oportunidades diretas de emprego que a militância partidária permite. As relações criadas podem impulsionar outros projetos, bem como abrir novas oportunidades. A jovem PSOL01 recebeu o convite para estagiar em um sindicato, ao se destacar ajudando na comunicação e nas mídias sociais do partido. Ou seja, a militância pode contribuir para a vida profissional do indivíduo, mesmo que ele não queira atuar profissionalmente na política.

Os jovens deparam-se com diferentes barreiras em suas vidas por serem militantes políticos. Todos os entrevistados confirmaram a existência de tais barreiras, variando em intensidade e causas. Estas barreiras podem ser mais simples ou complexas de serem superadas, alterando assim a maneira que aquele jovem vê seu futuro no movimento político. Barreiras mais difíceis de serem superadas exigem que a motivação para continuar militando seja maior.

Nove entrevistados dizem enfrentar situações delicadas por conta de suas ideologias. Entretanto, nenhum desses jovens pensam em desistir da militância por conta disso. Ainda assim, alguns casos podem ser considerados mais intensos que os outros. Jovens dizem ter escutado comentários agressivos na rua por estarem com um broche do partido (PT01), ou até mesmo sofrer ameaça de agressão e morte por defender determinadas posições (PSDB01).

Se, por um lado, divergências ideológicas podem ser um obstáculo imposto aos jovens, por outro essas divergências podem fazer com que o próprio militante imponha tais barreiras. O jovem PSOL01 acredita que a militância deve ser coerente, portanto, estar presente em todas as fases da vida:

Quando se é comunista, você não é comunista só quando está militando, mas é no dia a dia. Não tem "dois vocês". Você forja suas relações em cima do que você constrói politicamente. Isso reverbera em todos os aspectos da sua vida (PSOL02)

O entrevistado PT02 endossa o argumento ao dizer que, ao assumir uma filosofia política, uma filosofia de vida também é assumida. Isso envolve mudanças que vão desde as amizades construídas até o visual e estilo assumidos. Tendo uma identidade que se reconstrói por conta das novas filosofias, aspectos que ficaram no passado podem se constituir como barreiras do presente. Amigos deixam de estar presentes e conflitos familiares podem ser insustentáveis (PT02).

Perguntados sobre como os familiares e amigos anteriores à militância veem o engajamento político, foi possível identificar que, embora todos tenham casos de familiares e amigos com visões radicalmente opostas às suas, a maioria recebe respeito e compreensão, pelo menos dos parentes e amigos mais próximos. Como apresentado na segunda seção deste capítulo, alguns dos jovens entrevistados nasceram de famílias militantes. Nesses casos, percebe-se que a continuidade da militância por parte dos filhos era esperada e desejada (PT02; PT03). Entretanto, observou-se casos em que familiares admiram a militância do jovem, mesmo sem nunca terem tido alguma experiência político-partidária (PSDB01; PSDB03; PCdoB03). Em alguns casos, o jovem foi capaz de influenciar seus parentes mais próximos a filiarem ao partido ou, pelo menos, a engajarem-se nas mesmas lutas (NOVO02; NOVO03; PSOL01). Bazan et al. (2016) reconhecem a existência do engajamento bilateral, ou seja, da mesma forma que os parentes próximos, de gerações anteriores, contribuíram para a socialização política do jovem, este também atua na socialização dos mais velhos. A jovem PSOL01, por exemplo, relatou vir de uma família de "mulheres petistas", ou seja, desde a infância teve proximidade com ideias e propósitos da esquerda. Já na juventude, filiou-se ao PSOL e convenceu algumas dessas familiares a fazerem o mesmo.

Mas discordâncias por parte dos familiares, mesmo os mais próximos, também existem. Apesar de menos frequentes, alguns familiares classificam a militância política como "perda de tempo" (PSDB02) ou até mesmo perigosa (PCdoB02). Algumas amizades mais antigas também questionam a militância política. Para alguns, é desnecessário, já que não gera

renda (PCdoB03) e, para outros, a mudança de personalidade desencadeada no processo de militância gera desencontros irreparáveis (PT02).

Se para algumas pessoas que se relacionam com os jovens, o tempo destinado à militância é considerado desperdício. Os próprios entrevistados admitem que é uma barreira a ser enfrentada por considerarem difícil conciliar a militância com as demais atividades, como estudo, estágio e lazer (PT02; PSOL02). Mas além do tempo empenhado, a militância em si pode ser obstáculo para o sucesso na vida profissional dos jovens entrevistados.

Um terço dos jovens acreditam que a procura por emprego pode ser (ou já foi) afetada pelo fato de ser militante. A jovem PSOL03 admite que esconde o fato de ser filiada ao partido no seu estágio e entende que pode ser obrigada a se desfiliar para ingressar nos cargos públicos que almeja, cujos concursos proíbem a filiação. O jovem PSDB03 argumenta que já foi prejudicado em uma entrevista de emprego por ser filiado ao partido. Entretanto, os jovens avaliam continuar militando "por fora", mesmo se a filiação for proibida. Entende-se, também, que outras possibilidades de militância surgirão, como nos sindicatos de suas classes de trabalho (PCdoB03). A preocupação quanto ao futuro profissional pode ameaçar a manutenção da filiação ao partido, mas não o desejo de continuar militando, seja no partido ou fora dele. Nesse caso, observa-se que o trabalho também é um espaço de socialização política, capaz de amplificar, limitar, ou mesmo transformar o engajamento político do indivíduo.

Outra ameaça à manutenção da filiação partidária é a postura do próprio partido. Jovens de todos os partidos condicionam sua permanência com a coerência mostrada pelo partido. Chama atenção o discurso dos jovens filiados ao PSDB que, unanimemente, demonstraram insatisfação com os rumos do partido, admitindo que o rompimento pode estar próximo. A jovem PSDB01 argumenta que os "caciques" do partido vêm enfraquecendo deliberadamente o segmento da juventude que, sendo mais progressista, critica a guinada conservadora da legenda (PSDB01).

A guinada conservadora relatada pelos jovens diz respeito a ascensão no partido do grupo de João Dória (PSDB-SP), ex-prefeito da capital e governador do estado de São Paulo (GIELOW, 2019). Em 2018, João Dória, disputando o segundo turno das eleições para governador do estado, aproximou sua campanha do então candidato a presidente Jair Bolsonaro, o que rendeu o apelido de "BolsoDória" (DANTAS, 2018). Os dois saíram vitoriosos em suas respectivas candidaturas, fortalecendo Dória dentro do PSDB, que na disputa presidencial teve o pior desempenho de sua história, com o candidato Geraldo Alckmin, então presidente do partido (BILENKY, 2018). A mudança de postura do partido

pode ser fundamental para que benefícios e recompensas oferecidos não sejam suficientes para superar as barreiras. O jovem PSDB03 relata, por exemplo, que, embora goste muito do partido e considere a experiência positiva, o rumo que o partido vem seguindo o desmobiliza, principalmente pois já realizou sua inserção no mercado de trabalho (PSDB03).

O quadro abaixo sintetiza as evidências apresentadas e discutidas sobre as barreiras e recompensas que enfrentam os jovens militantes.

Quadro 11: Síntese das evidências apresentadas na seção 4.5

| Categoria analítica | Evidências | |
|-------------------------|-------------|---|
| Barreiras e recompensas | Barreiras | <ul style="list-style-type: none"> • Intolerância política pode chegar a ameaçar a integridade física e moral dos filiados. • A escolha por uma filosofia política pode implicar em assumir uma filosofia de vida que muda valores, hábitos e comportamentos do jovem, o que pode não ser aceito por seu círculo • Barreiras familiares podem existir, mas não se mostraram fortes. • Conciliar militância com demais atividades, durante e após a graduação. • Maior barreira é circunstancial: A permanência é condicionada pela coerência e postura do próprio partido • Jovens do PSDB foram os que demonstraram mais insatisfação com os rumos do partido. |
| | Recompensas | <ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento empírico acerca do funcionamento da política: Entender a rotina da política e o funcionamento das instituições na prática • Experiência prática: Ao utilizarem os conhecimentos e habilidades dos jovens em suas áreas de formação, os partidos podem servir como campo de experiência, ou até mesmo de estágio. • Crescimento pessoal: Oratória, organização, disciplina. • Jovens do PT, PCdoB e PSOL citaram a importância da experiência coletiva: contribuir para uma sociedade melhor. • Cargos eletivos ou de alta hierarquia partidária não são comuns para os jovens filiados. |

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

A seção seguinte apresentará uma análise das interseções entre o engajamento político e o recrutamento partidário, tendo a universidade pública como arena importante para a ocorrências de tais processos. A perspectiva contextual mostra-se elemento fundamental para uma análise adequada dos processos, em especial, pela importância da dimensão temporal no desenvolvimento da militância partidária.

4.6 Análise das interseções entre o engajamento político e o recrutamento partidário

Os processos de engajamento político e recrutamento partidário dos jovens variam conforme os contextos e socializações vividos. Um dos elementos fundamentais em que diferem os processos de engajamento e o conseqüente ingresso no partido vincula-se à dimensão temporal. O tempo é elemento importante, pois faz diferir os processos de militância em pelo menos três características.

A primeira delas diz respeito ao tempo de vida em si. Embora todos os entrevistados sejam jovens, ou seja, de acordo com o Estatuto da Juventude, não tenham mais que 29 anos (BRASIL, 2012), suas idades variam o suficiente para serem percebidas vivências distintas, tanto na política nacional, quando na interna à UFJF. Para fins de exemplificação, enquanto um jovem entrevistado ainda estava no ensino médio na última eleição presidencial, em 2018 (NOVO03), outro entrevistado relatou lembranças em relação às eleições presidenciais de 2002 (PCdoB03). Entende-se, portanto, que apesar dos entrevistados poderem ser classificados como jovens, não devem ser entendidos como um grupo homogêneo. Além de evidentes diferenças quanto à classe, gênero, raça, sexualidade, até mesmo a homogeneização pela faixa etária pode incorrer em erros.

A segunda característica cronológica diz respeito ao tempo de militância dos jovens entrevistados, seja filiado a algum partido, seja por meio de outros movimentos políticos. Alguns dos entrevistados, por nascerem em famílias cuja política se fazia presente, participavam politicamente, ainda que de modo incipiente, desde muito jovens. Outros entrevistados admitem que são engajados politicamente há pouco tempo. Dessa forma, existem jovens cuja militância passou por diferentes níveis de escolarização, como é o caso de um jovem que se matriculou na universidade com a camisa de seu coletivo (PT02). Mas também foi possível identificar jovens cuja militância política é tão recente que, ao avaliarem que seu período estudantil já está próximo do fim, preferiram não militar pelos setores estudantis do partido. (PSOL03).

A terceira característica de militância que a dimensão temporal influencia associa-se ao momento em que há o recrutamento partidário. Os percursos também são diferentes em termos do tempo em que os jovens demoraram para se filiar e militar em um determinado partido. Enquanto alguns jovens participaram de vários movimentos, coletivos, entre outras organizações políticas antes de resolverem se filiar, outros entrevistados tiveram o partido como uma das primeiras experiências políticas.

Tem-se claro que o engajamento político é um processo, que ocorre antes, durante e depois do recrutamento partidário. Para alguns jovens, entretanto, a chegada a um partido se deu quase que imediatamente no início de seu engajamento político. O jovem NOVO03, por exemplo, relatou que não tinha nenhuma opinião política até o ano de 2018. Cobrado para se manifestar sobre a eleição que aconteceria em breve, buscou conhecer os candidatos e, ao final no ano de 2018, já estava filiado ao Partido Novo (NOVO03). Ou seja, em menos de um ano, o jovem saiu do estágio em que não tinha nenhum interesse ou mesmo opinião sobre política para o estágio de ser filiado a um partido político. Para outros jovens, a filiação é apenas parte de um processo mais amplo e que acontece para além da instituição partidária. O jovem PSOL02, antes de chegar ao partido passou pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre outras organizações políticas, como coletivos em defesa de minorias e entidades estudantis, como diretório acadêmico e DCE (PSOL02).

Por conta das particularidades dos processos de engajamento político, em especial, por conta da influência da dimensão temporal, entende-se que os jovens passam por esses momentos (formação de disposições e redes de mobilização) sob formas, períodos e intensidades diferentes. Alguns jovens formaram redes de mobilização que estão tão próximas das redes de recrutamento do partido, que o engajamento político e o recrutamento no partido acontecem quase simultaneamente, como no caso do jovem NOVO03. Outros, entretanto, formam e participam de várias redes de mobilização antes de serem recrutados por alguma legenda.

O recrutamento partidário, por sua vez, acontece em algum momento durante o processo de engajamento político do jovem. Mas isso não significa que o partido surge para o jovem apenas no momento em que ele quer ingressar na organização. O partido já pode estar presente na vida dos jovens muito antes deles compreenderem o que é a política, como no caso dos indivíduos que nasceram em famílias em que a militância é cotidiana.

É mais fácil recrutar uma pessoa cuja política faz parte da vida do que alguém que nunca demonstrou interesse em atuar politicamente. Para isso, o partido age criando condições para que as pessoas se interessem por política. Quando os jovens argumentam a importância do partido mostrar, na prática, suas ações, como no caso relatado pelo entrevistado PT02 (que observou o crescimento do número de estudantes filiados ao partido, quando o grêmio estudantil realizou uma demanda histórica dos discentes), tem-se um exemplo de como o partido pode atuar, demonstrando seu valor, convencendo as pessoas de que a participação política pode ajudar a resolver problemas concretos.

Nesse sentido, o partido não é passivo no processo de engajamento político. Não se espera que apenas as socializações e experiências vividas, produzidas na relação com instituições não partidárias, sejam responsáveis por os engajarem. Pelo contrário, pode-se dizer que o partido semeia engajamento político, esperando colher recrutados. Para isso, o partido busca estar presente, por meio de seus militantes, nos mais diferentes espaços.

A universidade pública, local da pesquisa realizada, é um desses espaços. Sem distinção de categoria, os filiados podem ser estudantes, professores e técnicos administrativos. A universidade pública, ao seguir o modelo de gestão democrática, possibilita que os jovens participem das instâncias deliberativas, representando os demais discentes de suas unidades e da universidade de modo geral.

Com exceção de dois jovens, filiados ao Partido Novo, todos os demais mencionaram em seus relatos terem atuado em DAs, CAs ou DCE ou, ao menos, terem disputado as eleições para essas entidades e participado ativamente da vida política da universidade. Com essas experiências, em espaços que privilegiam a deliberação coletiva, os jovens tiveram contato com elementos importante para a formação política e, conseqüentemente, para o processo de engajamento político. Retoma-se as contribuições de Cançado, Pereira e Tenório (2013), para quem existe aprendizado durante os processos de deliberação coletiva. As múltiplas possibilidades de participação política da universidade incrementam a formação dos estudantes, os levando a experimentarem práticas fundamentais para a sustentação de valores republicanos e democráticos no país.

Os estudantes são instigados a se organizarem, compartilharem interesses e posicionamento, representarem seus pares e articularem com outros grupos. Os estudantes recebem autonomia suficiente para planejar e organizar seus próprios processos democráticos, de assembleias á eleições estudantis. Os partidos podem ocupar esses espaços – e os ocupam, em diferentes graus – por meio de seus quadros que, em relações formais ou informais, conseguem ativar propensões à militância e recrutam pessoas.

A universidade é espaço fundamental para a interseção entre o engajamento político e o recrutamento partidário, já que ao mesmo tempo que contribui fortemente para a formação política, instigando e abrindo possibilidades para o engajamento, permite, mesmo que indiretamente, que os partidos absorvam este engajamento para sua própria estrutura.

A universidade também contribui para o engajamento político, quando cumpre suas funções de ensino, pesquisa e extensão. Os conteúdos apresentados em sala de aula, as pesquisas realizadas na iniciação científica e na pós-graduação e as ações de extensão contribuem para a formação política e podem encorajar os discentes a militarem

politicamente. Jovens, de diferentes partidos e ideologias, do PSOL ao NOVO, depararam-se com conteúdos em sala de aula que ajudaram em sua formação, não apenas profissional, mas cidadã e política. Esses conteúdos servem aos partidos, pois aproximam os estudantes de conhecimentos que podem impulsioná-los ao agir político.

Mesmo os conhecimentos adquiridos pelos estudantes que não tocam em temas ligados diretamente à política são úteis para os partidos. Os militantes são responsáveis por executar as tarefas partidárias. Estas tarefas podem exigir conhecimentos da área de formação do estudante que seja filiado, que pode utilizar tais tarefas como experiência prática. Esta contribuição direta do jovem filiado aproxima-o ainda mais do partido, aumentando a sensação de pertencimento.

Novamente, a universidade se posiciona como uma das instituições fundamentais no processo de formação de uma militância partidária. A universidade produz e transmite conhecimentos que são primordiais para que se impulse o agir político do estudante e ocasione o engajamento, da mesma forma que produz e transmite conhecimentos relevantes para a execução das tarefas partidárias.

Destaca-se, também, a importância das juventudes partidárias, que, como evidenciado, podem servir como meio de transição entre o engajamento político em outras ações coletivas e em organizações que não as partidárias e os partidos em si. Administrada por jovens, com foco nesta faixa etária e organizada de modo a atrair os pares, estas juventudes podem se tornar o primeiro contato de um indivíduo com o partido, sendo este uma instituição mais rígida e que, à primeira vista, pode não atrair o jovem. De modo geral, entende-se que estas juventudes partidárias podem residir justamente na interseção entre o engajamento político, de modo geral e o recrutamento partidário, de modo particular.

Em síntese, os processos de engajamento político dos jovens filiados são variados. Curtos ou longos, intensos ou não, com barreiras mais simples ou mais complexas. Em meio a tais condicionantes, para alguns, disposições encontram redes de recrutamento e a filiação partidária acontece. Entretanto, a história com determinado partido não começou naquele momento. Mesmo que o jovem não saiba e mesmo que, em alguns casos, decisões e ações não sejam estratégicas, o partido está próximo, paralelo ao itinerário militante que o jovem pode percorrer: grêmios estudantis, centros e diretórios acadêmicos, coletivos, manifestações e processos eleitorais. O ingresso no partido é produto da percepção do sentido desse ato em um determinado momento de sua trajetória militante. Ela é condicionada, a partir daí, pela legenda, mas não de forma absoluta. A militância pode, portanto, ampliar-se, arrefecer, subordinar-se às premissas do partido (ou de uma corrente partidária) ou insubordinar-se.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos na pesquisa realizada, analisados à luz do referencial teórico, permitem que seja respondida a pergunta norteadora desta dissertação, que é: **Como se desenvolve o processo de militância partidária entre jovens estudantes no âmbito da universidade pública?**

Para atender tal questionamento, dois processos foram investigados, o engajamento político e o recrutamento partidário, por meio de entrevistas com jovens universitários filiados e documentos institucionais dos partidos, bem como seus sites e redes sociais. Quando estes dois processos se encontram, forma-se a militância partidária.

Duas categorias foram analisadas para se compreender o engajamento político. Com relação às disposições para o engajamento, observou-se que família e escola são agências de socialização importantes para dar início ao processo de engajamento político. A família pode oferecer as primeiras informações sobre política, bem como possibilitar as primeiras vivências em ambientes políticos. Ainda assim, é possível que o jovem passe a infância com pouco ou nenhum contato com a política dentro de casa. Dessa forma, outras agências, como a escola, podem ser importantes para a formação das primeiras disposições ao engajamento, bem como incrementar as disposições dos jovens cuja família sempre esteve próxima à política.

De acordo com os dados da pesquisa, a escola, em especial a pública, também pode ser espaço fundamental para a formação de disposições ao engajamento. As escolas públicas são diretamente impactadas pelas políticas do ente federativo que a administra. Dessa forma, manifestar-se politicamente, em apoio ou repúdio às decisões governamentais, se mostrou mais presente nas escolas públicas, tanto por parte dos indivíduos (estudantes e docentes), quanto de suas entidades representativas (grêmios estudantil e sindicato).

Para que se tenha engajamento, é necessário que se ative estas disposições. Os jovens deparam-se, ao longo de suas vidas, com estruturas e agentes que os sensibilizam a transformar tais disposições em práticas, formando assim, as redes de interação. Dois terços dos jovens entrevistados admitiram que o primeiro movimento político de que participaram vinculou-se ao ensino superior, ou seja, foi na universidade que formaram suas primeiras redes de interação. Evidenciou-se, também, que os primeiros movimentos políticos que participaram foram de curta duração e com fim específico, como manifestações ou eleições.

Estes movimentos podem ser internos ou externos à universidade. Os movimentos internos podem ser exemplificados por protestos contra medidas da reitoria, manifestações sindicais e eleições para cargos, como a reitoria e o DCE. Os movimentos externos podem ser

exemplificados por protestos contra ações governamentais e eleições para cargos de prefeito ou presidente. Independente da universidade ser ou não o palco do movimento em questão, sua influência foi visível. Primeiramente, a universidade contribui para o engajamento político do jovem ao oferecer formação teórica e experiência aplicada, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. A universidade também favorece a prática política ao permitir a livre organização estudantil e ao endossar a participação nos órgãos deliberativos. Este conteúdo, teórico e prático, é fundamental para que o jovem se engaje de fato.

Colegas e amigos da universidade também são importantes para que o jovem transforme suas disposições em prática. Percebeu-se que dificilmente a participação nestes movimentos se dá de maneira individual. A presença de colegas e amigos passa a segurança e o conforto para o jovem participar de um movimento no qual não conhece os demais participantes.

Importante destacar a influência partidária nas diversas fases do engajamento político do jovem. Mostrou-se claro que o partido não se torna presente na vida do jovem apenas quando este se filia. Mesmo anos antes de ingressar em um partido, os jovens tem contato com tais instituições. Os debates e discussões políticas protagonizadas pelas agências de socialização política, como a família e a escola pelo menos tangenciam o mundo partidário. Enquanto elementos fundamentais de uma democracia representativa, os partidos são objetos de reflexões e avaliações por parte dos jovens, que vão definindo preferências e posições ao longo dos anos, a partir das socializações vividas.

O ingresso no partido político não é necessariamente a primeira participação política das pessoas. Como evidenciado, em geral, os jovens participam de outros movimentos políticos antes de militarem por um partido. Estes movimentos políticos, temporários ou permanentes, podem ser influenciados em diferentes graus pela política partidária.

Observou-se que muitos jovens atuam em eleições, apoiando ou opondo-se a candidatos, sem que tenham algum tipo de contato formal com o partido. Durante o processo eleitoral, o jovem tem contato com uma série de militantes partidários e pode ser convencido a atuar pelo partido após a eleição e não só naquele momento. Neste caso, o engajamento político do jovem é forte e diretamente alimentado pelo partido.

O partido pode influenciar o engajamento dos jovens estando próximo, mesmo que indiretamente, de outras possibilidades de participação política. Em ações coletivas efêmeras, como manifestações e protestos, geralmente estão presentes militantes partidários e os respectivos adereços do partido, como camisas e bandeiras. Em eleições cuja presença do partido não é obrigatória, ou mesmo permitida, como as internas às instituições públicas de

ensino superior, os partidos podem se fazer presentes por meio de seus militantes. Os jovens reconhecem, por exemplo, que grupos que concorrem aos diretórios e centros acadêmicos podem ser ligados, mesmo que informalmente, aos partidos políticos. Constatase, portanto, que a influência partidária no engajamento político do jovem começa antes do início do recrutamento em si, ou seja, faz parte do processo de se engajar.

Por tudo que foi exposto e analisado, sustenta-se o argumento, em resposta ao problema de pesquisa, que o processo de formação da militância partidária de jovens estudantes é complexo, desenvolvendo-se em diversos espaços de sociabilidade, a partir de múltiplas socializações e sem que haja um prazo ou delimitação temporal para ocorrer. Característica fundamental para a formação da militância partidária é a junção entre as dinâmicas de engajamento político e recrutamento partidário. O partido, antes mesmo de recrutar, influencia, direta ou indiretamente, o processo de engajamento político, da mesma forma que este continua após a filiação.

Afirma-se, ainda, que a universidade, especialmente a pública, em função de suas características, é espaço propício para que se desenvolvam várias fases do engajamento político e do recrutamento partidário. A universidade é capaz de, ao mesmo tempo, fornecer socializações políticas que criam ou aumentam as disposições ao engajamento; ser um espaço de transformação dessas disposições em práticas políticas e, ainda, permitir que partidos políticos, instituições que possibilitam militância contínua e organizada e estão presentes no ambiente universitário por meio de docentes e discentes, consigam canalizar a energia militante de jovens estudantes engajados em outros movimentos.

Compreende-se, também, que durante o período de formação universitária o militante depara-se com diferentes barreiras e recompensas. A prática política iniciada e/ou amadurecida na universidade pode dar sentido à vida de um militante e abrir portas para a atuação profissional, por exemplo, em um partido, da mesma forma que pode impedir outras possibilidades ocupacionais. Em um momento de definição do futuro profissional, a atuação política na universidade pode influenciar a escolha dos caminhos a serem seguidos pelo jovem.

Destaca-se, ainda, que embora as trajetórias dos militantes sejam singulares, fruto de múltiplas socializações e diferentes estratégias de recrutamento, convergências se sobrepõem, levando estudantes com distintas histórias tomarem a mesma decisão: militarem por um partido político

A principal limitação deste trabalho reside na impossibilidade de generalização dos resultados. Sendo um estudo de caso, entende-se que os resultados não são extrapoláveis.

Surge, assim, a oportunidade para que outros pesquisadores analisem o processo de formação da militância partidária de jovens estudantes de outros partidos e em outras universidades. Com mais pesquisas sobre o objeto, comparações podem ser feitas o que permite uma análise mais completa do fenômeno.

Além desta possibilidade de estudos em outras universidades e com outros partidos visando a comparação entre casos, é possível conceber um estudo ainda mais aprofundado e sobre um caso apenas. Em uma análise minuciosa do processo de engajamento político pode ser interesse entrevistar também os pais do jovem militante, o que agregaria à percepção do funcionamento das redes de socialização política familiares. Por sua vez, uma análise arrojada sobre o processo de recrutamento partidário pode, inspirando-se na abordagem etnográfica, acompanhar a ação diária dos militantes recrutadores ao longo do tempo, visando evidenciar o funcionamentos de microestratégias, bem como a importância de aspectos conjunturais, como o momento político, nos investimentos e nos resultados do recrutamento.

A importância da dimensão temporal na formação da militância foi reiteradamente discutida ao longo da dissertação. Os processos analisados variam conforme as experiências e socializações vividas, que por sua vez variam de acordo com o período que aconteceram. Certamente, ao se analisar os processos de engajamento político e recrutamento partidário de outras épocas, seriam encontrados outros conjuntos de disposições, redes, interesses partidários, barreiras e recompensas. Dessa forma, pode ser pertinente uma análise histórica, que utilize metodologias e procedimentos adequados, como a história oral e a história de vida, para a investigação de processos que aconteceram décadas atrás, em diferentes contextos políticos, econômicos, sociais e educacionais.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, P. Para uma teoria da socialização. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 21, 2017.
- AMARAL, J. G. Lutas por reconhecimento, desrespeito e universidade: a atuação dos coletivos universitários de diversidade sexual para o enfrentamento à homofobia institucional. **Revista Teoria & Sociedade**, n. 21, p. 229-262. 2013.
- AMARAL, O. E. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.7, n.2, p.11-32. 2013.
- AMARAL, R. B. **A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil**. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.
- ANDES. **Estatuto (atualizado e consolidado até o 37º congresso) do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**. 2018.
- ARAÚJO, J. S. Breve panorama: juventude e participação - das juventudes militantes das décadas de regime militar às juventudes de hoje – contextos, motivações, ações e desafios. In.: COSTA, J. B. A.; SILVA, M. A. R. (Org.) **Juventudes, Cultura e Política**. Natal: Caravela Selo Cultural. 2018. 250p.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Representação partidária**. 2020. Disponível em: https://www.almg.gov.br/deputados/representacao_partidaria/index.html. Acesso em: 05 abr. 2020.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras - 2014**. Andifes. 2016.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PÓS-GRADUANDOS. **30 anos ANPG: Uma história de luta pela democracia e pelos direitos dos pós-graduandos**. São Paulo: ANPG. 2016.
- AVELAR, L. Participação Política. In: AVELAR, L; CINTRA, A.O. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Unesp, 2007. p. 222-236.
- AZEVEDO, C. E. F., OLIVEIRA, L. G. L., GONZALEZ, R. K., & ABDALLA, M. A estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. In: V Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, ANPAD, 2013. [**Anais...**]. Brasília, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAZÁN, A.; VEGA, J.; DREIZIK, M.; IMHOFF, D. Trayectorias de militancia y procesos de socialización política de estudiantes universitarios/as de Córdoba (Argentina). **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, [s.l.], v. 16, n. 1, p.297-313.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BILENKY, T. Quarto colocado, Alckmin tem pior desempenho da história do PSDB. **Folha de São Paulo**. 07 Out. 2018. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/quarto-colocado-alckmin-tem-pior-desempenho-da-historia-do-psdb.shtml>. Acesso em: 06 abr. 2020.

BODGAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora. 1994.

BORGES, H. Bolsonaro defende cortes em cursos de Humanas e diz que dinheiro do contribuinte deve ir para 'leitura, escrita e fazer conta'. **Jornal O Globo**. 26 Abr. 2020. <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-defende-cortes-em-cursos-de-humanas-diz-que-dinheiro-do-contribuinte-deve-ir-para-leitura-escrita-fazer-conta-23623980>. Acesso em: 14 Mai. 2020.

BORGES, M. C; AQUINO, O. F. Educação superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias. **Educação: teoria e prática**, v. 22, n. 39, p. 117-138, 2012.

BRAGA, M. S. S; VEIGA, L.; MIRÍADE, A. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 123-142, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 14.343**. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, de 7 de Setembro de 1920.

BRASIL. **Decreto nº 19.851**. Estatuto das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro, de 11 de Abril de 1931.

BRASIL. **Decreto nº 29.741**. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Rio de Janeiro, de 11 de Julho de 1951

BRASIL. **Decreto nº 6096**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF, de 24 de Abril de 2007.

BRASIL. **Lei nº 4.024**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, de 20 de Dezembro de 1961.

BRASIL. **Lei nº 9.394**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, de 20 de Dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.172**. Aprova o Plano Nacional da Educação e dá outras providências. Brasília, DF, de 09 de Janeiro de 2001.

BRASIL. **Lei nº 12.711**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, de 29 de Agosto de 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.852**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília, DF, de 5 Agosto de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2015.

BRENNER, A. K. **Militância de jovens em partidos políticos**: um estudo de caso com universitários. 2011. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2011.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Bancada atual**. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/bancada-atual>. Acesso em: 05 abr. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **Vereadores legislatura 2017-2020**. 2020. Disponível em: <http://www.camarajf.mg.gov.br/legislatura.php>. Acesso em: 05 abr. 2020.

CARRANO, P. C. R. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O social em questão**, v. 27, p. 83-99, 2012.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. Contribuições para a Construção Teórica da Gestão Social. In: _____. **Gestão Social**: epistemologia de um paradigma. Curitiba, Editora CRV, 2013. p. 137-187.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Partido Socialismo e Liberdade. In: CPDOC. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2010a. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-socialismo-e-liberdade-psol>. Acesso em: 05 abr. 2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Partido dos Trabalhadores. In: CPDOC. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2010b. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-dos-trabalhadores-pt>. Acesso em: 05 abr. 2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Partido Comunista do Brasil. In: CPDOC. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2010c. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-do-brasil-pc-do-b>. Acesso em: 05 abr. 2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Partido da Social Democracia Brasileira. In: CPDOC. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2010d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-da-social-democracia-brasileira-psdb>. Acesso em: 05 abr. 2020.

CISLAGHI, J. F.. **Análise do Reuni**: uma nova expressão da contra-reforma universitária brasileira. 2010. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CRESWELL, J. W.. **Projeto de Pesquisa**: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p

CROSS, W; YOUNG, L. Factors Influencing the Decision of the Young Politically Engaged To Join a Political Party: An Investigation of the Canadian Case. **Party Politics**. 14(3), p. 345-369, 2008.

CURY, C. R. J. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 18, n. 2, p. 163-174, 2002.

DANTAS, D. Em SP, Doria vota com camiseta 'BolsoDoria' e sem apoio de Alckmin. **O Globo**. 18 out. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/em-sp-doria-vota-com-camiseta-bolsodoria-sem-apoio-de-alckmin-23192362>. Acesso em: 06. abr. 2020.

DAVID, I. P. ; OLIVEIRA, V. C. S. . Conselho Municipal da Juventude de Juiz de Fora, MG: análise de sua efetividade enquanto cogestor de políticas públicas. In: **ANAIS XI Congresso de Administração, Sociedade e Inovação**, 2018, Rio de Janeiro. XI CASI, 2018.

DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto, 1997.

DUTRA, N. G. R; SANTOS, M. F. S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 94, p. 148-181, 2017.

DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar/UnB, 1980

EASTON, D.; DENNIS, J. **Children in political system**: origins of political legitimacy. New York: McGraw-Hill, 1969.

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DO PT. **Jornadas e cursos**. 2020. Disponível em: <http://www.enfpt.org.br/jornadas-e-cursos/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

ESCOLA NACIONAL JOÃO AMAZONAS. **Sobre a escola nacional**. s.d. Disponível em: http://www.escolapdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Sobre_a_Escola_Nacional_Joao_Amazonarecurso_onlinedf. Acesso em: 05 abr. 2020.

FAVERO, M. L. A. UDF: Construção criadora e extinção autoritária. In.: MOROSINI, M. (Org.). **Universidade no Brasil**: concepções e modelos. Brasília; DF: INEP, 2006. p. 53-70.

FERREIRA NETO, E. L. **Os partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

FÓRUM. Bolsonaro compartilha vídeo de formatura para atacar “doutrinação ideológica”. **Revista Fórum**. 06 Fev. 2019. <https://www.revistaforum.com.br/bolsonaro-compartilha-video-de-formatura-para-atacar-doutrinacao-ideologica/>. Acesso em: 07 Mai 2020.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **I Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras**. 1987. Brasília. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 10 de Maio de 2019.

FLEISCHER, D. V. A Bancada Federal Mineira: Trinta Anos de Recrutamento Político, 1945/1975. **Revista Brasileira Estudos Políticos**, v. 45, p. 7, 1977.

FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS. **A fundação**. 2020a. Disponível em: <https://www.laurocampos.org.br/fundacaolaurocampos/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS. **Artigos**. 2020b. Disponível em: <https://www.laurocampos.org.br/in/artigos/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

G1. **Ônibus da caravana de Lula no Paraná são atingidos por tiros**. G1. 27 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/onibus-da-caravana-de-lula-sao-atingidos-por-tiros-no-oeste-do-parana-diz-assessoria.ghtml>. Acesso em 05 abr. 2020.

GIELOW, I. Presidenciável, Doria assume controle do PSDB após corrida de obstáculos. **Folha de São Paulo**. 30 Mai. 2019. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/presidenciavel-doria-assume-controle-do-psdb-apos-corrida-de-obstaculos.shtml>. Acesso em: 06 abr. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989

GODOI, C.K.; MATTOS, P.L.C.L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A.B. **Pesquisa qualitativa em Estudos Organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, abr. 1995a.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, jun. 1995b.

GOMES, A. F; SANTANA, W. G. P. A história oral na análise organizacional: a possível e promissora conversa entre a história e a administração. **Cadernos Ebape. BR**, v. 8, n. 1, p. 1-18, 2010.

GUIMARÃES, J. N. R. **A União Nacional dos Estudantes depois da Ditadura Militar: o movimento estudantil contemporâneo e a influência do Partido Comunista do Brasil**. 2006. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELLA. **Institucional**. 2020a. Disponível em: <http://itv.org.br/sobre>. Acesso em: 05 abr. 2020.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELLA. **Eventos**. 2020b. Disponível em: <http://itv.org.br/eventos>. Acesso em: 05 abr. 2020.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELLA. **TV ITV**. 2020c. Disponível em: <http://itv.org.br/tv-itv>. Acesso em: 05 abr. 2020.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELLA. **Publicações**. 2020d. Disponível em: <http://itv.org.br/cartas-de-formulacao>. Acesso em: 05 abr. 2020.

JANUÁRIO, A., CAMPOS, A. M., MEDEIROS, J., RIBEIRO, M. M. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. **Revista Fevereiro**, n. 9, 2016.

- KATZ, R. S.; MAIR, P. El partido cartel: La transformación de los modelos de partidos y de la democracia de partidos. **Zona abierta**, n. 108, p. 9-42, 2004.
- KINZO, M. D. A. G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 19, n. 54, p. 23-40, Feb. 2004
- KINZO, M. D. A. G. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 20, n. 57, p. 65-81, Feb. 2005
- KLANDERMANS, B., OEGEMA, D. Potentials, networks, motivations and barriers: steps towards participation in social movements. **American Sociological Review**, 52, 1987. p.519-531.
- LIMA, K. R. S. Expansão e reestruturação das universidades federais e intensificação do trabalho docente: o programa REUNI. **Revista de Políticas Públicas**, 2012.
- LÜCHMANN, L. H. H. **A representação no interior das experiências de participação**. Lua Nova, n.70, p. 139-170, 2007.
- MACHADO, A. S. **Recrutamento partidário de jovens no Rio Grande do Sul**, 2016. 238f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016
- MARCO ZERO. **Programa da chapa**. 2016. Disponível em: https://issuu.com/lauramatosv/docs/doc1_3166b50591deb7?fbclid=IwAR1ZMwsSFk9inG2ED_wX2sQAmIoY5qBC18Fs14AaDL3GNFPVsbuhIcmZCM. Acesso em 06 abr. 2020.
- MARENCO, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 22, nº 64, p. 93-113, 2007.
- MARQUES, J. E. D. C.. Jovens organizados em partidos políticos: na contramão da tendência. **Revista Educativa-Revista de Educação**, v. 19, n. 3, p. 860-883, 2016.
- MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & sociedade**, v. 30, n. 106, 2009.
- MENDES JUNIOR, A. **Movimento Estudantil no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.
- MICHELS, R. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: UNB, 1982
- MIGUEL, L. F. Political capital and electoral career: some variables in the elections for the Brazilian Congress. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, p. 115-134, 2003.
- MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES. **Portaria Nº 1122**. Define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023. Brasília. 19 de Março de 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Bolsas ofertadas por ano no Proni**. 20 de Jun. 2018a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/65461-mec-libera-sistema-para-consulta-de-vagas-referentes-ao-prouni-2018>. Acesso em 05 abr. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira**. 18 de Nov. 2018b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 05 abr. 2020.

MOREIRA, A. F. B; SILVA, T. T. Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: Uma introdução. In: MOREIRA, A. F. B; SILVA (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 7-38.

MORENO, A. C.; 90% das universidades federais tiveram perda real no orçamento em cinco anos; verba nacional encolheu 28%. **Portal G1**. 29 Jun. 2018a. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/90-das-universidades-federais-tiveram-perda-real-no-orcamento-em-cinco-anos-verba-nacional-encolheu-28.ghtml>. Acesso em 15 de Out. 2019.

MORENO, A. C.; Negros representam apenas 16% dos professores universitários. **Portal G1**. 20 de Nov. 2018b. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/11/20/negros-representam-16-dos-professores-universitarios.ghtml>. Acesso em 25 de Abril de 2019.

MORENO, A. C. Governo interveio em 6 de 12 nomeações de reitores de universidades federais até agosto. **Portal G1**. 31 Ago. 2019. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/08/31/governo-interveio-em-6-de-12-nomeacoes-de-reitores-de-universidades-federais-ate-agosto.ghtml>. Acesso em: 14 Mai. 2020.

MORHY, L. **Brasil: universidade e educação superior**. In: MORHY, L (Org.). Universidade no mundo: universidade em questão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. v. 2, p. 25-60

MULLER, W. C.. Political parties in parliamentary democracies: Making delegation and accountability work. **European Journal Of Political Research**, v. 37, n. 3, p.309-333, maio 2000.

NASCIMENTO, C. M. A assistência estudantil consentida: na contrarreforma universitária dos anos 2000. **Universidade e Sociedade**, v. 23, n. 53, p. 88-103, 2014.

NOVO. **Estatuto**. 2017. Disponível em: <https://novo.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Ata-142239-Estatuto-do-Partido-NOVO-aprovado-em-26-04-18.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2020.

NOVO. **De onde viemos**. 2020a. Disponível em: <https://novo.org.br/de-onde-viemos/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

NOVO. **Material oficial**. 2020b. Disponível em: <https://novo.org.br/material-oficial/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

NOVO. **Prestação de contas**. 2020c. Disponível em: <https://novo.org.br/prestacao-de-contas/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

OLIVEIRA, D. C. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Rev. enferm. UERJ**, v. 16, n. 4, p. 569-576, 2008.

OLIVEIRA, V. C. S. Modelos de administração pública. In: SANÁBIO, M. T.; SANTOS, G. J.; DAVID, M. V. (Orgs.). **Administração pública contemporânea: política, democracia e gestão**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013, p. 09-34.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Estatuto**. 2017. Disponível em: <https://pcdob.org.br/estatuto/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. **Estatuto**. 2017. Disponível em: <https://www.psdb.org.br/conheca/estatuto/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Estatuto**. 2015. Disponível em: <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2016/03/ESTATUTO-PT-2012-VERSAO-FINAL-alterada-outubro-de-2015-2016mar22.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2020.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. **Estatuto**. 2010. Disponível em: <https://psol50.org.br/partido/estatuto/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

PAULA, G. C. C. **A atuação da União Nacional dos Estudantes - UNE: Do inconformismo à submissão ao Estado (1960-2009)**. 2009. 383f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

PERES, P; MACHADO, A. Uma tipologia do recrutamento partidário. **Opinião Pública**, v. 23, n. 1, 2017.

PUDAL, B. Da militância ao estudo do militantismo: a trajetória de um politólogo. Entrevista concedida a Kimi Tomizaki. **Pro-Posições**, v. 20, p.129-138. 2009.

RAYS, O.A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Educação Especial**, v. 1, n. 1, p. 71-85, 2003.

REVOLUÇÃO BRASILEIRA. **Ciclo Nacional de Formação**. 2020. Disponível em: <https://revolucaobrasileira.org/formacao/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978. 313p.

RODRÍGUEZ, J. **Las Juventudes Partidárias de três partidos políticos en Colômbia**. 2009. 64 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciência Política, Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2009.

SACCHET, T. Partidos políticos e sub-representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas no Brasil. In: PAIVA, D.; BEZERRA, H. D (Orgs.). **Mulheres, política e poder**. Goiânia: Cànone Editorial, 2011.

SCHATTSCHNEIDER, E. **Party government**. New York: Holt, Rinehart and Wiston, 1942.

SCHMIDT, J. P. **Juventude e política nos anos 1990**: Um estudo de socialização política no Brasil, 2000. 392 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

SEIDL, E. Engajamentos e investimentos militantes: elementos para discussão. In P. Carrano, & O. Favero (Orgs.), **Narrativas juvenis e espaços públicos**: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais Niterói: Editora da UFF. 2014.

SINGER, A. A segunda alma do partido dos trabalhadores. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 88, p. 89-111, Dez. 2010.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 97, p. 23-40, Nov. 2013.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. **Regimento da SBPC**. São Paulo, 2008.

SPOSITO, M. P; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**[online], n. 24, p. 16-39, 2003.

TENENTE, L; FIGUEIREIDO, P. Entenda o corte de verba das universidades federais e saiba como são os orçamentos das 10 maiores. **Portal G1**. 15 Mai. 2019. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>. Acesso em: 14 Mai 2020.

TORGAL, L.R; ÉSTHER, A. B. **Que universidade?** Interrogações sobre os caminhos da universidade em Portugal e no Brasil. Juiz de Fora: Editora UFJF/ Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

TRINDADE, H. Universidade, ciência e Estado. In TRINDADE, H (org.). **Universidade em ruínas**: na república dos professores. 2.ed Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: CIPEDES, 1999, p.9-23.

UNIÃO DA JUVENTUDE SOCIALISTA. **Estatuto**. 2018. Disponível em: <<https://ujs.org.br/sobre-a-ujs/estatuto/>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Regimento do 57º Congresso da União Nacional dos Estudantes**. 2019. Disponível em:[https://une.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Regimento-do-57%C2%BA-Congresso-da-Unia%CC%83o-Nacional-dos-Estudanterecurso onlinedf](https://une.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Regimento-do-57%C2%BA-Congresso-da-Unia%CC%83o-Nacional-dos-Estudanterecurso%20onlinedf). Acesso em: 06 abr. 2020.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Galeria de presidentes**. 2020a. Disponível em: <http://une.org.br/presidentes/>. Acesso em: 26 de Março de 2020.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Fóruns e Congressos**. 2020b. Disponível em: <https://une.org.br/movimento-estudantil/foruns-e-congressos/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração** São Paulo: Editora Atlas, 2005.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com jovens filiados

Perguntas iniciais:

Nome:

Cidade natal:

Escola(s) em que estudou:

Cursos na UFJF (graduação e/ou pós):

Partido (Os demais que já participou, se houver)

FASE 1

A primeira fase da entrevista deve ser dividida em duas partes. Na primeira, são feitas perguntas que visam analisar a formação de disposições e o início do engajamento, estando alinhadas ao **Objetivo Específico 01** – Entender o processo de engajamento político dos jovens universitários

- Quais experiências ligadas à política na infância você se lembra?
- Conte um pouco da relação de seus familiares com a política
- Quando você se interessou por política?
- Como você se interessou por política?
- Você tem lembranças relacionadas à política na escola?
- Quais as disciplinas você mais gostava na escola?
- Havia representação de sala/grêmio estudantil na sua escola? Você participou?
- Você pode falar sobre sua experiência em outros tipos de engajamentos coletivos, como igreja, escotismo, ações voluntárias, ações comunitárias?

A segunda parte da primeira fase da entrevista deve ser menos estruturada. O entrevistado deverá contar suas experiências de militância política. Desde antes do partido, até sua entrada neste. O fio condutor da entrevista será, portanto, a ordem cronológica.

A pergunta inicial será: **Como foi sua primeira participação em um movimento político? Conte um pouco sobre sua chegada e sua experiência nele...**

O entrevistador deverá estar atento para que as questões abaixo sejam respondidas naturalmente durante o relato. Caso não sejam, deverá ser perguntado diretamente.

Tal relato também está alinhado ao **Objetivo Específico 01** – Entender o processo de engajamento político dos jovens universitários

- Entrou sozinho(a)?
- Quem o(a) convidou?
- Em que espaço se deu a aproximação? (Escola, universidade, outros)
- Como você percebe o papel da UFJF no seu engajamento político?
- E do curso, especificamente? (Caso não seja respondido diretamente, questionar sobre participação em pesquisa, extensão, além de diretório e centro acadêmico)
- Teve algum evento, acontecimento em especial que o motivou a entrar?
- Houve algum tipo de formação?
- Havia relação entre este movimento e o partido?
- Como sua família e amigos viam seu engajamento neste movimento?
- Quais as principais barreiras que você enfrentou?
- Caso o entrevistado fale de rupturas com o movimento, questionar os motivos.

FASE 2

Quando o entrevistado estiver relatando sua chegada ao partido político, o entrevistador deverá perguntar as seguintes questões, de modo a ajudar a atender o **Objetivo Específico 02** - Entender o processo de recrutamento partidário no interior de uma universidade pública.

- Como se deu o interesse do partido na sua filiação?
- Por que escolheu este partido?
- Como foi o processo de filiação?
- Quais papéis você exerceu dentro do partido?
- Qual a relação da juventude do partido com os demais segmentos do partido?
- O que a experiência partidária proporcionou em sua vida
- Quais são seus projetos de futuro dentro do partido?
- Como vê os jovens do seu partido hoje?
- O partido têm secretarias/coordenações próprias para a juventude?
- Qual a importância de novos filiados jovens para o partido?
- Todos os interessados podem se filiar ao partido?
- Quais estratégias o partido tem para conseguir novos membros?
- Como os diretórios estadual e nacional participam do processo de recrutamento
- Quais espaços você considera propícios para o recrutamento de novos filiados?
- Como você percebe o papel da UFJF na formação política dos jovens?
- Quais cursos são mais permeáveis ao recrutamento.
- Existem membros designados para o recrutamento de novos integrantes?
- Como é feita a recepção dos novos filiados?
- Como é feita a formação política dos novos membros e, em geral, com qual nível de formação política eles chegam ao partido?
- Como é feita a designação de funções do partido aos novos filiados?

APÊNDICE B - Protocolo de pesquisa documental

| Objetivo específico | Documento | Aspectos a verificar |
|--|---|---|
| Objetivo específico 02: Entender o processo de recrutamento partidário no interior de uma universidade pública. | Sites e redes sociais dos cinco partidos | <ul style="list-style-type: none"> • Observar se há seções específicas para os jovens • Verificar a possibilidade de filiação online e o seu funcionamento • Verificar notícias sobre o processo de recrutamento • Verificar notícias sobre a atuação de novos filiados • Verificar notícias sobre as experiências de formação dos novos membros |
| | Estatutos e regimentos partidários | <ul style="list-style-type: none"> • Verificar se há menção à juventude • Buscar informações sobre o processo de filiação • Verificar o posicionamento do partido sobre a necessidade de renovação • Buscar informações sobre a formação partidária, em especial, se há obrigatoriedade de participar de processos formativos |
| | Sites das escolas e institutos de formação do partido | <ul style="list-style-type: none"> • Verificar a existência de cursos de formação, sejam eles obrigatórios, sistematizados ou não • Verificar se há conteúdos exclusivos para filiados • Observar quais conteúdos (temas, assuntos) e por quais meios (audiovisual, artigo, encontros presenciais) são abordados |